



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 4
Horta, Quarta-Feira, 06 de Dezembro de 2000

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 20 minutos.

A Sessão iniciou-se com a continuação do debate do **Programa do VIII Governo Regional dos Açores** tendo proferido uma intervenção, em primeiro lugar, o Sr. Secretário Regional da Educação, *Álamo de Meneses*, seguido pelos Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), José San-Bento (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Bento Barcelos (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*), Gilberta Rocha (*PS*), Manuel Avelar (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Sérgio Ferreira (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Renato Leal (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Luís Paulo Alves (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Saúde, *Fernanda Mendes*; Adjunto da Presidência *Francisco Coelho*; do Ambiente, *Helder Silva*; da Agricultura e Pescas *Ricardo Rodrigues*; e da Habitação e Equipamentos, *José Contente*.

Produziram intervenções finais os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Berta Cabral (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional *Carlos César*, que encerrou o debate.

Após o encerramento do debate, passou-se de imediato à votação do Programa do Governo, tendo este sido aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos que já estão ligeiramente atrasados.

Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António José Tavares de Loura

Augusto António Rua Elavai

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
João António Ferreira **Ponte**
José António **Cabral Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Menezes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Presidente: Estão presentes 40 Srs. Deputados. Existe quórum.

Está aberta esta Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade à discussão do Programa do Governo.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área da educação, a Região Autónoma dos Açores depara-se com uma situação que resulta das vicissitudes da história.

Na verdade, há 25 anos atrás existia apenas ensino pós-primário nas antigas capitais distritais.

É verdade que ao longo destas duas décadas houve uma evolução muito grande em termos da progressão do sistema educativo. Hoje, felizmente, temos ensino pós-primário em todas as ilhas da Região e temos o ensino secundário praticamente em todos os concelhos, com excepção da ilha do

Corvo e dos concelhos das Lajes das Flores, Lagoa e Vila Franca, na ilha de S. Miguel que ainda não têm ensino secundário.

Em resultado desta situação a população açoriana ainda apresenta um déficit muito grande do ponto de vista académico. Na verdade, cerca de 70% da população dos Açores tem 6 ou menos anos de escolaridade efectiva. Estes são valores que nos colocam numa posição que, sem se desviar demasiado da média natural se desvia muito daquilo que é a média dos outros países da união europeia.

Isto implica que nós na Região tenhamos que fazer um esforço acrescido no sentido de recuperar estes atrasos, que são atrasos ancestrais e atrasos que nos penalizam em termos do crescimento económico e em termos do desenvolvimento da nossa sociedade. Neste sentido tem vindo a ser feito um esforço muito grande de investimento em termos de infraestruturas escolares, em termos de formação de pessoal docente e de pessoal não docente e no sentido de se criar na Região um sistema educativo que seja capaz de dar uma resposta adequada às crianças e jovens que o frequentam e que seja também capaz de fornecer uma escolaridade de segunda oportunidade àqueles que, por vicissitudes várias, no período em que deviam ter frequentado a escola o não fizeram ou o fizeram sem sucesso.

Daí que os grandes objectivos para este mandato sejam os seguintes:

Por um lado encontrar forma de criar oportunidades de segunda escolaridade para aqueles que neste momento se encontram impedidos de frequentar o sistema de formação profissional, já que ele tem a montante uma exigência de escolaridade que muitos não cumpriram e para aqueles que devido à sua baixa escolaridade estão limitados a uma franja do mercado de trabalho na área dos não qualificados e que, por essa via, não podem acompanhar o desenvolvimento da economia açoriana nem o desenvolvimento da nossa sociedade.

Por outro lado há que enfrentar o desafio da qualidade do sistema educativo.

O sistema educativo nos Açores, neste momento, em termos de quantidade já se aproxima, embora com algumas lacunas, daquilo que a nossa sociedade necessita.

Em termos de qualidade ainda há muito a fazer. Há ainda muito que fazer em termos de investimento nas instalações escolares.

O 1º. Ciclo teve uma melhoria substantiva, existindo ainda algumas zonas que necessitam de investimento, mas agora há que concentrar o esforço no 2º. e 3º. Ciclos e no ensino secundário por forma a cobrir a Região com as infraestruturas escolares que ela precisa.

É um trabalho gigantesco, basta analisar a Carta Escolar e ver-se-á que para termos uma infraestrutura escolar com a qualidade de que necessitamos, precisamos, pelos menos, de uma década de investimento e a investir a um ritmo que tem que ser, necessariamente, igual àquele que foi neste último ano.

Por outro lado também há que intervir nas escolas no que diz respeito à promoção do sucesso educativo e à qualidade pedagógica das escolas.

Nós continuamos a ter taxas de insucesso que, apesar de em alguns ciclos serem inferiores à média nacional, continuam a ser inaceitavelmente elevadas e já que intervir no sentido de criar condições para que a nossa escola seja, efectivamente, uma escola para todos e uma escola, inclusive, em que as diferenciações que resultam da origem social e familiar dos alunos, de alguma forma possam ser compensados através de medidas educativas adequadas.

Esse é um esforço que está a ser feito, no sentido de criar nas escolas flexibilidade curricular e criar apoio pedagógico acrescido para quem dele precise, mas há que dar ainda passos muito grandes nesta área por forma que as nossas escolas possam ser escolas promotoras da igualdade social e do sucesso, independentemente da origem dos alunos.

Também na área da escolaridade da segunda oportunidade, que é uma das grandes prioridades para este mandato, há que fazer a reforma do Ensino Recorrente. Na verdade, o Ensino Recorrente da forma como neste momento está a funcionar a nível nacional e a nível regional não satisfaz os requisitos dos seus utentes e é uma forma de promover o insucesso. Apenas uma pequena percentagem de alunos do Ensino Recorrente consegue concluir com êxito os estudos a que se propunham, daí que esta área do ensino Recorrente seja uma área prioritária.

Por outro lado ainda há que concluir o processo de reformulação da rede escolar.

A integração do 1º. Ciclo com o 2º. e 3º. Ciclos do Ensino Básico já foi feito em 7 das 9 ilhas. Nas outras duas em que ainda há grandes áreas por integrar, há que completar esta esforço,

principalmente nas áreas problemáticas do ponto de vista do sucesso escolar e refiro-me concretamente aos Concelhos da Ribeira Grande, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo em que hiato entre o 1º. Ciclo e o 2º. e 3º. Ciclos continua a ser um dos factores de insucesso.

Na verdade o acompanhamento dos alunos, particularmente daqueles alunos provenientes de famílias com maiores problemas e provenientes de meios sociais mais degradados, tem que ser feito de forma integrada, por forma a garantir que a escolaridade obrigatória, pelos menos, é cumprida e nós continuamos a não ter condições na Região para dar essa garantia.

Por isso os grande vectores de actividade para os próximos 4 anos centram-se na continuação do investimento nas infraestruturas escolares, na melhoria dos mecanismos de formação do pessoal docente e não docente das escolas, na participação activa da reorganização curricular que está a ser feita nacional, aproveitando esta oportunidade para introduzir as componentes regionais e no reforço das medidas de apoio educativo para garantirmos o sucesso nas escolas.

Exista ainda um grande desafio que é o desafio de continuar e talvez completar o processo de reformulação da rede escolar com as criação das Básicas Integradas que ainda falta criar nos Açores.

Estas matérias de educação estão intimamente ligadas com formação profissional. Na verdade, o sistema educativo está a montante do sistema de formação profissional e está indissociavelmente associado a este. Não é possível falar-se de educação nem em formação profissional sem referir a outra metade deste problema.

O sistema de formação profissional nos últimos anos nos Açores teve um crescimento extremamente rápido e agora é preciso consolidar essa estrutura que ainda é uma estrutura frágil. Foi criada muito recentemente e há ainda áreas de formação que não estão a ser convenientemente cobertas. É preciso continuar, por um lado, o alargamento da oferta de cursos de formação profissional e, por outro, consolidar as escolas já existentes.

A criação do PROFIS nas escolas da Região foi claramente um sucesso. Foi possível por esta via recuperar muitos alunos que de outra forma não teriam concluído a sua escolaridade obrigatória e foi possível oferecer uma oportunidade de formação profissional, dentro do sistema do ensino clássico. Esse mecanismo de formação profissional terá que ser reforçado e alargado e é preciso agora passar à sua generalização a todas as escolas da Região e criando condições ainda mais atractivas para os alunos, particularmente para aqueles que, de outra forma, não continuariam os estudos.

Também o relacionamento com as escolas profissionais e a sua inserção, do ponto de vista jurídico, está neste momento em vias de ser alterada.

Foi aprovado por esta Câmara, no passado mês de Julho, um Decreto Legislativo Regional que veio criar novas condições que agora têm que ser regulamentadas. esse regulamentação também será feita e com isso daremos uma solidez muito maior a todo o edificio da formação profissional.

O grande esforço na formação profissional visa particularmente um aspecto que é a melhoria da empregabilidade, que nos Açores, neste momento, é extremamente agudo.

Na verdade nós estamos a viver um momento único na nossa história em termos de emprego. A oferta de emprego é extremamente elevada, mas a verdade é que nós continuamos a ter um número de pessoas que, apesar de pequeno, ainda é significativo e que não conseguem emprego e não conseguem emprego essencialmente porque a sua empregabilidade é demasiado baixa. São pessoas que não têm condições para acederem ao mercado de trabalho e às ofertas de emprego que vão surgindo.

Portanto, a melhoria da empregabilidade é a grande aposta na área do emprego. A melhoria da empregabilidade terá que ser conseguida por duas vias: por um lado, através do reforço da escolaridade e da formação profissional e, por outro, através da intervenção na área social, já que em muitos dos casos a não empregabilidade dessas pessoas resulta de factores de inserção social, daí que este seja um trabalho que terá que ser continuado num esforço conjunto entre os organismos com intervenção na área social e aqueles que têm responsabilidades na escolaridade e na formação profissional.

Por outro lado, e no que diz respeito ao cumprimento do programa regional de emprego, há que melhorar o acompanhamento dos desempregados inscritos nas agências para a qualificação de emprego, dando uma particular atenção aos mais jovens.

O nosso objectivo é criar um organismo de acompanhamento personalizado que garanta que nenhum desempregado fica abandonado à sua sorte e fique indefinidamente inscrito no centro de emprego.

Já estamos a proceder à chamada de todos os desempregados e a uma entrevista com cada um deles no sentido de determinar quais dessas pessoas é que efectivamente são desempregados e procuram emprego e quais aquelas que estão apenas inscritas e que não têm disponibilidade ou possibilidade de trabalhar e que acabam por não serem beneficiários activos do sistema de emprego. Esse trabalho terá que ser acentuado e terá que incidir essencialmente sobre os mais jovens.

Queremos ao longo desta legislatura garantir que sejam criadas condições para que nenhum jovem fique mais do que seis meses inscrito numa agência para qualificação e emprego, sem que lhe seja oferecido uma oportunidade de trabalho ou uma oportunidade de formação profissional.

Este programa é um programa que visa complementar aqueles que já existem na área dos estágios profissionais e na área do acompanhamento na inserção por forma a darmos uma resposta que venha ao encontro daquele que é uma das maiores preocupações da juventude, que é a entrada no mercado do trabalho.

Na área da cultura os grande vectores visam essencialmente a promoção da actividade cultural e da fruição de bens de cultura e aqui um dos programas com maior importância é a criação da rede regional de leitura pública, uma rede que terá que ser criada em coordenação com as autarquias visando disponibilizar em cada um dos concelhos, pelos menos, uma biblioteca que tenha um fundo minimamente capaz de dar resposta às necessidades de cultura dos seus residentes.

A constituição desta rede de leitura pública assume assim um papel essencial na área da promoção da actividade cultural e da fruição de bens culturais.

Por outro lado também há que prosseguir, em colaboração com os diversos actores deste processo, com o processo de normalização e de clarificação dos mecanismos de apoio na área da cultura.

Também na área do património há que merecer uma grande atenção.

Os Açores são detentores dum riquíssimo património cultural nas suas diversas variantes, desde o arquitectónico ao imaterial.

Está neste momento em curso o inventário do património cultural dos Açores. Esse inventário irá prosseguir e em função desse inventário terão que ser tomadas as medidas necessárias à preservação do património que for inventariado, particularmente na área do património cultural e na área do património imaterial, para o qual é necessário prosseguir uma política de edição, nos suportes que se mostrarem mais adequados, das obras que permitam a fixação desse património e permita a sua fruição futura.

Tem o património arqueológico sub-aquático, que no último ano passou a ser competência da Região, terá que ser regulamentado e a regulamentação do uso dessa competência é um dos aspectos prioritários deste mandato.

Na área do desporto, apesar da Região neste momento já ter um nível de prática desportiva que a coloca entre aquelas do país em que existe uma maior participação da população no desporto, há que continuar o investimento na criação de infraestruturas desportivas para competição e lazer, com particular destaque para o parques desportivos de ilha.

A legislação que cria os parques desportivos de ilha já está em vigor e já foi criado o enquadramento jurídico que permite agora prosseguir com o investimento necessário, em colaboração com as autarquias, no sentido de criar em todos os concelhos da Região infraestruturas mínimas para a prática desportiva. Este é um processo longo e complexo e, obviamente, que não ficará concluído nesta legislatura. É um processo que necessitará de investimento ao longo da próxima década, mas esse investimento terá que ser iniciado e essencialmente terá que ser iniciado por aqueles concelhos mais populosos e que ainda não dispõem de infraestruturas com qualidade necessária para dar resposta aos seus praticantes e para permitir a promoção da prática desportiva com a qualidade que nós gostaríamos que ela tivesse.

Também a promoção da prática desportiva, com particular destaque para o desporto escolar e para os escalões de formação, é uma das prioridades do Governo. Apesar dos Açores já apresentarem índices muito razoáveis de prática desportiva, a promoção do desporto entre os mais jovens, aproveitando a sua participação nas actividades escolares e nos escalões de formação ainda não tem a universalidade que nós gostaríamos que tivesse. Esta é uma das áreas de investimento prioritário.

Por outro lado também há que melhorar o apoio ao desporto adaptado a portadores de deficiência e a melhoria dos programas promocionais da prática desportiva para todos e do desporto de lazer, já que essa é uma das áreas que, face às necessidades de promoção da saúde e de estilo de vida saudáveis, deve merecer uma maior atenção ao longo dos próximos anos.

Na área da juventude o Programa do Governo tenta dar resposta àquelas que são as grandes preocupações da juventude, preocupações que se centram essencialmente na área do ingresso no mercado do trabalho, na área da habitação, na área da participação da cidadania e na da participação das actividades das diversas instituições, daí que o programa se centre essencialmente no incentivo à participação juvenil e no reforço da cidadania dos mais jovens

O nosso objectivo é permitir que os jovens sejam eles próprios fautores das actividades que eles desejam, que eles organizam, limitando-se a participação governativa ao apoio e à criação das condições para que isso aconteça.

Por outro lado também, e na sequência daquilo que já disse aquando da apresentação do programa na área da educação e da formação profissional, há que dar prioridade ao aumento da empregabilidade dos jovens.

Nós continuamos a ter entre a nossa população jovem um número muito elevado de jovens e de jovens adultos que não concluíram a escolaridade obrigatória e que por causa disso estão excluídos das oportunidades da formação profissional e das oportunidades de ingresso no mercado do trabalho, daí que na política de juventude necessariamente tenha que ser incluída esta criação de escolaridade de segunda oportunidade e de ingresso na formação profissional como uma das grandes prioridades. Isso será feito em coordenação com as agências de formação e emprego no sentido de garantir que efectivamente nenhum jovem inscrito ficará mais do que 6 meses sem ter uma oportunidade de formação ou de emprego.

O reforço do sistema de estágio a profissionais terá que acontecer, já que eles se vêm revelando como uma das principais vias de ingresso dos jovens no mundo do trabalho.

Outra área importante, para jovens que vivem em ilhas, é a promoção do intercâmbio e da mobilidade juvenil. Há que criar condições para que os jovens, particularmente aqueles que vivem nas ilhas mais populosas, tenham possibilidade de sair das suas ilhas, de participar em mecanismos de intercâmbio e de conhecer e encontrar outros jovens e visitar outras regiões do país e da Europa, já que nós estamos integrados numa rede de mobilidade juvenil de nível europeu.

Também na área da promoção de estilos de vida saudáveis, particularmente no que diz respeito à luta contra as dependências e na promoção duma sexualidade responsável, há muito a fazer na Região. essa é também uma das áreas prioritárias de investimento para este mandato.

Meus senhores, é este o programa do VIII Governo Regional para as áreas da educação, formação profissional, cultura, desporto e juventude.

É um programa que visa muito claramente a promoção da qualidade dos recursos humanos da Região, que visa claramente a promoção da empregabilidade dos açorianos e a criação de condições para um efectivo desenvolvimento da nossa sociedade e para um crescimento económico sustentado.

É um programa que tem linhas estratégicas claras e definidas e é um programa que foi claramente sufragado pelos açorianos e que, creio, tem condições para ser aprovado por esta Câmara.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para pedidos de esclarecimento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como identifiquei ontem, o Programa do Governo refere algumas ideias e intenções que geram interrogações. Algumas delas já tinha evidenciado na intervenção de ontem e outras ficaram-me relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional.

As questões que vou colocar dizem respeito, em concreto, a desporto e a cultura.

Em relação ao desporto, como é sabido, os clubes desportivos que integram provas nacionais têm a necessidade de jogarem em campos relvados, que a partir da próxima época começa a ser generalizada.

Tem saído notícias de que existe uma ideia do Governo no sentido de apoiar esse investimento. A minha dúvida e a interrogação que ponho é a seguinte:

Qual o critério para esses apoios?

As notícias têm sido bastante dúbias, porque nuns casos parece que será o Governo a construir e a candidatar esses investimentos a apoios comunitários e noutros remete para as autarquias.

Assim sendo, gostaria de saber em que circunstâncias é que será o Governo e em que circunstâncias é que são as autarquias?

Uma outra dúvida tem a ver com a rede de leitura pública.

Durante o mandato anterior foi bastante falado e bastas vezes prometido, mas nunca foi efectivamente concretizado. Qual o "timing" para pôr em prática efectiva a rede de leitura pública?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às duas questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, gostaria de esclarecer o seguinte:

Em relação aos campos relvados eles inserem-se nos parques desportivos de ilha. Conforme já está definido em decreto regulamentar regional, existem dois tipos de parques desportivos de ilha: uns são geridos directamente pela Administração Regional que são os que estão situados em S. Miguel, na Terceira e no Faial e os outros são criados pela Administração Regional em colaboração com as autarquias que envolvem também essas ilhas e as restantes ilhas do arquipélago.

Em termos de prioridades, pois a prioridade será investir naqueles campos que correspondam a necessidades imediatas dos clubes, ou seja, a Direcção Regional de Educação Física e Desporto, com as Associações, está neste momento a elaborar um planeamento dos campos que devam ser relvados mais rapidamente possível, no sentido de dar resposta às obrigações que a participação nacional nos impõe.

Portanto, aquilo que nos propomos é apoiar as câmaras municipais quando se trata de infraestruturas de propriedade municipal ou doutras entidades, no sentido da comparticipação nacional nos fundos comunitários do PRODESA ser assegurada pela Região e, obviamente, a infraestrutura ser candidatada aos fundos comunitários, para os quais já foram inscritos no PRODESA as verbas necessárias e assim os campos serem construídos em colaboração entre a Administração Regional e as Autarquias.

É este o objectivo. As prioridades estão definidas em função da realidade desportiva de cada concelho e da situação das equipas participantes nos campeonatos nacionais.

Em relação à rede de leitura pública gostava de esclarecer que a rede de leitura pública já foi regulamentada no passado mês de Maio. Neste momento está a ser preparado o caderno de encargos para cada uma das bibliotecas, caderno a que cada biblioteca terá que obedecer.

Esta questão será objecto de discussão com as autarquias, já que estas bibliotecas são das autarquias. Nós contamos, a breve trecho, enviar às autarquias esse caderno com os requisitos a que devem obedecer as bibliotecas.

As prioridades também aqui terão que obedecer a duas ordens de razões: por um lado, em relação àquelas câmaras que já têm bibliotecas e que com um pequeno investimento é possível pô-las em condições de funcionar, ou seja, com o mesmo dinheiro é possível satisfazer um número maior de concelhos e uma população mais alargada e, por outro lado, também dar prioridade às zonas mais populosas fora destas condições, ou seja, aqueles que já têm uma base lançada.

Esta matéria consta do documento que será enviado para discussão com as autarquias e creio que nos próximos meses será possível chegarmos a um entendimento sobre esta matéria e isto terá que ser, obviamente, inscrito no Plano para 2000, que será discutido no devido tempo aqui nesta Câmara.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação:

Relativamente às políticas do Governo nós ontem já ficámos a saber que os Srs. não vão reduzir os impostos e não vão aumentar as pensões. Vão agravar o custo dos combustíveis e vão aumentar as tarifas aéreas.

No domínio da educação falta alguns esclarecimentos.

Ouvi o Sr. Secretário falar muito das instalações escolares e o que importa aqui saber é, porque ontem a resposta não foi produzida por essa bancada, se a carta escolar vai ser ou não executada e se vai ou não ser cumprida nos termos em que está previsto no seu calendário?

De entre as várias realizações previstas na carta escolar, assume especial relevância - e essa é uma das situações com as quais discordamos - o caso da Escola EB-2,3 Roberto Ivens que apresenta sérios problemas de segurança em caso de sismo ou de incêndio e que mesmo sem ser nessas situações extremas já levou, nomeadamente ao seu encerramento na semana passada, por via das infiltrações, da insegurança e da operacionalidade que isso provocou na escola.

Disse o Sr. Secretário na ocasião que estavam a ser equacionadas as medidas para a Roberto Ivens e suponho que até acrescentou que há dois anos que essas medidas vinham sendo equacionadas e pretendia saber exactamente quais?

Ao nível do apetrechamento das escolas o Sr. não adiantou nada, aliás, foi muito mais parco na enunciação de medidas do que propriamente o Programa do Governo e pretendia saber o que é que nessa área pensa fazer, não só ao nível do pessoal docente, auxiliar e até técnico superior, mas também ao nível das novas tecnologias e de outros cursos hierárquicos que faltam muito nas nossas escolas?

Na formação profissional, procurou defender a sua dama e acho que fez muito bem, eu também defendo a minha, embora não devemos ficar nessa posição redutora de cada um.

De facto, a formação profissional continua a não obedecer a um modelo estratégico e por falta de modelo essa ausência também se verifica ao nível do sistema de avaliação da rede escolar e da qualidade do sistema escolar da Região.

Aquilo que vem enunciado no Programa do Governo, parece-me uma desarticulação de intenções que não revelam, de facto, a qualquer governo, nem sequer um pensamento muito concreto sobre a forma de fazer auto-avaliação do sistema escolar.

Ao nível do desporto escolar também gostava de saber em que é que ficamos, porque na página 91 do Programa diz que é ter todas as escolas e áreas escolares a participarem em eventos de nível regional e fomentar a participação regional em eventos nacionais e internacionais.

Na página 172 fica-se apenas por um objectivo muito mais modesto que é de ter clubes desportivos escolares a funcionarem em todas as escolas. Assim sendo, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário quantas escolas estão a participar nos jogos desportivos escolares?

Finalmente, ao nível do desporto também continua por responder o que é que significa esta revisão dos limites da participação dos clubes açorianos em competições nacionais, se é para mais ou é para menos. Parece que é para mais, mas ainda não ouvi isso do Sr. Secretário. De qualquer modo importava saber em que modalidades, com que critérios e em que quadros competitivos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à execução da Carta Escolar, isso é matéria do Plano e será discutida aquando do Plano. Portanto, a Carta Escolar representa um conjunto de intenções, representa uma filosofia de intervenção na rede escolar que, obviamente, será cumprida.

Quanto à calendarização das diversas acções, conforme a própria Carta Escolar diz, ela será estabelecida ano a ano aquando da aprovação do Plano. Quando chegarmos ao Plano discutiremos a Carta Escolar no que diz respeito à sua concretização.

Naquilo que diz respeito à execução, neste momento ela está a prosseguir e nalgumas áreas já temos mais coisas executadas do que aquelas que nos propúnhamos, noutras nem tanto, mas é normal e natural quando se executa um Plano que haja obras que avancem mais do que outras. Essas são as contingências normais do planeamento.

De qualquer forma a Carta Escolar representa um conjunto de objectivos para uma década e não podem ser avaliadas passados 11 meses. Esperemos e daremos tem ao tempo e discutamos então com profundidade esta matéria no momento próprio que é quando da discussão do Plano.

Em relação à questão concreta da Escola Roberto Ivens, pois é verdade. Nós estamos com a direcção dessa e das outras escolas de Ponta Delgada a trabalhar e a trabalhar muito seriamente no sentido de encontrar soluções para um problema que é um problema complexo e difícil, já que na

cidade de Ponta Delgada não encontramos espaços alternativos para albergar as 912 crianças que neste momento frequentam aquela escola.

Está a ser preparado um plano de intervenção que depende de algumas obras noutras escolas e que depende também duma conjugação de esforços entre diversas escolas. É um processo que está em curso e em devido tempo ele será anunciado.

No que diz respeito à segurança da escola, foram tomadas as medidas necessárias para garantir que, pelo menos, a segurança mínima exista.

Gostava também de lhe dizer que nós temos outras escolas na rede com problemas semelhantes à da Roberto Ivens, talvez não tão graves, mas com grandes problemas.

Conforme disse na minha intervenção, a rede escolar dos Açores está muito longe do óptimo e tem graves lacunas. A Roberto Ivens é uma das lacunas da rede escolar.

Em relação à questão que levantou do apetrechamento nas escolas, devo dizer que tem sido feito um esforço enorme de apetrechamento dentro das escolas nos últimos anos e em conjugação com a área de ciência e tecnologia foram já colocadas em todas as escolas ligações informáticas, ou seja, foram introduzidos computadores. O nosso objectivo é criar condições para que exista, pelo menos, um computador por cada 25 alunos nas escolas. É um objectivo de longo prazo, pois é um investimento extremamente elevado. Estamos no bom caminho e já temos, pelo menos, um computador em cada escola, mesmo nas pequenas escolas. Nalgumas escolas já estamos próximos do objectivo, noutras nem tanto.

Há que continuar este investimento e estamos neste momento a realizar nos Açores uma experiência pioneira de formação na área de informática no 1º Ciclo. Neste momento temos 4 escolas com formação em informática. É uma formação nova que nunca foi feita a nível nacional. No fim do ano lectivo faremos a avaliação dos resultados obtidos e veremos da oportunidade da sua expansão ao resto da rede.

O mesmo também estamos a fazer, e num número muito alargado de escolas, com a introdução da primeira língua estrangeira no 1º Ciclo. Neste momento já temos muitas escolas da Região essencialmente com o ensino do inglês e neste caso com êxito já demonstrado no ano passado e vamos continuar o alargamento dessa formação.

No que diz respeito à formação profissional, devo dizer que a formação dos docentes e não docentes segue uma estratégia e uma estratégia que tem a ver com as necessidades mais urgente da Região por um lado, e, por outro, para permitir aos docentes o cumprimento da legislação que existe sobre créditos para que possam prosseguir na sua carreira. Há que conjugar estes dois factores. Isso tem sido feito e com sucesso.

Tem-se permitido aos docentes frequentar as acções de que necessitam, ao mesmo tempo que temos que analisar as acções, essencialmente para aquelas áreas em que temos maior carência, tendo sido dado, no último ano, a grande prioridade à formação na área da educação especial. A maior parte da formação foi feita nessa área e vai continuar a ser feita nessa mesma área nos próximos anos, já que é uma das áreas que maior carência temos.

Em relação à avaliação da qualidade da rede escolar, nós estamos a participar num processo nacional de avaliação. Esse processo já está em curso e no ano passado já foram feitos os primeiros exames. Vamos prosseguir os trabalhos de levantamento da situação e na nossa Região vamos ter com certeza neste mandato um figurino de avaliação.

É uma matéria complicada e controversa, já que pode penalizar indevidamente escolas e que tem que ser abordada com a necessária cautela.

No que diz respeito ao desporto escolar, quero dizer que não há qualquer contradição, já que o desporto escolar não significa necessariamente clube desportivo escolar. Essa é uma das formas de organização do desporto escolar, mas há outras escolas que organizam de outra forma. Portanto, não há contradição. São dois objectivos para cumprir e são dois objectivos concordantes e que convergem para a mesma questão.

Quanto à revisão dos limites de participação dos clubes em eventos nacionais, obviamente que será para melhorar e não para piorar e será feito em função dos resultados desportivos obtidos e do número de clubes que tenhamos em cada escalão e em cada modalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimentos...

(Pausa)

Srs. Deputados, eu agradecia que assinalassem a sua intenção de intervirem, para que o Presidente da Mesa não ande aqui a olhar, a olhar e ninguém levante o dedo. Agradeço um pouco de celeridade para que os nossos trabalhos corram da melhor forma.

Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Secretário, de facto, a Carta Escolar não é matéria do Plano. O Plano vem propor a materialização das intenções do Programa do Governo e nesse aspecto acho que tem todo o cabimento de nós aqui fazermos a discussão da Carta Escolar.

Secretário Regional da Educação e Cultural (Álamo de Meneses): Nos conselhos, sim senhor!

O Orador: Com certeza, e é disso que estamos a tratar, depois havemos de ver se as verbas que lá estão correspondem ou não.

Para já faz todo o sentido discutir aqui a Carta Escolar, sendo certo que os Srs. já não estão a cumprir o calendário previsto na Carta.

Das realizações que estão em curso houve antecipações, como foi o caso da escola da Maia e se calhar não foi a melhor opção a avaliar pelos resultados da última semana.

Quanto ao mais, os Srs. estão atrasados no que diz respeito aos Ginetes, à Canto da Maia e à Roberto Ivens e a Roberto Ivens tem problemas de segurança, principalmente em casos de sismo ou de incêndio. Aliás, essa não é a minha opinião, é uma situação da Carta Escolar. Portanto, sobre isso suponho que há toda uma objectividade.

O Sr. sabe também que a Associação de Pais já pediu o encerramento numa parte da escola, exactamente por não garantir condições mínimas de segurança e a este respeito o Sr. Secretário diz que tem soluções, mas nós não sabemos quais são, nem sequer o Conselho Executivo da Escola sabe, muito menos os professores que lá trabalham e muito menos ainda os pais e encarregados de educação.

Ao nível das novas tecnologias no equipamento das escolas, estamos muito longe do objectivo, porque no ano lectivo 1998/99 existia nas Escolas Básicas e Secundárias da Região uma média de 0,9 computadores ligados à Internet por cada 1000 alunos. Portanto, estamos muito longe, de facto, de atingir esse objectivo que é proposto, que é um objectivo que eu também subscrevo e que na capacidade que tiver no âmbito das funções de deputado e deste Grupo Parlamentar, que não é maioritário, ajudarei a concretizar.

Mas, quando se fala na dotação das escolas com um computador, nós quando cruzamos essa informação com uma outra, confirmamos a falta numa estratégia ao nível da formação, porque esses computadores foram, de facto, colocados nas escolas e pela primeira vez neste ano lectivo 2000/2001 é que Direcção Regional de Educação integra no seu plano de formação um módulo para a formação dos docentes ao nível da integração das novas tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino/aprendizagem. Por aí se vê que, de facto, não tem obedecido a uma estratégia.

Relativamente ao desporto escolar o Sr. Secretário não só não aponta quantas escolas estão a participar nos jogos escolares. Elas, aliás, são cada vez menos, como também são cada vez menos os clubes desportivos escolares em modalidades competitivas. Foi o seu Director Regional que o disse no dia 26 de Novembro na RTP-Açores, dando inclusivamente os seguintes elementos:

- As modalidades competitivas, no ano lectivo 1997/98 representavam 76% da actividade dos clubes desportivos escolares;
- No ano de 2000/2001 representam já só 48%.

Se o seu Director Regional não tem razão então o melhor é o Sr. Secretário arranjar outro.

Quanto ao desporto federado também continua sem dizer quais são, de facto, as modalidades em que se fará a revisão do limite de participação a nível nacional, o mesmo significa dizer que os Srs. não têm uma ideia concreta sobre este assunto. Fizeram apenas a enunciação de mais um princípio de uma intenção e de boas intenções, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para participar no debate.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Apenas para falar sobre dois aspectos da sua intervenção.

Primeiro, Escola da Maia:

A Escola da Maia com muita honra e com muito orgulho está feita e foi anunciada, se não me falha a memória, por um presidente dum governo do qual o Sr. fazia parte em 1987 e, portanto, foi feita muitos anos depois e depois de vários governos do PSD se terem comprometido que faziam a escola, inclusivamente abriram concurso para esta escola, mas não a fizeram e ela está lá feita e bem feita.

Aquilo que o Sr. viu na televisão, e eu também vi, porque estava lá, é aquilo que acontece todos os anos em casa de todos nós se a casa é nova, em primeiro lugar. Em segundo lugar, aquilo que aconteceu, aconteceu em milhares de casas dos Açores naquele mesmo dia e, portanto, não tem problema nenhum. Não é nada de grave e é uma questão resolvida.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Foi feito um contrato com o empreiteiro para antecipar a obra em vários meses, exactamente porque a população das freguesias de Porto Formoso, S. Brás, Maia, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de S. Pedro, e eu tive várias reuniões com associações de pais, pediram e exigiram que a escola comesse o mais cedo possível, porque queriam que os seus filhos deixassem de fazer dezenas e dezenas de quilómetros todos os dias para uma escola que ficava na Ribeira Grande.

Portanto, a escola foi feita e porque foi antecipada a sua abertura, naturalmente que ainda tem carências. Nós estivemos lá e fomos propositadamente para ver, acompanhar e ajudar a resolver e quero dizer que é com muito gosto que se entra numa escola que já tem condições para funcionar, inclusivamente a cantina que vai funcionar a partir de Janeiro. A escola está bem construída e bem equipada. Não funciona por falta de pessoal? É verdade, sim senhor. Faltam-lhe 5 funcionários? Faltam, sim senhor. Já está autorizado o concurso? Já, sim senhor. Vão ser contratados? Vão, sim senhor. A partir de Janeiro contamos ter a cantina a funcionar e a funcionar para resolver problemas também de carências graves que existem de uma população que em muitos casos têm um rendimento salarial muito baixo.

Portanto, a escola da Maia veio resolver um problema que os Srs. não conseguiram, pela vossa política educativa. Aqui, sim, já há uma grande diferença de estratégia na educação, porque queriam fazer na Ribeira Grande e Ponta Delgada e nós queremos fazer na Maia, nos Ginetes, em Ponta Garça e não em Ponta Delgada e Ribeira Grande. Portanto, nós temos uma visão de estratégia completamente diferente e estamos à vontade para discuti-la. A nossa opção há quatro anos foi essa e estamos a fazê-la.

A Carta Escolar é exactamente isso, coisa que os Srs. nunca fizeram. Nunca tiveram condições para fazer uma carta escolar e o que os Srs. faziam era uma estatística do número de salas que havia. A Carta Escolar não é isso, Sr. Deputado Joaquim Machado. Não é um mero calendário, é uma estratégia para 10 anos. Já que os Srs. gostam de falar em estratégia, os Srs. quando lá estiveram nunca fizeram nem sequer para 2 anos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não há machado que corte!

O Orador: História da Roberto Ivens:

Porque temos uma estratégia, quero dizer que ela já foi definida, já foi discutida com a Associação de Pais, já foi discutida com o Conselho Directivo, já foi discutida com os professores da escola, ao contrário daquilo que o Sr. disse, e se o Sr. tem dúvidas vá à comunicação social onde isso foi tudo explicado e foi tudo debatido, nos últimos meses do ano passado. Portanto, não é correcto dizer-se que a escola não sabe o que é que a espera. A Roberto Ivens sabe o que é que vai acontecer, como também sabem o que vai acontecer à escola Canto da Maia, à dos Arrifes e à da área escolar dos Ginetes. O que vai acontecer é o seguinte:

Nós já dissemos que vamos construir a escola dos Ginetes e com esta escola em funcionamento libertaremos alunos dos Arrifes que por sua vez irão libertar alunos da escola Canto da Maia e que por sua vez deixam disponível o espaço da Roberto Ivens.

Ainda não fizemos obras na Roberto Ivens em condições, porque não há um espaço em Ponta Delgada para albergar aqueles alunos.

O Sr. que gosta tanto de seguir a comunicação social, já que não sabe por qualquer outra via, pelos menos tinha a obrigação de saber que isto já foi dito várias vezes à Associação de Pais, ao Conselho

Directivo, ao Conselho Pedagógico e que o Secretário da Educação já foi à escola e já deu essa informação, não só à Roberto Ivens, mas a todos as outras.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, já que gosta tanto de estratégia, a Carta Escolar também é um dos meios para a nossa estratégia para dez anos, na área da Educação, coisa que os Srs. nem para dois anos tiveram.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco de Sousa:

Realmente o Sr. tem razão para ter algum orgulho do que o anterior Governo fez em matéria de instalações escolares. Não sei se será motivo para ter orgulho de numa casa nova com dois meses já a chover dentro. O Sr. acha isso normal? Entendendo mesmo que isso seja normal, também é normal numa casa nova, mesmo quando cada um de nós faz alguns sacrifícios à vida para pagar a casa nova, ao menos dê uma refeição decente uma vez por dia aos nossos filhos. De facto, nessa casa nova a refeição que ainda é dada por dia resume-se a duas sanduiches e um sumo.

Quanto à Roberto Ivens, o Sr. já não pode ter tanto orgulho por aquilo que continua a não se fazer lá e se, de facto, a estratégia existe na Carta Escolar relativamente à E.B. 2/3 Roberto Ivens, trata-se tão somente de Setembro de 2003, se entretanto os Srs. cumprirem o calendário que lá está previsto. Isto significa que os alunos que hoje estão no 5º e no 6º ano vão concluir aquele ciclo, os outros que vão entrar no próximo ano farão também todo o ciclo numa escola em que os Srs. reconhecem que tem graves problemas em caso de sismo ou de incêndio.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já tinha no passado!

O Orador: Já tinha, de facto, no passado, mas os Srs. também já têm passado e nesses quatro anos nada se fez e vamos esperar mais três, o que significa, no mínimo sete.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Quem esperou 20 anos pode esperar mais um pouco!

O Orador: De facto, não está aqui em causa o passado, embora os Srs. continuem muito a querer julgar o passado. O passado está julgado e se o Sr. tem orgulho neste presente, eu do meu passado não tenho qualquer problema, porque tenho orgulho da Escola Canto da Maia que foi por nós construída, numa Escola dos Arrifes que foi por nós construída, numa Escola Preparatória das Capelas que foi nós construída, numa Escola Preparatória de Rabo de Peixe que foi por nós construída, construímos também a do Nordeste, a de Vila Franca...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Grandes construtores que os Srs. eram!

Deputado João Cunha (PSD): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, nessa altura estava preocupado com os outros problemas, por isso não terá visto essas, nem a Preparatória da Lagoa, nem a Secundária das Laranjeiras, reconhecida pela sua qualidade através da O.C.D.E., nem a Secundário Vitorino Nemésio, nem a de Vila do Porto, nem a Preparatória da Praia da Vitória, a dos Biscoitos, a Preparatória da Graciosa, a das Velas, a da Calheta, da Madalena, São Roque, das Lajes e Santa Cruz das Flores.

Os Srs. quando, de facto, dizem que nada se fez e quando julgam o passado são injustos relativamente à memória e história do nosso povo,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Que se arrependeu!

O Orador: ...porque foi o povo que agora vos deu a maioria que subscreveu os programas e que deu o suporte parlamentar para realizarmos esta obra.

Espero, de facto, que o Sr. que já tem orgulho naquilo que foi feito nos últimos quatro anos, possa ter mais orgulho no futuro na realização que este governo consiga ter neste domínio, porque isso, de facto, significará um contributo para a melhoria do sistema educativo da Região.

Os Açores e os nossos filhos merecem mais e melhor.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Por isso é que nos escolheram a nós!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu acompanhei, felizmente, tudo isso e ainda hoje é com muita mágoa que muitas vezes tenho que dizer aos professores que em 1976 e 77 um governo sueco ofereceu a Portugal um modelo de

construir escolas e as primeiras que ainda foram feitas até tiveram uns armários esquisitos que ninguém sabia para que era, quando afinal era para instalar os Skis.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Portanto, não que esqueci, tenho memória e porque tenho memória dir-lhe-ei que na legislatura de 1984 a 88 só se fez uma escola, a das Laranjeiras; de 88 a 92 só se fez também só uma escola, a Vitorino Nemésio e de 92 a 96 só se fez a escola da Madalena e isto é tão caricato que numa visita do governo ao Pico e como não havia mais nada para fazer, levaram três dias a discutir como a escola se deveria chamar.

Lembro-me perfeitamente destas coisas e quando não havia dinheiro até se ia discutir para o Pico o nome da escola e ao fim de três dias dizia-se que era Cardeal Costa Nunes.

Essas escolas estão feitas porque houve uma fase em que foi necessário fazer e eu classifico-as tal como classifico as dos planos centenários. Portanto, todas foram feitas num modelo igual, igualzinho a todos os bairros económicos que se fizeram, porque os Srs. tiveram uma opção que nós não temos.

Para nós cada escola é uma realidade, tem o seu projecto, tem o seu plano, tem a sua arquitectura, tem a sua comunidade e é inserida aí. É inevitável que se quiséssemos fazer todas iguais era chegar ao Nordeste e como ali existe muito terreno o primeiro bloco fica aqui e o segundo bloco ficou no fim do serrado. A Canto da Maia, porque havia pouco terreno o primeiro bloco está aqui e o segundo está logo ali e até já foi possível fazer obras e unificar os pavilhões. Agora, no Nordeste estou convencido que nunca será possível unificá-los, só se pegar neles e fechá-los, passando-os para a parte de cima do serrado.

Portanto, sei muito bem essas coisas e sei que era necessário também fazer isto e fez-se, mas podia-se ter feito melhor e quando os Srs. perceberam que se podia ter feito melhor, já fizeram as Laranjeiras e a Vitorino Nemésio, mas quando chegou a altura de fazerem melhor, fizeram uma por mandato e aí também percebemos todos como é que é.

No que diz respeito à Carta Escolar nós dissemos na Carta e discutimos com os parceiros sociais e só houve uma área onde não houve entendimento. Estamos à vontade porque discutimos a Carta Escolar com todas as entidades. Portanto, há um projecto.

O Sr. fala nas coitadinhas das criancinhas que não têm uma refeição por dia, é verdade, mas essas mesmas criancinhas que hoje já podem comer duas sanduiches por dia, durante muitos anos nem as sanduiches tiveram para comer, porque a vossa perspectiva não era essa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há 20 anos que existem cantinas nas escolas a funcionar!

Secretário Regional da Educação (Álamo de Meneses): A Escola de S. Roque já existe há 20 anos e a cantina só arrancou há um ano.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, peço que deixem a Sra. Deputada fazer a sua intervenção e agradeço que se inscrevem se pretendem falar mais.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do que tenho ouvido neste debate, e parece-me que tenho ouvido atentamente, ontem ouvi o Sr. Deputado Joaquim Machado referir que se preocupava e se este fosse o seu programa de governo, obviamente que não é, a sua preocupação seria essencialmente com a valorização dos recursos humanos. No entanto, durante todo este debate a grande discussão tem sido à volta da Carta Escolar. É claro que a Carta Escolar é muito importante para todos nós e é tão importante para este Governo que foi este Governo que a fez, que a começou a aplicar e basta olharem à vossa volta, porque não são só os eleitores que conseguem ver isto.

Os Srs. também conseguem ver o que está à vossa volta e o que foi feito no âmbito desta Carta Escolar, não podem é ter a pretensão de querer que em quatro anos nós tenhamos feito mais do que os Srs. em 20 de Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Parece não haver mais ninguém inscrito para esclarecimentos, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados deste digníssimo Parlamento, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A minha primeira atenção visa, de uma forma muito especial, enaltecer e saudar o VIII Governo Regional dos Açores pelo facto de apresentar, hoje aqui nesta Assembleia, o mesmo programa de governo que foi pelo PS, Partido que suporta o Governo, submetido ao julgamento popular dos Açorianos, e que destes mereceu um profundo gesto de adesão e uma confiança inequívoca.

A Juventude Socialista não abdica deste registo! Em todo o processo eleitoral das Regionais 2000 o PS resistiu, com firmeza e sentido de responsabilidade, a enveredar por um caminho de facilitismo e demagogia num ambiente eleitoral escaldante onde teve contra si todos os partidos ou alianças eleitorais concorrentes. O PS, conforme se infere do documento em discussão, é hoje um partido político moderno, sensato e diferente que desenvolve os Açores e que tem uma outra forma de conceber o exercício do poder político e de perspectivar os principais desafios que se deparam no horizonte.

É por isso, e impregnado de princípios orientadores muito claros, que o PS recusa e não recorre a práticas e expedientes menos transparentes, visando apenas enganar ou iludir os eleitores. O PS, por exemplo, não recorre aos seus prestigiados autarcas apenas para garantir a eleição, num sombrio lugar, de um deputado reconhecido imigrante no seu círculo de eleição.

A JS entende, também, que a consagração eleitoral do projecto político configurado pelo PS radicou numa demonstração clara da vontade de mudança comportada pelos eleitores Açorianos. Atente-se que os partidos situados à nossa direita, que nos últimos quatro anos promoveram e evidenciaram a fragilidade do suporte parlamentar ao Governo de então, suscitaram, no último acto eleitoral, uma reprovação contundente da parte dos eleitores Açorianos.

Ao configurarem um novo quadro parlamentar, portador de grandes expectativas e responsabilidades ao PS, os eleitores também afirmaram, conforme a JS referiu na altura, a necessidade, imperiosa, dos partidos da oposição repensarem as suas práticas e promoverem de forma determinante a sua regeneração política. Faço por isso votos, em nome da Juventude Socialista, que o próximo Congresso Regional do PSD-Açores seja, finalmente, um primeiro passo nesse sentido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo:

Cabe-me o agradável papel de tecer de uma forma necessariamente condensada, em nome da JS e do Grupo Parlamentar do PS, uma reflexão interpretativa a algumas áreas constantes no Programa que o Governo hoje aqui apresenta.

A apreciação de um documento desse tipo, é um dos primeiros momentos em que se nos permite uma avaliação formal dos objectivos programáticos e das opções que ele consagra e que lhe subjazem.

A valorização orgânica e operacional que se atribuiu à Ciência e Tecnologia no quadro organizacional do VIII Governo Regional, é certamente, de entre vários, um dos reajustes de foro orgânico mais saliente e destacado, o que demonstra, de uma fonema muito clara, a emergência de uma nova área competencial na estrutura do Governo, ou que traduz, também, na prática, um esforço notório de constante adaptação, reformulação e aperfeiçoamento da dominante política que o projecto do PS-Açores persegue.

A sectorialização desses dois importantes domínios, numa Direcção Regional, representa o reconhecimento da prioridade política que deve merecer o sector. Não temos dúvidas que essa importante alteração corresponderá a uma muito substancial melhoria na parceria que compete a um governo, moderno e eficiente, prestar à sociedade.

A necessidade de melhor integração e coordenação em termos de ciência e tecnologia é hoje, num mundo global e em acelerada transformação, um enorme desafio para qualquer governo e um grande desígnio para as sociedades. No plano nacional quando se afirma que Portugal está quase em pleno emprego tendo, no entanto, um limite mediano de crescimento, reforça-se, entre outros aspectos, a necessidade de se intensificar a integração de tecnologia e melhorar a produtividade do nosso processo económico.

A Componente tecnológica é, portanto, um imprescindível factor multiplicativo da economia actual. A própria realidade açoreana também demonstra que numa sociedade dinâmica os fenómenos da tecnologia em geral, e da informática em particular, não devem ser interpretados como supressores de empregos mas antes como instrumentos estruturais e qualitativos, essenciais, na modernização e no crescimento económico. Devemos todos continuar a insistir nesta mensagem!

O reforço e a reorganização que a futura Direcção Regional de Ciência e Tecnologia irá proceder, articulando e melhor rentabilizando entidades já existentes é também fundamental para uma eficaz aplicação e execução de um volume muito significativo de verbas provenientes do III Quadro Comunitário de Apoio. É ainda, por obediência a convicções descomplexadas que nos agrada, particularmente, o facto de o Governo Regional contrair a responsabilidade de, no âmbito das funções que lhe são atribuídas, aprofundar e estreitar ainda mais a parceria, já de si exemplar, com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com esta nova estrutura governativa, bem como com a revisão, já concluída, das orgânicas dos diversos departamentos da administração regional o Governo torna-se mais forte, apresentando ao mesmo tempo mais condições de cumprir as expectativas e a esperança que, indiscutivelmente, conseguiu suscitar na Região e fora dela.

É por isso falso, no entender da JS, que se diga, como foi dito à semanas atrás, que o governo engordou. Do nosso ponto de vista o Governo não engordou! O Governo, não só, mas também, por via da sua nova orgânica, está mais racionalizado, é mais operacional e apresenta melhores condições de sucesso do que o anterior. Não temos dúvidas disso. Estamos mais preocupados em que o Governo corrija o que a experiência demonstrou estar desadaptado, alcançando com isso mais eficiência e eficácia na sua acção. Não nos importa, por isso, como consideram alguns com uma visão primitiva, inflexível e ortodoxa, que o executivo, na prossecução de uma maior eficiência, apresente - permitam-me a expressão - mais uma foice ou menos um martelo na sua vertente departamental.

Um dos objectivos, centrais, a atingir na futura acção governativa será o de prestar um maior apoio ao sector empresarial regional, reforçando a competitividade das empresas e a qualidade do serviço que prestam. As parcerias com a Universidade dos Açores e o reforço do papel interventivo do Instituto de Novas Tecnologias dos Açores permitirá melhorar a capacidade de investigação e aplicação das novas tecnologias no mundo empresarial. Impulsionando, dessa forma, novas oportunidades de negócio em áreas como o comércio-electrónico, as comunicações e as empresas de serviços tecnologicamente avançados.

Continuar, noutra plano, de uma forma sustentada, a desenvolver um grande numero de iniciativas, de âmbito local, de fomento à utilização de novas tecnologias, sobretudo entre os jovens, promovendo assim a qualificação e integração social, combatendo ao mesmo tempo a exclusão e as assimetrias sociais, é outra intenção programática em que nos revemos profundamente.

Realce-se, neste domínio, o objectivo central, que a JS defenderá de forma intransigente, de continuar a desenvolver um esforço muito profundo no sentido de promover uma melhoria da igualdade de oportunidades no acesso à sociedade de informação e aos diversos serviços por ela disponibilizados. A aposta na democratização do acesso às novas tecnologias nos Açores é, assim, uma prioridade fundamental no evitar da progressão de novos fenómenos de exclusão social. Age assim correctamente o Governo ao priorizar este domínio da sua intervenção política.

Outra área onde nos agrada, particularmente, o compromisso do Governo é a intenção expressa de melhorar a presença das novas componentes tecnológicas na educação, aos seus diferentes níveis. Nesse sentido, assume especial relevância o novo reforço operacional que se prevê para o Centro de Apoio Tecnológico à Educação. Estas orientações, compaginadas com os novos vectores de produção tecnológica - aumentado conteúdos regionais na "web" e apostando decididamente nas componentes multimédia na promoção do ensino e na disseminação de informação em geral - permite-nos a retirada de algumas ilações, seguras e sérias, sobre o esforço do Governo em contribuir para a busca de soluções de mudança em matéria educativa.

É também com grande satisfação que registamos o esforço que está previsto fazer na área da administração publica regional no que concerne à integração de novas tecnologias e consequente disponibilização de novos conteúdos e mais eficientes serviços: internamente, à própria máquina

administrativa, melhorando assim o seu desempenho e produtividade; e externamente, aos cidadãos em geral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se em matéria de Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação se nos afigura correcta a orientação governamental, conforme tentei salientar atrás, o mesmo poderemos afirmar no que concerne à natureza das opções políticas direccionadas para a juventude e suas respectivas envolventes.

O Governo, por mérito da sua acção nos últimos quatro anos, conforme é reconhecimento generalizado dos parceiros sociais, contraiu a elevada responsabilidade de se manter ao mesmo nível na vigência do actual mandato.

Uma outra reconfortante ilação que é possível extrair da leitura, atenta, do programa do Governo é o compromisso, formal, no sentido do aperfeiçoamento generalizado da atenção a prestar aos grupos de risco e dos apoios a orientar às associações representativas da juventude.

Neste âmbito, o objectivo de permeabilizar, cada vez mais, a participação do movimento associativo no processo social e decisório merece uma referência destacada da nossa parte. Esse normativo programático permite, na perspectiva da Juventude Socialista, transformar a sociedade tornado-a mais justa, livre e democrática.

Como mudaram as coisas em quatro anos!

É por obediência a valores, convicções e princípios inalienáveis que afirmo aqui, solenemente, que a JS se revê, de forma muito particular, neste capítulo do Programa de Governo

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar sem antes, em nome da Juventude Socialista, felicitar todos os deputados da Assembleia Regional bem como todos os membros do VIII Governo Regional dos Açores. Espero, sinceramente, que nos próximos quatro anos - e quando tanto se fala na crise dos sistemas de representação política - possamos enaltecer as virtudes do debate livre e democrático que nesta Casa deve ser prosseguido.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

É minha intenção expressar e pôr à vossa consideração algumas reflexões sobre questões que creio essenciais para o desenvolvimento do sector agrícola dos Açores, as quais constituem outras tantas preocupações cujas soluções, em meu entender, deveriam ter sido abordadas de forma mais clara e explícita no Programa de Governo que ora apreciamos.

Os condicionalismos que pesam sobre a produção pecuária bovina açoriana, principal suporte da nossa agricultura, não perspectivam um futuro de tempos fáceis.

A falta de quota leiteira constitui, sem dúvida, o principal estrangulamento, assumindo agora ainda uma maior acuidade, se tivermos em conta as dificuldades que se vislumbram no sector da carne.

A quantidade de referência distribuída na Região, contabilizadas já as transferências provenientes de volumes de leite libertados no último resgate, não ultrapassa as 455.000 toneladas, e o leite entregue nas unidades industriais do arquipélago na campanha de 99/2000 rondou as 505.000. Verifica-se assim na referida campanha de produção, no mínimo, um défice de quota da ordem das 50.000 toneladas. O problema agrava-se em 2000/2001, em virtude do acréscimo de produção da campanha em curso.

Pesem embora as diligências de âmbito político que ultimamente têm vindo a ser desenvolvidas pelo Governo Regional para o aumento da quantidade de referência distribuída na Região, a realidade é que a Comissão Europeia tem mantido uma posição de intransigência nesta matéria.

Uma tal situação coloca vários problemas que não poderão deixar de ser enfatizados, devendo desde logo questionar-se a própria estratégia seguida para o desenvolvimento do sector leiteiro nos últimos anos.

- Em particular, parece-me que teria sido preferível ter actuado em tempo útil, de modo a permitir o crescimento da produção de leite até aos níveis compatíveis com o potencial dos recursos existentes, sem se pôr em causa a qualidade paisagística e a preservação ambiental. Ter-se-ia assim

contribuído para o acréscimo da riqueza criada na Região, para o desenvolvimento de outros sectores da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Assim não aconteceu. Vemo-nos pois confrontados agora com a obrigação de aceitar não só o não crescimento da produção leiteira, mas, o que é ainda pior, a eventualidade da sua redução, com a consequente e significativa diminuição do PAB regional. E pergunta-se:

Com que consequências para os produtores?

Com que consequências para a indústria transformadora?

Com que consequências para a economia regional em geral?

Não esqueçamos que nos últimos anos, e muito bem, têm vindo a ser realizados vultuosos investimentos num grande número de unidades industriais, designadamente a construção de novas fábricas, com vista a uma louvável modernização e adaptação às exigências do mercado.

Porém, os volumes de leite recolhidos estão e vão ficar, com certeza, aquém das capacidades de laboração instaladas.

Não estaremos assim perante uma situação que poderá conduzir a um agravamento dos custos de produção dos nossos lacticínios e, implicitamente, a uma diminuição da sua competitividade no mercado?

- Não menos importante é o facto de se ter dado aos produtores a garantia de que as respectivas quantidades de referência passavam a ser equivalentes às entregas ocorridas em 99/2000, o que pressupõe, como já referimos, uma nova ultrapassagem da quota de, pelo menos, 50.000 toneladas. Não tendo havido nenhuma decisão e consequentes disposições administrativas nesse sentido, como serão evitadas as penalizações?

- Em boa verdade, instalou-se um ambiente de contusão total a respeito da questão das quotas, o que gera um clima de incerteza e de temor quanto ao futuro do sector leiteiro dos Açores que é a todos os títulos prejudicial.

Pensemos nas alternativas à produção de leite.

Muita esperança tem sido posta no sector da carne.

Contudo, para o desenvolvimento da produção de carne e sua afirmação no mercado de forma consistente, não basta ter dado continuidade à reestruturação da rede regional de abate. Paralelamente, há que superar obstáculos de monta, o que requer tempo, disciplina e capacidade de organização. E, sobre este assunto, permitam-me alongar-me um pouco mais.

A produção de carne nos Açores resulta, na sua maioria, do aproveitamento das descendências do efectivo leiteiro, tradicionalmente expeditas em vida, em idades jovens, para completarem o seu acabamento noutras regiões do país onde abunda o alimento e escasseiam os animais.

A Região não desenvolveu assim, ao longo dos tempos, qualquer especialização na produção de carne. Consequentemente, as características do produto que oferece, apresentam uma enorme variabilidade, dependente do tipo, da conformação e do estado nutricional dos animais, o que, por sua vez, dificulta uma aceitação continuada do mercado.

Sente-se também a falta da experimentação necessária à definição do tipo de bovino mais adequado ao mercado que temos e da tecnologia que deverá ser adoptada na sua produção, transformação e formas de comercialização, conferindo-lhe características de uniformidade e de qualidade certificáveis.

Por outro lado, os Açores não dispõem de qualquer raça autóctone, possuidora de características específicas. Assim, poder-se-á certificar apenas a origem do produto e um modo de produção natural, numa região não poluída, com a prevenção de todo o tipo de contaminações prejudiciais à saúde do consumidor.

A adopção de um sistema de certificação da nossa carne tem sido extremamente morosa. Embora se diga no Programa do Governo que, e passo citar, ...o processo de certificação da "Carne dos Açores" está concluído dispondo já a Região da marca e de um selo(fim de citação). A verdade é que o acesso ao "Caderno de Especificações Técnicas - Carne dos Açores - Indicação Geográfica" não foi generalizado. São, portanto, desconhecidas dos produtores as exigências e os requisitos a que deverão obedecer as explorações e o modo de criação dos bovinos certificáveis.

Porém, aquilo que me foi dado conhecer das regras definidas para a produção fundamenta os meus receios quanto à exequibilidade prática da certificação da carne dos Açores nos termos em que está feita e ao rápido aparecimento da marca no mercado.

Muitas das obrigações relativas ao maneio e aos modos de produção contidas no "caderno de especificações" espelham práticas em desuso há mais de quarenta anos, em nada compatíveis com as realidades estruturais, técnicas e sociais de hoje em dia.

Todas estas questões e a eficácia do processo de certificação, agora mais do que nunca, assumem uma importância essencial e uma urgência inaudita.

O clima de desconfiança que se instalou na sequência do caso de BSE recentemente diagnosticado em São Miguel, para além da concretização rápida das medidas anunciadas pelo Governo Regional, só poderá ser superado apenas através das garantias dadas ao consumidor por um sistema de fiscalização, controlo e certificação eficazes.

Voltemos agora à nossa atenção para outras possíveis alternativas de produção agrícola.

No que respeita às chamadas culturas industriais, que dizem respeito exclusivamente à ilha de S. Miguel, temos assistido ao seu progressivo decréscimo. A chicória está definitivamente extinta, a beterraba sacarina consegue, a custo, os mínimos de produção que justificam a laboração da fábrica de açúcar, este ano reduzida apenas a dez dias, e o tabaco, por razões conhecidas, não apresenta também hipóteses de crescimento, antes pelo contrário.

A produção horto-frutícola, outro sector cujo desenvolvimento é importante, sofre a feroz concorrência, em termos de apresentação, preço e variedade, dos produtos estrangeiros; faltam estruturas de organização da produção que dinamizem a concentração da oferta e assumam o cumprimento, das normas de apresentação e de comercialização dos produtos.

Por outro lado, a não conclusão atempada da revisão do POSEIMA, negociada e praticamente encerrada em 1997, que poderia ter introduzido, há já quatro anos, um conjunto de apoios muito interessantes para este sector, são tudo factores que determinaram uma estagnação quase total destas actividades, com a consequente não evolução da sua capacidade de organização, de aquisição de "Know-how" e de marcação de posições no mercado.

Num quadro como o que temos vindo a referir, que perspectivas se desenham para os rendimentos dos que trabalham na Agricultura? Pergunto se foram realmente cumpridos os grandes desígnios do reforço das fileiras do leite e da carne e da diversificação, apanágio da actuação do anterior Governo?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional
Mesmo um tema tão candente como é o da "Qualidade e Defesa do Consumidor", denominador comum de todas as políticas, que, na área da produção de alimentos, deveria ter sido abordado na perspectiva dos conceitos desenvolvidos em documentos tão importantes como são o Codex Alimentarius ou o Livro Branco da Comissão sobre Segurança Alimentar, embora citado como sendo objecto de actuação privilegiada por este Programa de Governo, é tratado num conjunto de medidas que considero avulsas, com falta de um fio condutor que as integre na satisfação do objectivo que servem, distribuídas, senão mesmo repetidas por diferentes departamentos do Governo Regional.

A este propósito e a título de exemplo cabe perguntar:

- Será o Laboratório Regional de Veterinária, que deveria crescer e ver melhoradas as suas possibilidades de acção na área da Patologia e da Sanidade animais, a instituição mais vocacionada para se, e passo a citar: "...estrutura de suporte da qualidade e segurança do consumidor"?

- A quem caberá na Região a gestão integrada e coordenada dos riscos da cadeia alimentar, na perspectiva do desígnio "da exploração à mesa do consumidor"?

- Quem terá por missão implementar, fiscalizar, reconhecer e garantir os sistemas de gestão de qualidade nas empresas?

- Em suma, que entidade deverá assumir a inter locução e o exercício das competências da "Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar", organismo recém-criado pelo Ministério da Agricultura, integrando diversas Direcções Gerais e Serviços nesta área?

Antes de terminar, seja-me permitido ainda referir algumas questões pontuais que, constando das medidas a executar, não são suficientemente claras na definição de objectivos ou nas suas formas de implementação. Assim:

- Quando se diz, e cito: "Iniciar projectos nos perímetros de ordenamento agrário nas ilhas identificadas com maiores handicaps fundiários e naturais", pergunto: - que ilhas e que projectos?

-No que respeita à rede viária agrícola, foi sempre uma questão controversa a sua conservação e manutenção. A SRAP rasga caminhos, constrói as respectivas obras d'arte e pavimenta-os de

acordo com as necessidades estruturais do desenvolvimento agrícola, e, felizmente, são já muitos os quilómetros de estrada construídos. Caminhos que depois não são de ninguém, pois continua a verificar-se a velha indefinição de a quem compete velar pela sua conservação.

Lemos no PGR, como medida a executar nesta área, e passamos a citar:

"Consolidar a rede de caminhos rurais e investir na manutenção da rede viária rural".

Será que esta intenção do Governo Regional significa a assunção integral da rede de caminhos agrícolas e a criação, no âmbito da SRAP, de uma estrutura vocacionada para a sua conservação? Integrada em que Direcção Regional?

- Outra medida, esta na área da qualidade, prende-se com e cito, "a criação de um sistema de controlo da qualidade direccionado para a melhoria da qualidade da Carne dos Açores - Denominação de Origem Controlada (DOC). em que medida se pretende alterar a Indicação Geográfica "Carne dos Açores" alegadamente já concluída?

- Ainda sobre este tema, o Governo pretende criar uma estrutura autónoma de gestão da rede regional de abate que designa por Carne dos Açores, S.A.. Será que uma tal medida, para além de colidir com a designação de "Carne dos Açores", indicação geográfica, significa a intenção de privatizar os matadouros da Região?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Não me alongarei mais.

É minha profunda convicção que, dada a peculiaridade da natureza das nossas ilhas, é sobretudo na actividade agrícola que poderemos continuar a gerar riqueza, a criar condições para a fixação e para o bem estar das populações no meio rural, numa perspectiva integrada de preservação da paisagem e de respeito pelo ambiente.

Embora considere que este Programa de Governo, no que à agricultura diz respeito, enumera de forma genérica um conjunto de objectivos compatíveis com o que acabei de referir, não caracteriza, contudo, uma estratégia concertada de desenvolvimento para o sector, nem espelha as políticas necessárias para a sua concretização, nos tempos difíceis que se avizinham.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PCP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras, na análise do Programa do VIII Governo Regional, serão no sentido de apelar para que no futuro e na execução deste programa, o actual Governo Regional e todos os serviços dependentes da Administração Regional falem aos açorianos, sempre com verdade e divulguem toda a verdade, sejam precisos em tudo o que disserem e, falem com a clareza necessária a serem perfeitamente percebidos por toda a população; é fundamental que todos os cidadãos compreendam o que os políticos lhes dizem, e é necessário que todos tenham razões para aceitar facilmente que o Governo Regional e a administração pública regional lhes falam com verdade e com seriedade, mas para isso as mensagens que recebem têm de ser claras e completas, objectivas e totalmente verdadeiras.

Vem isto a propósito das expectativas que no mês de Setembro foram criadas aos agricultores da Região, informando a administração das datas previstas para o pagamento das ajudas e prémios a que têm direito.

Essa informação, profusamente divulgada avulso e divulgada ainda através do boletim "Divulgação Agrária" editado pela Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, criou nos interessados a ideia das verbas com que podiam contar e a data calculada da sua entrega. Acontece que essa informação, por exemplo, em relação às "Indemnizações Compensatórias" anunciava o seu pagamento entre 2 e 4 de Outubro do corrente ano. Mas, passados dois meses sobre a data prevista há agricultores, pelo menos na Ilha das Flores, mas julgo que em todas as Ilhas, que ainda as não receberam. Daí, o primeiro apelo, há que ser preciso nas informações. Mas, será fundamental que a administração se esforce no sentido de serem cumpridas as expectativas criadas.

E, ao falar destas matérias, entendemos que será importante que o Governo Regional se esforce no sentido das entidades responsáveis pela transferência das verbas referentes aos diversos apoios ou o

instituto responsável pela gestão e controlo da atribuição das ajudas, INGA e IAMA, informem os beneficiários, quando lhes depositam as verbas na conta bancária, que lhes foi depositada a verba e a que apoio ou ajuda concreta se refere a importância depositada. Ou, se isso não for possível, pelo menos que os Serviços de Ilha da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, recebam essa informação de modo que as possam fornecer aos interessados, até porque são esses serviços que recebem as candidaturas às ajudas e aos diversos apoios aos agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

No Programa do Governo e no sector das Pescas são apresentados um conjunto de objectivos interessantes, necessários e positivos — otimizar a exploração dos recursos, modernizar a frota, reforçar a formação profissional, reparar e melhorar os portos de pesca, de entre outros; no entanto, estas medidas só por si não são suficientes para que os pescadores, nomeadamente todos aqueles que continuam a utilizar os pequenos barcos, se sintam entusiasmados com as possibilidades de manterem rentável a sua actividade.

Há que conhecer bem as realidades deste sector em todas as Ilhas; na Ilha das Flores continuam-se a utilizar os pequenos barcos, de boca aberta ou semi-cabinados, de pequenas dimensões, mas que são responsáveis pelo abastecimento local e para a exportação de muitas toneladas de peixe, que por via aérea é enviado para o Continente Português e até para o estrangeiro. Com estes barcos pesca-se em redor da Ilha e chega-se a uma distância da costa que é função do estado do mar e do conhecimento dos diversos pesqueiros, mas que está sempre dependente das reduzidas dimensões dos barcos e de um mar frequentemente revolto.

Assim, as Portarias 7/2000 e 18/2000 publicadas respectivamente nos Jornais Oficiais, I Série, nºs 4 e 11 de 27 de Janeiro e 16 de Março, permitindo que todos os barcos com 14 metros pesquem até uma milha da costa e que para além das três milhas possam pescar todos os barcos até 24 metros, que assim o entendam. Ora, isto na Ilha das Flores veio permitir que todos os barcos provenientes de toda a região pesquem à volta da Ilha até às 3 milhas e muitos dos barcos de toda a região exerçam a sua actividade até uma milha da costa, porque muitos dos que vão pescar até às proximidades das Flores têm 14 metros ou até um pouco menos. Em nosso entender, isto é capaz de vir, a curto prazo, tornar impossível que os pescadores da pesca artesanal da Ilha continuem a exercer a sua actividade. Há que proteger os barcos registados em cada Ilha, no sentido de permitir-lhes pescar à volta do porto onde estão registados. Há que incentivar que nestas Ilhas continuem a existir profissionais da pesca que possam exercer a sua actividade nas proximidades da sua ilha e é forçoso proteger os frágeis “stocks” dessas Ilhas e, **isso não está a ser feito**; permitindo que todos possam ir pescar, utilizando aparelhos de grande extensão e com milhares de anzóis até 3 milhas da costa das Flores, e que todos os que têm menos de 14 metros possam pescar até uma milha da costa das Flores, igualmente com aparelho tipo “trolley”, está-se a esgotar os “stocks” daquela Ilha, e consequentemente esta legislação é impeditiva do desenvolvimento equilibrado e duradouro do sector das pescas na Ilha.

Por tudo isto, julgamos que nesta área o primeiro passo será revogar a legislação existente no sentido de incentivar a actividade dos pequenos barcos à volta da Ilha a que pertencem, impedindo que barcos que têm a capacidade de percorrer as 120 milhas que as Flores distam do Faial ou as 260 milhas que as Flores distam de São Miguel, tenham a possibilidade de ir pescar junto à costa das Flores — uma milha é junto à costa, ou 3 milhas se têm mais de 14 metros, é muito próximo da costa. Para que este Programa de Governo seja implementado em todas as Ilhas é exigível revogar a legislação vigente, relativa à distância a que podem operar os diversos tipos de embarcações, assim como continua a ser necessário fiscalizar os aparelhos utilizados a fim de se poder verificar se estão de acordo com a legislação. Ainda neste sector consideramos positivo o objectivo de melhorar os portos de pesca, porque na Ilha das Flores isso é fundamental em todos os portos e essencialmente é necessária uma fiscalização exigente dessas obras para que não aconteça, o que aconteceu nos últimos anos nas Flores, onde as obras executadas não deram os frutos desejados, apresentando deficiências diversas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Programa do Governo, ao analisar o capítulo “melhorar as acessibilidades e diminuir os custos da economia insular” refere-se a introdução do voo ao sábado para as Flores e, na época alta, ao domingo; apesar das Flores ter usufruído no passado Verão de voo ao domingo, a realidade é que esse voo efectuou-se num período muito curto (2 meses, aproximadamente); é do conhecimento

público que a ocupação desse voo, ao domingo, foi muito boa, justificando por isso continuar-se com o voo. Quero salientar que foram frequentes as dificuldades de transporte, por via aérea, das Flores para o exterior — estou a lembrar-me, por exemplo, das deficiências muitas vezes existentes com a exportação de peixe, — assim como todos os que vivem naquela Ilha ou que para lá viajam conhecem muito bem os frequentes cancelamentos devido às condições atmosféricas. Por isso mesmo, seria desejável e justificar-se-ia que durante todo o ano as Flores tivessem voo programado em horário **todos os dias incluindo aos domingos**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao analisar o Programa do governo veio-me à memória alguns aspectos que têm a ver com deficiências existentes na Ilha por que fui eleito e que urge resolver. Não vou referir todas, nem tudo, mas atrevo-me a dar alguns exemplos:

No Programa do Governo afirma-se “reabilitação, reordenamento e reapetrechamento das diversas infra-estruturas portuárias” e quero lembrar que o porto das Flores não tem iluminação, não tem água, não tem gare de passageiros, não tem uma simples instalação sanitária.

No Programa do Governo fala-se em “racionalizar o processo de armazenagem e distribuição de combustíveis” e quero lembrar que dever-se-ia pensar em que o aeroporto das Flores deveria ter a possibilidade de abastecer de combustível as aeronaves.

No Programa do Governo fala-se em “incentivar a produção de energias renováveis” e nas Flores poder-se-ia aumentar a produção hidroelétrica ou pensar-se na produção de energia eólica.

No Programa do Governo refere-se o “surgimento do serviço Móvel Terrestre que hoje chega a todas as ilhas” mas uma grande parte das localidades das Flores ainda hoje não têm acesso a qualquer rede, de modo que o Governo Regional poderia proporcionar meios ou apoiar a integral cobertura da Ilha.

E a lista não acaba aqui, mas terei oportunidade, no futuro, de continuar a referir as muitas necessidades da minha Ilha, que embora distante e pouco populosa, entendo que os seus habitantes têm o legítimo direito de poderem viver com a mesma qualidade de vida dos restantes açorianos. Para isso, é fundamental que todas as parcelas desta Região se desenvolvam equilibrada e harmonicamente.

Muito há a fazer em todas as Ilhas. Mas é fundamental que todas usufruam do progresso, para que todas se possam desenvolver de modo a existirem condições que levem os jovens a optarem por continuar a viver nas suas Ilhas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

(Eram 12 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, temos que dar início aos nossos trabalhos, pois temos um horário rigoroso da cumprir.

Daria a palavra à Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O percurso para uma cidadania plena conheceu várias fases, começando por atingir o conjunto dos direitos civis no século XVIII, seguindo-se os direitos políticos de participação no século XIX e os direitos económico-sociais, que conferem o poder de exigir um mínimo de bem-estar, no século XX. Fala-se agora de uma nova geração, a dos direitos de solidariedade, à paz, ao desenvolvimento, ao ambiente e ao respeito pelo património comum da humanidade.

Neste contexto as políticas sociais do XIII Governo Regional procuram, na sequência de muitas das medidas promovidas pelo anterior governo, estabelecer as condições para que os açorianos possam realizar os seus direitos de cidadania, o que exigiu, e continua a exigir, novos instrumentos de intervenção social e novas metodologias de acção.

As intervenções deste governo no que concerne às políticas de solidariedade e segurança social continuarão a desenvolver-se através da implementação de acções junto dos grupos sociais considerados mais vulneráveis, nomeadamente *as crianças e jovens em risco, os ex--reclusos e repatriados, os desempregados de longa duração, as mulheres vítimas de maus tratos, as pessoas com deficiência, e as pessoas vítimas de catástrofes.*

Com essas medidas pretende-se combater algumas das causas estruturais da pobreza através da mobilização das comunidades locais, promovendo-as e ajudando-as na resolução dos seus próprios problemas.

Deste modo, e face aos projectos em curso e aos objectivos alcançados, pretende-se que as políticas de intervenção social assentem em quatro grandes iniciativas: **"EMERGÊNCIA-CRIANÇAS EM RISCO"**; **"PROGRAMAS DE INSERÇÃO SOCIAL DE GRUPOS DE ELEVADO RISCO DE EXCLUSÃO"**; **"REDES DE SUPORTE SOCIAL"**; **"CENTRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA"**; E **OUTRAS MEDIDAS"**.

Com a iniciativa **"Emergência - Crianças em Risco"**, pretende-se em primeiro lugar o **Desenvolvimento Infantil Integrado**, em segundo o **Acolhimento e Resposta de Emergência**, criando-se em todas as ilhas onde haja tribunais, equipamentos apropriados e, por último, **Promoção de Actividades Lúdicas-Pedagógicas** como forma de ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens.

Com os **Programas de Inserção Social de Grupos de Elevado Risco de Exclusão**, continuar-se-á a dar Apoio a Cidadãos Deportados e Repatriados, a Alcoólicos e Toxicodependentes e suas Famílias, através do suporte personalizado e da criação de condições para a sua inserção no mundo do trabalho através de empresas de inserção e de outras medidas activas de promoção de emprego. Apoio aos desempregados de baixa empregabilidade, através de iniciativas no âmbito do mercado social de emprego.

A iniciativa **"Redes de Suporte Social"** pretende através de uma rede organizada de entidades, técnicos e outros agentes comunitários disponíveis, prestar uma assistência directa a grupos socialmente vulneráveis, com problemas permanentes ou temporários, nomeadamente doentes mentais, doentes com o síndrome de Machado Joseph, pessoas vítimas de catástrofes, mulheres vítimas de maus tratos e pessoas sem abrigo.

O governo procurará ainda consolidar os Centros de Economia Solidária, já criados, como um instrumento social inovador nos Açores, para a inserção sócio-profissional de pessoas em situação de exclusão social. Tratam-se de centros comunitários com recursos integrados de formação, inserção e apoio sócio-comunitário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Este Governo diligenciará para que a intervenção social contribua de modo decisivo para uma melhoria significativa das condições de vida da população açoriana, seja através de prestações pagas ou de programas de desenvolvimento comunitário. Neste âmbito o alargamento do mercado social de emprego é outro aspecto que merecerá especial atenção.

Para atingir esses objectivos é necessário:

Impulsionar o alargamento da rede de equipamentos para infância.

Aprofundar as medidas de controlo e acompanhamento da aplicação do rendimento mínimo garantido.

Promover a erradicação da pobreza através do fomento da empregabilidade e do emprego.

Para tal será criada uma rede de empresas de inserção e criadas medidas no âmbito do mercado social de emprego.

Promover a consolidação e a qualidade do apoio aos mais idosos, visto o envelhecimento demográfico ser uma realidade também nos Açores, correspondendo a uma população de cerca de 29000 idosos, ou seja (12%).

Impulsionar a manutenção da integração social e comunitária dos mais idosos através da ampliação e melhoria da intervenção dos serviços domiciliários, nomeadamente com equipas multidisciplinares. Continuará a apoiar os centros de dia e os centros de convívio para idosos e a implementar a rede regional de lares e **centros de cuidados geriátricos** tendo em atenção a construção de estruturas que permitam a prestação de cuidados humanizados.

Apoiar a pessoa portadora de deficiência e as suas famílias, principalmente aqueles que, após 16 anos, deixam de estar ao abrigo das escolaridade obrigatória.

Apoiar as mulheres vitimas de violência se desenvolver uma política coordenada de investimento em equipamentos sociais.

Deve estreitar o relacionamento com Instituições Particulares de Solidariedade Social, as IPSS.

Fomentar o voluntariado, que é fundamental. Isto é uma medida muito importante, - e vamos ter o ano internacional do voluntariado, porque sem voluntários não podemos imprimir e realizar muitas das medidas pretendidas por este Governo.

Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, nomeadamente no que respeita à discriminação no acesso à educação e formação profissional, na criação de condições para melhorar o acesso das mulheres ao emprego através da melhoria da rede de creches e na adopção de medidas de discriminação positiva destinadas a aumentar a empregabilidade das mulheres.

Fomentar a prevenção e o combate às dependências e promover estilos de vida saudáveis. Como podem verifica, esta é uma problemática inter-governamental com uma incidência e responsabilidade mais acentuadas em determinadas Secretarias, principalmente a dos Assuntos Sociais, mas tem a ver também com a formação profissional e com as políticas de juventude. Portanto, esta deve ser uma das áreas com interesse que esta Casa tem e que veja activada e que tenha uma boa implementação.

Descentralização e instalação dos serviços de solidariedade e segurança social. É um processo que já está em andamento e deve ser continuado, que é o processo de descentralização dos serviços de segurança social nos domínios dos regimes e acção social

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Como já referi noutros contextos, no que diz respeito ao serviço estatal/regional de saúde, a saúde visa um direito universal e geral, visa a concretização, através da prestação de cuidados integrados de cuidados de saúde (aspecto técnico), que está a cargo de equipas multidisciplinares, visa através do conhecimento cada vez mais aprofundado do "estado da arte" (aspecto funcional), e com uma organização unitária, visa os cuidados de saúde da nossa população.

São estes os pressupostos que nos levam a propor medidas para continuar a assegurar e melhorar os cuidados de saúde necessários à nossa população relacionadas com essencialmente:

Recursos Humanos;

Promoção da saúde e prevenção da doença;

Com os sistema de cuidados;

Com os sector privado;

Com os cuidados continuados.

Nos **Recursos Humanos**, concebendo um plano regional relativo aos recursos humanos necessários aos Serviço Regional de Saúde, sua formação inicial, complementar e formação permanente, estabelecendo-se critérios relativos às reais carências e ganhos em saúde para a população;

Na **Promoção da saúde e prevenção da doença**, temos que incidir em áreas diversas como a saúde materna-infantil, o planeamento familiar, as doenças sexualmente transmissíveis, e como já referi anteriormente as dependências, essencialmente em alcoolismo e em drogas ilícitas. Estas deverão ser alvo de políticas concertadas não só outros departamentos governamentais, mas também com a comunidade. A comunidade tem que ser chamada a trabalhar e a intervir nesta área, através das organizações não governamentais e com instituições particulares de solidariedade social, organizações profissionais e autarquias.

Com **sistema de cuidados** temos que valorizar os cuidados de clínica geral e de medicina familiar, não podendo descurar os cuidados hospitalares, ma medida em que é impossível parar, porque a tecnologia e o avanço obriga-nos a caminhar a par e passo com este desenvolvimento.

Com o sector privado, porque temos que zelar pelas nossas instituições particulares de solidariedade social, essencialmente no que respeita à toxicodependência e à saúde mental, que são instituições históricas na nossa Região e que se têm dedicado a estes cuidados.

Com os cuidados continuados, como já referi a nossa população está envelhecendo e cada vez mais vamos ter idosos dependentes, idosos que estão ocupando camas em instituições hospitalares e o seu problema é um problema de ordem social e não um problema clínico. Portanto, temos que

pensar em formas de apoiar estas pessoas, estes idosos, estes doentes que são portadores de doenças crónicas e precisam é de um apoio relacionado com a segurança e a solidariedade social.

Os investimentos na área das instalações, tecnologias e equipamentos serão em consonância com a carta de equipamentos a elaborar. No desenvolvimento das novas tecnologias, encontra-se a telemedicina, não só com a sua vertente consulta à distância, mas também como uma nova comunicação para trocas de informações diversas entre hospitais e centros de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O VIII Governo Regional, em geral, e a Secretaria dos Assuntos Sociais

em particular, sabem da importância que reveste para os açorianos estas duas vertentes das políticas sociais, a da solidariedade e segurança social e a da saúde; sabem que estas traduzem a concretização dos direitos sociais dos nossos cidadãos, consubstanciadas nas propostas apresentadas pelo Partido Socialista aos açorianos nas eleições do passado dia 15 de Outubro. Os açorianos reconheceram-se e identificaram-se com as nossas propostas. Os açorianos disseram sim. É neste reconhecimento que estará a nossa força para levar por diante este Programa que agora apresentamos e submetemos a esta Assembleia, a fim do o legitimar e transformar no instrumento primeiro do nosso trabalho.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Devo dizer, em primeiro lugar, que vários são os aspectos aqui focados, da sua intervenção, que têm a minha concordância.

No entanto, e sem adiantar aquilo que será objecto da minha intervenção, queria dirigir-lhe algumas perguntas no âmbito da Solidariedade e da Acção Social:

No âmbito do Rendimento Mínimo Garantido gostaria de saber, em concreto, quantos são os beneficiários deste rendimento nos Açores? Pergunto, porque parece-me que existem números que não são coincidentes.

Tenho comigo uma estatística do Instituto de Informática, estatística da solidariedade, que aponta um número e tenho declarações feitas pelo Sr. Director Regional que apontam outro número.

Nesse conjunto de perguntas sobre Rendimento Mínimo Garantido, não posso deixar de perguntar quais foram as verbas envolvidas desde 1996, altura em que foi implementado o Rendimento Mínimo Garantido como experiência piloto e mais tarde em termos globais, quais foram as verbas investidas em cada uma das ilhas? Quais foram os beneficiários que deixaram de o ser por não cumprirem com as suas obrigações? Quais foram os beneficiários que deixaram de o ser, porque foram projectos bem sucedidos que conseguiram a sua integração, trazendo melhorias nas condições de vida social e familiar desses beneficiários?

Gostaria também de perguntar à Sra. Secretária Regional, relativamente ao complemento de pensão e ao complemento de reforma, porque há na comunicação social escrita alguns artigos que chamam a atenção para o número substancial de requerimentos que foram feitos no âmbito da legislação em vigor, aprovada por esta Casa e que não foram atendidos. Tenho aqui um artigo que aponta para um valor de 1500 pessoas que aguardam resposta, face aos requerimentos que foram apresentados nos Serviços do Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social.

Ainda no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido, gostaria de perguntar à Sra. Secretária se todos os beneficiários adultos, maiores, se estão inscritos nas agências para a qualificação e emprego no âmbito do PROSA, seguindo assim o Despacho Normativo do vosso 1º governo, feito muito recentemente, na sequência de legislação nacional que havia imperativamente sobre esta matéria?

Gostaria também de saber se no âmbito das vossas preocupações de apoio às crianças de risco, nomeadamente as famílias em risco e com as quais concordo, se a lei de protecção de crianças e jovens/emprego (Lei 147/99 de 21 de Setembro) vai ter ou não aplicação nos Açores e se vai haver alguma medida de iniciativa legislativa em relação a esta matéria?

Por fim duas perguntas apenas sobre a política social directa, no âmbito do apoio aos idosos e no âmbito do apoio aos deficientes.

Foi feita uma caminhada enorme, muito válida, que começou em governos anteriores e também prosseguida por este governo, no que se refere ao apoio aos idosos. Teve um grande impulso em 1993, género europeu e da solidariedade entre gerações e houve efectivamente em 1999, Ano Internacional das Pessoas Idosas, uma continuidade desses projectos de apoio, ao nível dos Centros de Dia, ao nível dos Centros de Acolhimento, ao nível do apoio domiciliário.

É sobre o apoio domiciliário que gostaria de deixar aqui uma pergunta que não podia deixar de fazer. A maioria das instituições que promovem o apoio domiciliário fazem-no nos dias úteis e nos dias de feriado, dias santos e fins de semana não o fazem. Ora, naturalmente que os idosos isolados que estão nas suas casas precisam da higiene pessoal, da alimentação, da higiene do lar, tratamento de roupas nesses dias e parece-me que ao nível da alimentação e higiene pessoal é indispensável esse apoio domiciliário.

Assim sendo, gostaria de saber se vai haver alguma medida nesse sentido, porque as instituições de solidariedade social que o promovem estão à espera dessa medida ser desenvolvida, o que me parece ser fundamental?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em vou começar pelo fim.

É verdade que o apoio domiciliário aos idosos que é, digamos, a medida ideal de apoio a essas pessoas.

É verdade que o apoio é dado durante os dias úteis, mas também é verdade que as famílias existem e durante o fim de semana elas estão mais disponíveis para dar esse apoio.

Também é verdade que se tenta paulatinamente ir aumentando o número de intervenções no domicílio e a política deste governo tem sido nesse sentido, não só no número de dias de intervenção, como também o tipo de cuidados que se fornece, nomeadamente os higiénicos, os cuidados de enfermagem. O ideal agora era se conseguíssemos, e é nossa intenção, que por vezes também fosse o médico de clínica geral. É fundamental que caminhemos nesse sentido.

Portanto, esta é a razão porque aos fins de semana não se faz tanto esse apoio, porque normalmente os idosos estão acamados e não é todos os dias que são lavados. Os cuidados são diferentes como sabe, naturalmente.

Sobre esta matéria acho que estamos ilucidados.

No que diz respeito ao Rendimento Mínimo Garantido eu gostaria de muito rapidamente referir que o número de titulares em Junho de 99 era de 8554; em Outubro de 2000, eram 7318 e o número de famílias monoparentais eram 23,8% em 99 e agora são 16,3%. A percentagem de 56% dos nossos beneficiários trabalham. O Rendimento Mínimo é só um complemento e que a prestação média anda à volta dos 9.023\$00. Isto significa que, de facto, existe um grande número da nossa população que vão ser apoiados só como um complemento.

Temos a seguir o número de beneficiários, e devo dizer, por exemplo, que, e temos que fazer a distinção entre duas coisas, uma família - e as estatísticas às vezes podem ser confusas - que tem 12 elementos só há um titular e conforme o nível e a idade das crianças o apoio pode ser para 9 ou 10. Portanto, uma coisa são os titulares, outra coisa são os beneficiários.

Portanto, no que diz respeito aos motivos de sensação do Rendimento Mínimo Garantido, nós podemos ver, e depois posso distribuir,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não distribua, porque ele faz confusão!

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: ...que actualmente os serviços da Segurança Social - e todos nós devemos ter a noção de que um dos grandes problemas é a não existência de dados de informação - já estão informatizados, e a problemática do Rendimento Mínimo mês a mês é actualizada. O número de cessações e o número de novos casos estão agora todos contabilizados.

Assim sendo, posso dizer que em Outubro de 99, porque se deixou de verificar a situação de grave carência económica, cessou cerca de 6 mil beneficiários.

A cessação pode ser a pedido do requerente, que é sempre mínima, por deixar de ter residência, integração no mercado de trabalho, o não cumprimento das obrigações do programa de inserção. Implementar uma medida deste tipo, tão abrangente e tão complexa, não é fácil, porque, dependendo da comunidade aonde os beneficiários existem, fazer com que seja compreendido o programa de inserção, fazer com que uma comunidade, que sempre teve a liberdade total de não ter regras, comece paulatinamente a cumprir com um programa de inserção, por vezes, por mais que eles sejam acompanhados e se exija, alguns preferem insistir e, assim sendo, perdem o benefício. Nós temos pessoas nas nossas comunidades que não têm capacidades e que nos velhos tempos estariam institucionalizadas em algumas instituições psiquiátricas, em algumas instituições de deficientes e estão na comunidade e nós temos que contar com este número de pessoas que são beneficiárias do rendimento mínimo, e com toda a justiça o são, porque são pessoas bastantes diminuídas.

Portanto, temos os dados mês a mês sobre os beneficiários do rendimento mínimo.

No que respeita às novas medidas que se pretende implementar para os beneficiários do rendimento mínimo tem a ver com aquilo que eu já referi, que é: se nós implementarmos e apoiarmos um mercado social de emprego em que, de facto, a pessoa recebe a formação e depois é inserida numa pequena estrutura que é preparada para aquelas pessoas, em que têm um horário de trabalho, em que aprendem e recebem uma quantia monetária. Esta é uma forma de conseguir inserir estas pessoas, porque querer inseri-las num mercado normal de trabalho é, digamos, uma utopia. Não vamos por esse caminho, porque nós temos que enfrentar a nossa realidade.

Sempre que nós decidirmos que os nossos beneficiários, um grupo marginal da nossa sociedade vai estar na sociedade e não está institucionalizada, nós vamos ter sempre um grupo difícil de cidadãos que têm problemas graves, complexos e de diversa ordem que passa pelas dificuldades relacionadas com a própria capacidade de inteligência, passando pelo alcoolismo, passando por outras dependências e passando pela chamada diminuição cultural, de origem cultural, faz com que essas pessoas não tenham grande capacidade de aprendizagem. É a nossa realidade e temos que contar com eles.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Era apenas para um pedido de esclarecimento à Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais e que é o seguinte:

Para quando o desenvolvimento do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, regulamentando a unidade de saúde de ilha?

Obrigado.

Presidente: Pergunto à Sra. Secretária de quer responder já ou se quer responder a um maior número de questões.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Como eu já falei bastante, preferia responder a uma série de perguntas, se as houver.

Presidente: Srs. Deputados, não sei se vêem algum inconveniente nesta metodologia, porque ainda estão inscritos os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro, Nélia Amaral e Bento Barcelos.

(Pausa)

É melhor a Sra. Secretária responder, porque se trata de matéria ligeiramente diferente.

Tem a palavra para o efeito.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para mim fundamental e essencial começar a regulamentar o Estatuto do Serviço Regional de Saúde naquilo que é premente e é urgente.

De facto, onde nós tivermos centros de saúde, como o Pico que tem 3, podem ter benefícios com a regulamentação e a criação de um delegado de saúde de ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para participar no debate.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Creio que a Sra. Secretária entende que o seu papel é, agora neste Governo, mais expectante na área da saúde.

Na verdade a sua intervenção revelou-se mais incidente sobre questões de acção social. A saúde é também uma acção social, mas não a distinguiu tanto, quando o verdadeiro desafio que os açorianos esperam do Governo, é sobretudo na área da saúde, porque é exactamente aí que recebeu uma pesada herança do Governo anterior e mais concretamente aí do seu colega de bancada que antes tutelava essa matéria.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Olhe que não!

O Orador: Portanto, as grandes expectativas, mais que na acção social, estão nessa área específica da saúde e as notícias do passado e do presente, bem presente, não são nada boas, mantém-se o conflito e mesmo algum desespero. É por isso que eu tenho que cingir-me, apesar da questão que há pouco o colega deputado do Partido Socialista lhe colocou, a uma outra série de abordagens que devem ser esclarecidas perante os açorianos.

A saúde é um bem e uma tarefa essencial que ao Estado cumpre permitir um processo de igualdade no acesso aos cuidados de saúde de todos os cidadãos. A maior injustiça social é não garantir que o pobre tenha a mesma acessibilidade aos cuidados de saúde que um rico. Portanto, uma relação de cuidados de saúde do serviço público e da privada que não permita discriminação em prejuízo de quem tem menos meios.

Neste plano a sua tarefa é gigantesca e as queixas e as preocupações nunca podem ser consideradas por Vossa Excelência de quixotescas, porque são tão reais, tão evidentes que elas têm é de ser enfrentadas.

Como sabe, a Sra. Secretária, enquanto deputada também tomou posições sobre esta matéria e hoje parece-me ser natural a evolução positiva, mas até para resposta ao esclarecimento anterior teve alguma dificuldade, porque aqui nesta Casa defendeu, na altura do debate e votação do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, posição favorável àquele estatuto. Hoje, já depois de empossada como membro do governo, admite que afinal de contas o estatuto não está bem.

A atitude mais correcta e a mais adequada é de que afinal não está bem e se calhar, mesmo antes da regulamentação, ele tem de ser aperfeiçoado, consensualizado com os profissionais de saúde, porque no processo anterior nem isso foi conseguido. Houve um isolamento e um processo, quiçá, de arrogância perante mesmo os profissionais de saúde e designadamente perante os médicos e aqui temos que contar com uma grande expectativa que tem a ver com a abordagem que a Sra. Secretária vai ter com os profissionais de saúde, médicos e enfermeiros em especial para resolver vários problemas e o que se tem destacado mais ao longo deste ano, obviamente são as listas de espera.

Que medidas concretas e em que calendário tem a Sra. Secretária Regional para propor aos profissionais de saúde e aos utentes do serviço de saúde para combater as listas de espera?

Que soluções concretas tem a Sra. Secretária Regional para, e o título é da responsabilidade do jornal, querer que com mais médicos temos seguramente melhor saúde e o único problema para resolver, quer as listas de espera, quer a falta de médicos internos do internato geral e internos de especialidade e aliviar aqui os serviços de urgência, como é que consegue resolver isso e em que calendário, porque numa das suas entrevistas recentes dava nota de que isso a partir de Janeiro podia estar resolvido?

Mais adiante dizia que isto de arranjar médicos não era fácil e, portanto, vai levar algum tempo. Assim sendo, gostava de saber que calendarização e que instrumentos tem para combater as listas de espera? Esta é uma expectativa natural de todos os utentes dos Centros de Saúde e sobretudo daqueles que há três anos se mantêm em lista de espera para terem acesso a um cuidado essencial que é o cuidado de saúde.

Finalmente temos outra natural preocupação, tendo em conta a nossa condição geográfica.

Que medidas, por via dos novos meios e pela expectativa que todos temos na telemedicina, vão dispôr os Centros de Saúde de cada um dos nossos 19 Concelhos dos Açores e em que calendário é possível contar com o apoio da telemedicina, exactamente para combater custos do Serviço Regional de Saúde e prognósticos e diagnósticos bem mais céleres aos utentes?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para referir que as listas de espera não existem há três anos. Nós tínhamos pessoas nas listas de espera na cirurgia geral há 6, 7 e 8 anos.

Felizmente com as doenças menos graves, temos que salvaguardar sempre isto: quando o sistema não consegue dar resposta há sempre prioridades e elas têm a ver com a gravidade das doenças. Portanto, reconheço que é um problema bastante grave e bastante prolongado no tempo.

De qualquer forma, posso dizer que este ano começou-se com medidas com prioridade, porque os recursos humanos e financeiros não são suficientes. Em termos de prioridades começamos com a cirurgia geral na área da ortopedia. A cirurgia geral tem dado uma boa resposta e neste momento a lista de espera já está, para as pessoas, nos dois anos. Já houve uma belíssima recuperação.

A ortopedia não tem tido uma capacidade tão grande de resposta, porque os próprios serviços são assoberbados com acidentes e que entram fora do normal do seu trabalho, que têm prioridade e vão consumindo os tempos operatórios.

Portanto, nós começamos e vamos continuar dentro destes dois critérios: prioridades, recursos humanos financeiros.

Outro aspecto muito importante é que do ponto de vista dos recursos humanos, o Governo anterior tomou medidas que não teve repercussões de imediato, porque medidas que dizem respeito à formação pré-graduada, ou seja, alunos na Faculdade de Medicina, quando diz respeito a médicos de internato geral, depende de haver médicos que queiram vir para a Região fazer o internato geral, quando diz respeito ao internato complementar, mesmo que a Região negocie com o Ministério da Saúde e nos dê mais vagas para o internato complementar, terá de haver um concurso nacional e se ninguém concorre não temos os internos do complementar.

Mas, eu tenho a dizer que neste momento - tenho aqui as listas, mas não posso dizer, porque a colocação é provisória e sei que os internos gostariam de saber onde estão colocados - nós temos 24 internos de internato complementar que começam a ser colocados agora. Quando eu digo que isto vai ajudar os hospitais a melhorar as equipas da urgência, é uma realidade. Se houver algum atraso depende só da colocação, porque as vagas existiram e eles concorreram. Eles são protocolados, são pessoas que estão fazendo a sua formação e depois são obrigados a vir para a Região o dobro do seu tempo de internato.

Tenho ainda a dizer que neste momento temos 41 bolseiros de medicina, entre o 1º e o 6º anos. São jovens que têm um acordo para virem trabalhar para a Região.

Mais: Temos também bolsas para os jovens técnicos de diagnóstico e terapêutica em número de 41, que também são muito importantes, porque são eles que dão apoio aos próprios especialistas e que fazem os exames de todos os tipos de especialidades.

Portanto, neste sentido estamos fazendo um esforço enorme para que, de facto, possamos resolver o problema dos recursos humanos na Região.

Presidente: Ainda existem alguns Srs. Deputados inscritos, mas como já ultrapassámos a hora regimental, vou interromper os nossos trabalhos para o almoço, recomeçando pelas 15,00 horas.

Vou divulgar os tempos para que os possam controlar.

Peço a vossa atenção.

Governo - 1 hora e 22 minutos;

PS - 2 horas e 7 minutos;

PSD - 54 minutos;

CDS/PP - 20 minutos;

PCP - 7 minutos.

Srs. Deputados, bom almoço.

(Eram 13 horas e 5 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos prosseguir ainda com alguns pedidos de esclarecimento.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Dou a palavra à Sra. Deputado Nélia Amaral para participar no debate.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu creio que os esclarecimentos que foram prestados antes do intervalo pela Sra. Secretária dos Assuntos Sociais foram bastante esclarecedores.

Nos entanto, gostaria de referir apenas dois ou três aspectos que acho serem seguros de realce.

Foram colocadas aqui algumas questões quanto ao número de titulares e ao número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e gostaria de referir que a tendência que se tem verificado vai no sentido destes números virem a decrescer, tanto no número de titulares como no número de beneficiários.

Em Junho de 99 havia 8544 titulares e 29863 beneficiários.

Em Outubro de 2000 havia 7318 titulares e 25445 beneficiários.

Portanto, em termos percentuais passamos de 12,6% da população a beneficiar do Rendimento Mínimo Garantido para 10,4%, um decréscimo em apenas 4 meses que consideramos bastante significativo.

Foi lançada também uma questão referente à situação dos benefícios.

Aqui também me apraz verificar que a tendência é precisamente a inversa. O número de cessações tem vindo a aumentar e em Junho de 99 o número de processos por cessar era de 6785 e em Outubro de 2000 era de 10595. Duas mil setecentas e vinte uma dessas cessações deveram-se ao incumprimento dos contratos de reinserção, por parte dos beneficiários, o que me apraz também registar uma vez que isso significa que as comissões locais de acompanhamento têm vindo a cumprir com a sua acção fiscalizadora.

Considero este também um resultado positivo, porque também nos demonstra que a política de descentralização e de corresponsabilização que este Governo tem vindo a implementar, tem vindo a surtir efeitos e a produzir bons resultados.

Ainda sobre cessações por incumprimento gostaria de vos fornecer mais dois dados:

Mais de 6 mil das cessações de benefícios processaram-se em virtude de se ter deixado de verificar necessidade, enquanto que mais de mil em virtude de integração no mercado de trabalho.

Portanto, mais uma vez acho que podemos concluir que as famílias açorianas estão a ser capazes de utilizar, não só este benefício financeiro, como esta facilidade de reintegração para conseguiram ultrapassar momentos de crise e para conseguirem reorganizar a sua vida com maior autonomia.

Obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos. Não é ainda a sua intervenção, mas estava inscrito para esclarecimentos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção dou a palavra à Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Políticas de Solidariedade são uma componente fundamental das Políticas Sociais e é através da sua definição e implementação que se podem consubstanciar alguns dos princípios e práticas da vivência em igualdade e do direito à cidadania que regem as sociedades modernas, democráticas e humanistas. Princípios de igualdade de oportunidades entre cidadãos com características individuais e sociais distintas que para serem realmente efectivos devem atender também, e de um modo especial, a todos aqueles que, por circunstâncias diversas, apresentam maiores fragilidades. Assim não sendo, a igualdade não passa de um princípio ao nível do direito sem correspondência no viver societal.

Todos sabemos que as desigualdades pessoais - por razões de idade, género, capacidades físicas e intelectuais - e sociais - de origem económica ou cultural - sempre existiram. Mas a vivência da modernidade, modernidade que se empenha na valorização de todo o ser humano, apesar de ter resolvido, ou procurado resolver, ou pelo menos ter chamado ao debate, muitas das questões mais flagrantes de injustiça social do passado, trouxe também novos problemas de marginalização que

não podem ser negligenciados. Todavia, a grande diferença face ao passado está não só nas novas formas de exclusão - aquelas que mais frequentemente são apontadas, num pessimismo muitas vezes não isento de um forte conservadorismo - mas também na denúncia e busca de solução destas como das outras desigualdades.

Com efeito, alguns dos problemas sociais mais candentes da nossa contemporaneidade surgiram do modo de vida que a caracteriza. Mas outros não. Muitos já existiam e não eram percebidos ou considerados como tal, já que eram entendidos como naturais, isto é, conformes a uma natureza que foi sendo definida e justificada pelos poderes que vigoraram nas várias sociedades e nos diferentes períodos históricos. Situações ditas e reditas como naturais, com o conseqüente apelo ao conformismo, à manutenção das normas estabelecidas, à minimização dos factores de conflitualidade. Os pobres eram pobres, os velhos eram velhos, as mulheres eram mulheres, era assim mesmo, que é que se podia fazer ... dar uma ajuda, um apoio, uma atenção, que aliviasse a consciência individual e diminuísse a possibilidade de tensões pessoais e sociais.

Hoje, assim o cremos, os valores são diferentes em grande parte dos países e também na nossa Região, embora muitos, ou pelo menos alguns de nós, nesta sala tivéssemos conhecido, sentido ou vivido outros tempos. Mas mesmo se aceitarmos que uma grande maioria da população açoriana defende, ou diz que defende, valores que assentam na valorização e na igualdade dos direitos de todo o ser humano, independentemente do respectivo posicionamento social e características individuais, a prática, ou melhor, as práticas nem sempre o confirmam. E se isto pode parecer uma evidência, é uma evidência que deve ser evidenciada, realçada, bem conhecida e, tanto quanto possível, solucionada.

Não obstante as melhorias muito significativas que se fizeram sentir no último quarto de século - quando esta região viu quebrar-se o isolamento de um mundo sentido, e pressentido, fundamentalmente por uma emigração de retornas materiais e sonhos que não se queria nem se aceitava desfeitos -, a sociedade açoriana apresenta ainda, ou mais até, uma enorme diversidade. Diversidade entre as várias ilhas, no interior de cada ilha e entre os diferentes grupos sociais. Diversidades conseqüentes a uma entrada recente no mundo da contemporaneidade, com as suas rupturas e fragmentação social e diversidades antigas, de acentuadas desigualdades e estratificação social, numa justaposição que abrange as problemáticas típicas das sociedades modernas mas também as das sociedades tradicionais.

Se qualquer uma delas, entendidas separadamente, se pode apresentar relativamente amenizada, pois muitas das questões do passado têm vindo a ser resolvidas, e as da actualidade não parecem atingir, pelo menos por enquanto, a gravidade que conhecemos em outras sociedades, a sua conjugação num ambiente societal de mudança obriga a uma atenção muito especial por parte de todos, em especial dos responsáveis políticos. Atenção que também não deve ignorar a pequena dimensão do arquipélago, e de cada uma das suas parcelas, já que esta pode ser um elemento potenciador dos desequilíbrios já existentes.

A resolução, ou a minimização, dos problemas sociais, mormente os que estão mais directamente associados com as Políticas de Solidariedade e com esta nossa intervenção, passa, em primeiro lugar, pela sua clara assunção. Numa perspectiva humanista da sociedade os problemas têm de ser conhecidos, sem preconceitos nem ambigüidades, mesmo que se corra o risco de se pensar que é novo o que afinal já existia. Só assim, se podem equacionar e programar correctamente as acções a desenvolver. Acções nas quais devem estar subjacentes os já enunciados princípios de igualdade e de cidadania.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo,:

Entendemos que é nesta perspectiva que se tem posicionado o Partido Socialista, facto nos parece visível no Programa de Governo que hoje se apresenta em discussão nesta Assembleia.

De há muito que o nosso viver quotidiano insular não nos permitia ignorar a existência de bolsas de pobreza, particularmente acentuada em muitas localidades. Pobreza propiciadora de um viver desintegrado e desintegrador que, por isso mesmo, se poderá alongar e até agravar ao longo do tempo e que atinge tanto crianças como adultos ou idosos, quer homens quer mulheres. Mas outras desigualdades existem que não respeitam unicamente às situações de pobreza, embora nelas possam ser especialmente agravadas. Referimo-nos às que estão directamente associadas ao envelhecimento demográfico, sentido em algumas das nossas ilhas, fenómeno que já não é novo, pois dele se começou a falar há pelo menos cerca de 20 anos. A qualidade de vida de muitos dos nossos idosos é

bastante precária, sofrendo alguns situações de grande desconforto material e psicológico, quando não de violência. O mesmo acontece com crianças e mulheres, cuja dependência económica e razões de ordem cultural as torna igualmente bastante vulneráveis a atitudes de prepotência e marginalização.

Mas existem ainda muitos outros aspectos, quer intrínsecos à natureza individual e origem social, quer adquiridos por hábitos antigos ou modernos, que se tornaram problemas sociais da maior gravidade e que atingindo pessoas e grupos específicos necessitam de soluções específicas. Falamos, por exemplo, do alcoolismo, da toxicodependência, da deficiência ou das doenças sexualmente transmissíveis. Estas problemáticas devem ser equacionadas, debatidas sem preconceitos ou falsos pudores, com um conhecimento o mais aprofundado possível da realidade e das suas causas e consequências, mas tendo sempre presente que todos e cada um merecem ser tratados com a dignidade própria ao ser humano. E isto aplica-se, com atitudes e medidas diferentes, como não podia deixar de ser, tanto aos próprios, como aos que como eles se relacionam e que como tal são afectados no seu viver quotidiano.

Numa sociedade cada vez mais aberta e conhecedora dos modos de vida que a caracterizam, e quebrados que foram muitas dos factores que pretendiam justificar e legitimar as diferenças, as desigualdades impõem-se a todos com outra clareza, nomeadamente àqueles que são, e se consideram, mais desfavorecidos. Neste sentido, as consequências individuais e sociais são também outras, mesmo que as condições materiais não se tenham alterado ou até apresentem ligeiras melhorias. Não basta, assim, uma comparação diacrónica, na qual o presente se apresente melhor do que o passado, mas também uma comparação sincrónica, que não ignore que as melhorias gerais, se existiram, não evoluíram em simultaneidade, mantendo-se ou, por vezes, acentuando-se algumas desigualdades sociais.

Se é necessária a definição e implementação de uma estratégia política clara que conduza a uma alteração desta situação num futuro de médio e longo prazo, fundamentalmente dependente de Políticas Sociais mais globalizantes, em especial no campo da Educação e Formação ou da Saúde, não podem ser minimizadas as injustiças do presente e que se consubstanciam nas Políticas de Solidariedade. Solidariedade para com todos aqueles que hoje sofrem as consequências materiais e culturais de entendimentos passados e também daqueles cuja entrada no mundo da modernidade se tem processado em conflitualidade. Não são, pois, aspectos de menor importância e na sua diversidade abrangem um número muito significativo da nossa população.

Além dos estudos e debates que se têm vindo a realizar sobre estas diferentes problemáticas, é imprescindível dar continuidade às medidas que contemplam estes grupos de características específicas, possibilitando-lhes uma melhor qualidade de vida e uma efectiva inserção social, quer através do Rendimento Mínimo Garantido para os casos de maior pobreza, quer com iniciativas que se dirigem a crianças em risco como políticas de apoio a pessoas com deficiência, a idosos ou a mulheres vítimas de violência.

Se muito há ainda a fazer e a conhecer, questões que esperamos sejam brevemente debatidas nesta Assembleia, não podemos deixar de realçar as medidas de solidariedade constantes no Programa do Governo, conducentes a acções e práticas de diminuição das desigualdades individuais e sociais inseridas em valores de dignificação do ser humano.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e do Sr. Deputado José Decq Mota)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As minhas saudações e desejo as maiores felicidades no desempenho das vossas funções.

Conduzirei esta minha intervenção, numa postura de oposição democrática e construtiva, com o objectivo de ser pragmático, correspondendo à visão e ao desejo dos que nos elegeram, colocando a minha voz ao serviço deles, que querem ter da política e dos políticos soluções e aproximações efectivas aos seus problemas, às suas dificuldades, às suas necessidades colectivas de progresso e de desenvolvimento, aspirações plenamente saudáveis.

Se o Programa do Governo tem um carácter genérico, no âmbito da saúde é demasiadamente vago e abstracto. Importa que fosse claro e explícito nos seus objectivos e medidas de política sectorial a implementar.

Desde logo ressalta a referência à existência do Decreto Legislativo Regional 28/99/ A, de 31 de Julho, que introduz novos enquadramentos ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde, que, diga-se, está em vigor há pouco mais de um ano e já consta como objectivo o seu aperfeiçoamento.

A Senhora Secretária Regional afirmou em entrevista concedida a um jornal diário, que o Estatuto do Serviço Regional de Saúde é um documento dinâmico e não estático. Pois bem, mas onde tem actuado o seu dinamismo em prol da melhoria do sistema de saúde regional, em prol de melhores e mais acessíveis cuidados de saúde aos doentes e utentes?

Para quando se prevê a regulamentação do diploma e os respectivos aperfeiçoamentos?

E que, Senhora Secretária Regional, não é aceitável que à mercê de possíveis alterações normativas, se vá degradando progressivamente o sector da saúde nas suas mais diversas, se não mesmo, todas vertentes.

Importa perguntar afinal, se a actual estruturação e funcionamento dos serviços de saúde não está de acordo com os interesses dos utentes, então o que vai ser feito nesse sentido? Dizia os utentes e acho que digo bem, porque o fulcro, a razão básica da existência do Serviço Regional da Saúde são os utentes, os doentes, os cidadãos e não os profissionais de saúde, os dirigentes, os políticos, as estruturas funcionais, etc.

No âmbito da promoção da saúde, que acções em concreto vão ser desenvolvidas de sensibilização e de actuação ao nível da saúde escolar, do rastreio a todas as crianças e jovens dos ensinos básico e secundário, em relação à detecção, diagnóstico e posterior tratamento de problemas da visão, da dentição, do crescimento e desenvolvimento físico-somático e motor e até intelectual? De igual modo se observa a desatenção quanto à educação para a saúde dirigida a estes níveis etários da nossa sociedade, com preocupações no âmbito da educação alimentar, da higiene pessoal, da educação para a sexualidade, do planeamento familiar, por forma a proporcionar à juventude padrões de vida saudáveis.

Estas são também responsabilidades dos cuidados primários de saúde, dinamizados por equipas intersectoriais, coordenados pelos Centros de Saúde como mandam as orientações da Organização Mundial de Saúde (O.M.S.)

Ao nível da prevenção da doença, o Programa "levanta o véu" desta matéria, mas não objectiva, não concretiza. Que política e medidas estão previstas de sensibilização e prevenção das doenças mais prevalentes na sociedade açoriana: a doença da diabetes, as doenças cardiovasculares e as doenças oncológicas? Haverá algum plano regional para a actuação nestes sectores? Haverá algum programa de prevenção, rastreio e tratamento oncológico? Como vai ser a articulação entre os Hospitais, o Centro de Oncologia dos Açores e os Centros de Saúde?

No âmbito da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Sida, qual vai ser a actuação deste Governo? Que tem feito a Comissão Regional da Luta contra a Sida?

No que se refere à prevenção da toxicodependência, as drogas, o tabaco, o álcool) que acções concretas vai a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, em consonância com outras entidades, desenvolver?

Perante o visível e crescente aumento de doentes toxicodependentes que exige medidas e acções insistentes e continuadas na prevenção e tratamento, deparamos com uma grave omissão no programa sectorial do Governo.

Quais têm sido os resultados da aplicação da metadona? Quais são os resultados do centro de acolhimento e tratamento de toxicodependentes em Ponta Delgada?

Sendo positivos, vai a Senhora Secretária Regional promover a criação de outros?

E qual vai ser a articulação destes centros com as unidades de saúde?

Torna-se deveras preocupante também o crescente consumo de álcool em jovens e em menores, com todas as consequências que daí advêm para a saúde, para a rentabilidade escolar e para a vida familiar. Tem o Governo previsto uma acção política enérgica na fiscalização e proibição da venda de álcool a menores e na criação de legislação que restrinja a abertura de mais balcões de venda de bebidas alcoólicas?

Sabendo que esta matéria não diz apenas respeito à área governamental da saúde, mas não há dúvida, que a prevenção primária, secundária e terciária da doença do alcoolismo tem que ser

afincadamente desenvolvida, pelo que não posso deixar de questionar sobre qual a política deste Governo em relação ao alcoolismo? Que espaços e profissionais de saúde existem nas unidades de saúde para o devido e continuado atendimento a estes doentes?

Entendo dever abordar mais três pontos, designadamente, quanto ao financiamento do Serviço Regional de Saúde (não repetindo parte da questão ontem levantada pela Senhora Deputada Berta Cabral ao Senhor Secretário Regional das Finanças sobre as dívidas do Serviço Regional de Saúde, ainda não respondida) os recursos humanos e a acessibilidade aos cuidados de saúde e por fim a humanização na saúde.

Não está esta Assembleia a discutir o Orçamento Regional, mas porque foi o próprio Programa do Governo a abordar o financiamento do Serviço Regional de Saúde,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Carregue no botão!

O Orador: ... nestes termos, que transcreve "... tendo em conta o já crónico subfinanciamento do S.R.S " (citei) para mais à frente acrescentar " ... a dívida do Serviço Regional de Saúde mantém-se num valor de cerca de 5 milhões de contos." (fim de citação), por isso, não poderei, em consciência, deixar de perguntar: a que corresponde a dívida de 5 milhões de contos atrás referida? Cabe aqui, nas questões do financiamento do Serviço Regional de Saúde, falar das dívidas que a Ministra da Saúde anunciou, na Assembleia da República, referentes a cuidados de saúde prestados a açorianos que tiveram de recorrer a unidades de saúde do Continente.

Perguntamos, como é possível que tal aconteça e que haja esta atitude política para com esta Região, e que vai fazer o Governo Regional em concreto?

Sendo a prestação dos cuidados de saúde tendencialmente gratuitos em Portugal, assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde (ao nível do Continente) e pelo Serviço Regional de Saúde (na Região) suportados financeiramente pelo erário público, e nas circunstâncias da impossibilidade médica, tecnológica ou material dos doentes dos Açores em poderem ser aqui tratados ou atendidos e por esta razão, de todo indiscutível, serem transferidos para hospitais ou unidades de saúde no Continente, não é aceitável política e socialmente que não haja a complementaridade gratuita do Serviço Nacional de Saúde em relação ao Serviço Regional de Saúde.

Trata-se de um desrespeito constitucional grave, da falta de solidariedade prática do Governo da República, matéria que lesará o orçamento regional, de forma injusta e discriminatória, atentatória do direito ao acesso aos serviços de saúde de qualquer açoriano no espaço continental português (...)

Falemos agora dos recursos humanos e da acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde. Muito haveria que dizer.

Antes de mais, sobre os recursos humanos, quero dedicar alguma atenção à alta administração dos Centros de Saúde e dos Hospitais, quanto à nomeação de alguns dirigentes e da tendência selectiva de partidarização.

Muitas foram as críticas feitas pelo Partido Socialista, em relação a algumas nomeações dos Governos do PSD, que foram na sua larguíssima maioria injustas, porque foram seguidos os critérios de capacidade, competência, preparação e profissionalismo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Olhe a incompetência!

O Orador: Podemos contar com personalidades que reuniam aqueles atributos e assumiram as suas funções, sem qualquer condicionamento de ordem político-partidária . Poderia aqui citar vários exemplos, mas fico-me, por um.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É melhor não citar muitos!

O Orador: A actual Secretária Regional dos Assuntos Sociais, como médica que é, e personalidade que reunia e reúne esses atributos, foi, num Governo do PSD, Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada ou seja, Directora daquela unidade hospitalar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: No anterior Governo foram nomeados vogais administrativos de vários Centros de Saúde que não reúnem as condições técnicas previstas na lei, no artigo 18 do Decreto Legislativo Regional 3/86/A, que determina, que o recrutamento se faça de entre funcionários de nível igual ou superior a chefes de secção, podendo ser recrutados fora da administração, candidatos que possuam formação superior em gestão ou experiência específica neste âmbito.

Pois, Senhora Secretária Regional dos Assuntos Sociais, saiba que o Governo anterior nomeou um Licenciado em Relações Internacionais para o Centro de Saúde da Praia da Vitória, uma Bancária para o Centro de Saúde da Graciosa e uma Jurista para o Centro de Saúde das Lajes do Pico, pelo sinal candidata pelo PS nas últimas eleições, e para a coordenação da Unidade de Ilha, na Ilha do Pico, os seus três membros constituem uma equipa monocolor socialista.

Senhora Secretária Regional, Vossa Excelência, vai manter este estado de coisas?

Mas os problemas mais graves nos recursos humanos e no acesso aos serviços de saúde, são as faltas de médicos da carreira hospitalar e dos cuidados diferenciados e de médicos da medicina familiar, ditos, médicos de família, que não existem em número aceitável e que poderá agravar-se nos próximos anos com a aposentação de médicos, não substituídos por recém formados.

Sem se resolver esta situação, que bem sabemos que não é resolúvel facilmente, o acesso aos cuidados de saúde fica cada vez mais limitado e dificultado, especialmente, no âmbito dos centros de saúde, na sua generalidade reduzidos a menos de 50% da dotação dos seus quadros, mas também no acesso às consultas externas nas mais diversas especialidades e a actos de cirurgia e exames de diagnóstico.

O anterior Governo disse que iria resolver o problema com recurso a incentivos especiais, para além dos já existentes, apoio à aquisição de habitação própria, etc, etc. Quais foram os resultados dessas medidas?

Pelos vistos foram ineficientes.

O Programa do Governo, como medida a executar refere, e cito "... continuar a desenvolver estratégias de fixação de médicos na Região". Quais?

Ainda sobre os recursos humanos e o acesso dos utentes aos cuidados de saúde a que têm direito, temos que considerar que nem sempre são rentabilizados os recursos existentes.

Ao nível dos médicos, se existem os que são cumpridores do horário e das suas responsabilidades como profissionais e funcionários públicos, outros há que não cumprem horários, que chegam tarde e cedo saem dos hospitais e centros de saúde onde trabalham (alguns entram depois da 9 horas e saem antes do meio dia) e não têm qualquer pejo em adiar consultas, visitas a doentes, etc. Quem põe a mão a estes problemas?

Deputado Francisco Barros (PS): Diga quem são!

O Orador: Que fazem os Conselhos de Administração e os Directores de Serviço nesta matéria? Não serão das suas competências fazer o controlo e a avaliação da resposta dos serviços e dos médicos que neles exercem?

Chegam-me informações que há serviços hospitalares onde cada médico, por dia, não consulta ou presta simples cuidados a mais de dois ou três doentes. Como é possível? Por estas e outras razões é que engordam as listas de espera, enquanto emagrecem as esperanças dos utentes, principalmente dos mais carenciados e frágeis da nossa sociedade, em serem atendidos e alguns já não chegam a usufruir do direito ao acesso aos cuidados de saúde porque, entretanto, morreram.

Senhora Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Este elenco de preocupações estão na alma, no pensamento e na voz do povo, que aqui tenho obrigação de fazer chegar ao Governo e á opinião pública.

O problema do acesso aos cuidados de saúde na Região é muito grave. As listas de espera para consultas, intervenções cirúrgicas programadas e outros actos de exames de diagnóstico, aumentaram.

Volvidos os quatro anos do último mandato, qual é a percentagem ou número de doentes que esperam a sua vez?

Não são também claros nem explícitos os objectivos e respectivas medidas no que respeita a contratualização com a medicina privada. trata-se de medicina convencionada ou de consultas privadas autorizadas nos hospitais?

É público a medida casuística do anterior Governo da prática da medicina convencionada apenas no Hospital de Ponta Delgada. Qual a sua avaliação?

É para alargar ou não a outros hospitais? E aos Centros de Saúde?

Sobre a deslocação de doentes para o Continente, que tem problemas e dificuldades processuais e logísticas, não será oportuno actualizar o protocolo existente entre a Direcção Regional de Saúde e a Direcção Geral dos Hospitais, assinado em 25/06/84, que é o único instrumento formal existente sobre esta matéria?

Já que falamos na deslocação de doentes para o Continente, não será urgente a descentralização do serviço de Acolhimento de doentes sediado em Lisboa, para as cidades do Porto e Coimbra, para onde está sendo transferida uma larga percentagem de doentes? Não se tornará imperioso reformular este serviço que não pode estar fechado em si próprio, com os técnicos de Serviço Social nos gabinetes e com horário da função pública, quando é sabido que muitos dos voos chegam a Lisboa fora desse horário? Este é, também, um serviço que tem uma componente de humanização, que não está a ser, a meu ver, cumprida adequadamente.

Termino, falando em humanização na saúde.

Sinceramente, que também aqui, "justos pagam pelos pecadores", mas não há dúvida que importa que se faça um esforço de formação em humanização dos profissionais de saúde, que lidando com pessoas doentes e familiares, fragilizados física, moral e afectivamente, não pode ser aceitável comportamentos bruscos, insensíveis, distantes, que agravam a relação de confiança e a empatia entre o doente e o profissional de saúde, tão necessárias ao sucesso da cura e à estabilidade pessoal e emocional.

Que medidas pensa o Governo desenvolver no sentido de se dar um passo qualitativo na humanização?

Este Programa do Governo está muito longe, no seu diagnóstico, nos objectivos e nas medidas preconizadas das expectativas que foram lançadas aos eleitores e das necessidades de um melhor Serviço Regional de Saúde. O descontentamento popular é visível e facilmente expresso pelos utentes, pelo cidadãos, pela sociedade açoriana. Temos um programa demasiadamente omissivo e vazio em quase todas as áreas, que aqui explanei.

No mandato anterior, a área da saúde foi uma desilusão. Esta é a opinião de muitos açorianos. Hoje, gasta-se mais com o Serviço Regional de Saúde mas os cuidados de saúde não aumentaram nem melhoraram.

Investir mais dinheiro na prevenção, na educação para a saúde, na prevenção das doenças prevalentes de risco e no cabal tratamento dos doentes é positivo. Desperdiçar dinheiro sem sucesso, é imperdoável.

Volvidos quatro anos de um mandato governamental socialista e com a maioria absolutíssima de apoio que o Governo tem neste Parlamento, não existem argumentos de natureza política para não se fazer mais e melhor pela saúde.

Mas se muitos dos utentes não estão satisfeitos também muitos dos profissionais de saúde não o estão, pelo que está nas mãos do Governo a dupla responsabilidade política de enfrentar estes desafios.

Desejamos que tal possa acontecer, porque os Açoreanos assim o desejam, precisam e querem.

Obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Trata-se de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos, não propriamente sobre matéria intrínseca ou substancial da saúde que, aliás, creio que a minha colega, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais já produziu as considerações suficientes, mas também para referir, como não podia deixar de ser, alguns aspectos que se prendem mais com a gestão e a organização e, portanto, têm a ver, de algum modo, com a Administração Pública, também nos Serviços de Saúde.

O Sr. Deputado Bento Barcelos referiu-se ao Decreto Regulamentar Regional 3/86/A que tem a ver com a organização dos Centros de Saúde e lembra-nos, desde logo, uma coisa interessante que tem a ver com um debate ou com uma questão já aqui levantada hoje, ou seja, com a regulamentação do Decreto Legislativo Regional que fixa o Serviço Regional de Saúde.

Este, obviamente, não foi o primeiro, já houve um anterior e que se não estou em erro foi aprovado por esta Câmara em 82 e 83 e conforme V. Exa. referiu a aplicação desse diploma aos Centros de Saúde é feita em 86, ou seja, 4 anos depois.

Também podemos dizer que a aplicação pelos governos do PSD da sua lei do Serviço Regional de Saúde é feita pelo Decreto Regulamentar Regional 12/90/A, oito anos depois.

Portanto, se os governos do PSD levaram 3 anos para adaptar o seu sistema regional de saúde aos Centros de Saúde e levaram 8 anos para adaptar aos hospitais, talvez se deva compreender que se trata de uma matéria complexa e talvez se deva perceber e ter uma melhor compreensão para a adaptação complexa que o VIII Governo Regional terá que fazer dum diploma aprovado aqui há cerca de um ano.

Também lhe queria dizer outra coisa. V. Exa. referiu nesta matéria, se bem percebi, e se não, por favor corrija-me, que relativamente ao Decreto Regulamentar Regional 3/86/A, nomeadamente ao nível dos vogais administrativos que os governos do Partido Socialista teriam nomeado pessoas ao arrepio do diploma legal e da norma que citou, a respeito dos requisitos na área de recrutamento, que seria pessoal da área administrativa, etc., etc..

Sobre este assunto, Sr. Deputado Bento Barcelos, devo-lhe dar a seguinte informação: esta é a redacção inicial do Decreto Regulamentar Regional 3/86/A e devo-lhe dizer que esta norma foi revista em 1997,...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Não!

O Orador: ... mas não estava revista, por exemplo, quando os governos do PSD nomearam o vogal administrativo do Centro de Saúde da Praia da Vitória, que era um bancário e que o foi durante muitos anos. Na altura, Sr. Deputado, estava em vigor a norma que referiu.

Permita-me também que lhe diga outra coisa: é por determinação dos governos socialistas, nacional é certo, que voltamos a ter nos hospitais directores clínicos e enfermeiros directores eleitos pelos respectivos corpos. Como sabe, no tempo dos governos da República do PSD eles nomeados pela respectiva tutela.

Aliás, preocupou-me um pouco as referências que fez a este tipo de coisas, porque se formos a generalizar também podemos perguntar por que é que, ao nível da administração em geral, só a partir de 98 é que começamos a ter concursos para dirigentes e a lei anterior já permitia, embora não obrigasse, é certo, que os chefes de divisão e os directores de serviço fossem recrutados por concurso e até 1998, que eu saiba, não houve um único concurso para preenchimento de cargos dirigentes.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho de ser muito rápida, porque como o Sr. Deputado percebe, esta é uma Casa que se rege por regras e essas regras aqui são o tempo. Mas como qualquer deputado nesta Casa merece o meu respeito para que lhe diga alguma palavra, o que eu lhe quero dizer é o seguinte:

Terei muito prazer e estarei aqui sempre presente para responder, ao longo do meu mandato, a todas as questões que me pôs.

Mais não posso dizer, porque o tempo não me permite.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos para participar no debate.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu percebo, porque são um conjunto de questões que são graves, que são preocupantes e é humanamente natural que a Sra. Secretária Regional não possa dar resposta a tudo.

Sei que, pelo seu perfil e personalidade, registou estas preocupações que fiz com seriedade e que a devido tempo vai dando essas respostas nesta Câmara e principalmente, em termos públicos, aos cidadãos, que é isso que importa.

Quero dizer à Sra. Secretária Regional que, no âmbito da pergunta que fiz no final da parte da manhã em relação às questões do Rendimento Mínimo Garantido, aceito com imenso gosto o dossier que tem para me dar e que irei tratá-lo com toda a seriedade e não irei fazer confusão de nomes, como diz o Sr. Deputado Dionísio de Sousa,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já está fazendo!

O Orador: ...porque se o Sr. Deputados recebesse esses papéis desta bancada, talvez iria rasgá-los e, portanto, era bem pior.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que deixem o Sr. Deputado terminar a sua intervenção.

O Orador: Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, eu quero-lhe dizer o seguinte:

Eu sei que há um diploma que altera, em substância, o Decreto Legislativo Regional que eu referi, mas não altera nas áreas de recrutamento para lugares administrativos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Altera sim!

O Orador: Não altera, Sr. Secretário Regional. Eu estive a ver isso com cuidado.

Não altera e mantém a mesma tipologia: chefes de secção ou igual, ou daí para cima, ou gestores, centros de saúde, ou então quadros superiores na área da Administração.

Mas não estamos aqui a falar politicamente do primeiro governo socialista, estamos a fazer a nossa crítica democrática e estamos a pensar no futuro. Nós não estamos a pensar nos governos do PSD, porque esses são do passado. Se no passado houve erros...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Houve abusos incríveis!

O Orador: ...que foram cometidos, como o Sr. Secretário Regional aqui disse relativamente a uma nomeação dum bancário, já pagámos por esses erros. Agora, o que é gravíssimo é que, tendo em conta que o Partido Socialista e o Governo criticou estas posições, cometa agora, em pouquíssimo tempo, erros desses que são muito graves.

Eu quero respeitar as pessoas que foram nomeadas. Não está aqui nenhuma desconsideração.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Se quiser pode falar!

O Orador: O Sr. Deputado tenha respeito!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Os apartes são regimentais.

O Orador: O que importa aqui que seja dito é que não está em causa...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, obviamente que o apartes são regimentais e eu não quero que este Parlamento seja uma coisa morta, mas que seja uma coisa viva, mas vamos tentar respeitar também o Sr. Deputado que está a falar. Vamos usar com alguma parcimónia esses apartes regimentais para que as pessoas possam expressar as suas opiniões.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O que eu quero dizer é que não está aqui em causa a personalidade e o juízo de valor dessas pessoas que foram nomeadas, mas o acto em si, que é nitidamente um acto de partidarização da administração regional. Isso é muito grave e é preciso que seja aqui dito para que os açorianos o saibam.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Antes não havia administração regional, só havia partido!

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate.

Está inscrito para uma intervenção o Sr. Deputado Manuel Avelar, a quem dou a palavra.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Como se trata da primeira vez que subo a esta tribuna, permitam-me que cumprimente Vossas Excelências, desejando as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Sinceros votos para que o nosso trabalho nesta casa, onde estão representadas as expressões da vontade popular seja profícuo, assentando em princípios de diálogo, criatividade e respeito mútuo, para bem do desenvolvimento da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo o Serviço Regional de Saúde (criado em 1980), o meio através do qual a Região garante os cuidados de saúde dos açorianos, é necessário que o mesmo seja eficaz para que possa atingir o seu objectivo que é melhorar a saúde, isto é, a qualidade de vida de todos os que habitam o Arquipélago dos Açores.

Apesar das dificuldades ainda não totalmente ultrapassadas para atingir os objectivos do Serviço Regional de Saúde, o VII Governo Regional procurou através de aumentos dos seus orçamentos e de medidas de ordem administrativo-financeira, proporcionar o pagamento mais atempado aos fornecedores e atingir algum equilíbrio financeiro no sistema. Este esforço não atingiu contudo o grau de eficácia pretendida, sendo necessário a manutenção de um esforço financeiro para a prossecução dos objectivos em causa.

O Serviço Regional de Saúde enferma, desde sempre, de problemas graves relativos aos recursos humanos e apesar das medidas do Governo no apoio à formação dos quadros da área da saúde, estes só se repercutirão no sistema a médio e longo prazo, por isso o problema relacionado com o acesso aos cuidados de saúde mantém-se com bastante acuidade.

Visando a melhoria da acessibilidade ao sistema, foram criados mecanismos de atenuação de certas carências através do estabelecimento de convenções e da publicação de legislação com o objectivo de diminuir as listas de espera em determinados tipos de cirurgia. Melhorou-se significativamente a deslocação de especialistas às ilhas onde não há hospitais, alargando-se a oferta de cuidados de saúde a essas populações.

Com a aprovação do Decreto Legislativo nº 28/99/A (vindo ao encontro da lei de bases da saúde), estabeleceu-se a organização e o financiamento dos serviços de saúde na Região Autónoma dos Açores, criando-se condições para se proceder às reformas entendidas como necessárias.

Para a modernização das infra-estruturas e equipamentos do Sistema Regional de Saúde dá-se especial atenção à introdução de novas tecnologias, das quais a Telemedicina, permitindo obter ganhos em saúde, tanto na gestão dos recursos, como na melhoria dos cuidados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para assegurar a melhor oferta dos cuidados de saúde necessários à população, o VIII Governo Regional tomará as medidas adequadas para o efeito, destacando-se :

- a dotação do Serviço Regional de Saúde com o financiamento adequado às suas necessidades;
- aperfeiçoar o regulamentar o Estatuto do Serviço Regional de Saúde;
- modernização de instalações e equipamentos, investindo também nas novas tecnologias ;
- conceber um plano Regional relativo aos recursos humanos necessários ao Serviço Regional de Saúde, sua formação inicial e permanente fixação, estabelecendo-se critérios em função das carências e dos ganhos em saúde para a população;
- desenvolver planos com vista a minorar as carências em recursos humanos no Sistema Regional de Saúde nomeadamente, nos cuidados primários de saúde, com a intenção de alargar a todos os utentes os cuidados em medicina familiar/clínica geral de acordo com prioridades bem definidos e os respectivos recursos financeiros, tendo em vista soluções a curto prazo e a médio prazo ;
- desenvolver estratégias para que jovens em formação médica se venham, a fixar na Região aperfeiçoando as medidas já existentes e criando outras, como forma de orientar esses técnicos para as especialidades com défice no Serviço Regional de Saúde ;
- desenvolver políticas de formação da saúde e de prevenção da doença, particularmente em áreas como a saúde materno/infantil e planeamento familiar, saúde escolar, saúde mental, doenças sexualmente transmissíveis, toxicodependência, bem como os problemas relacionados com o álcool e o tabaco ;
- incentivar e apoiar a criação de grupos de auto e entre ajuda para as diferentes dependências desenvolvendo-se acções conjuntas com os Departamentos Governamentais mais directamente relacionados em cada uma das áreas, com a comunidade através das organizações não governamentais, com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (I.P.S.S.), organizações profissionais e autarquias ;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento de Vossas Excelências os Centros de Saúde são a primeira instância à qual o utente recorre, sendo por isso necessário que asseguram os cuidados essenciais à população de forma personalizada e continuada, contudo a reconhecida falta de médicos nesse sector tem impedido o adequado funcionamento dessas unidades, sendo necessário desenvolver políticas para minorar as consequências dessa falta.

Em relação aos cuidados hospitalares, a sua eficiência depende do modo de funcionamento das diferentes serviços, incluindo os centros de produção tecnológica e da sua resposta atempada às solicitações internas e externas.

Um dos objectivos deste VIII Governo Regional será a elaboração da Carta Hospitalar da Região de forma a processar-se um crescimento planeado que concilie, o mais possível, os interesses locais com os interesses gerais de âmbito Regional. No âmbito do Sistema Regional de Saúde terão um papel importante as instituições particulares de solidariedade social nomeadamente na área da saúde mental e toxicodependência assim como o sector privado, deve ser alvo de acordos de cooperação, tendo em vista a melhoria da acessibilidade a cuidados de saúde que o Sistema Público não consiga dar resposta com a eficácia pretendida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito das instalações, tecnologias e equipamentos os investimentos estarão em consonância com a Carta de Equipamentos de Saúde, a elaborar nesta legislatura.

Ainda no âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação a nível nacional, a telemedicina constituirá uma prioridade.

Esta será a grande inovação e desafio do Serviço Regional de Saúde, que o Partido Socialista considera como uma das apostas fundamentais para o início deste século.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que inicie esta minha intervenção dirigindo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, as minhas felicitações no momento em que inicia as suas altas funções na qualidade de Presidente desta Assembleia.

Tratando-se da minha 1ª intervenção nesta Assembleia, no exercício destas minhas novas responsabilidades governativas, quero também aproveitar para dirigir a todas as Senhoras e Senhores Deputados uma palavra de apreço pelo vosso trabalho e a expressão da minha vontade de convosco desenvolver um diálogo profícuo na área ambiental, em prol do interesse dos Açores e dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O direito do ambiente é o direito de relação entre a protecção do ambiente e o desenvolvimento económico. Essa relação ainda é, a maior parte das vezes, uma relação tensa. Contudo, a chave do desenvolvimento encontra-se, hoje, muito centrada na conciliação das exigências da competitividade com as do ambiente.

No quadro jurídico comunitário em que nos inscrevemos, o ambiente é inicialmente inscrito ao nível de acção pelo Acto Único Europeu em 1986, sendo posteriormente inserido no Tratado de Roma e, em 1992, acaba por ser elevado ao nível de política no Tratado da União Europeia. É, no entanto, com a assinatura do Tratado de Amsterdão, em 1997, que o quadro jurídico da protecção do ambiente se consolida surgindo novos conceitos de crescimento harmonioso e equilibrado, associados a conceitos de durabilidade e sustentabilidade do desenvolvimento ao mesmo tempo que é introduzido o conceito de responsabilidade partilhada.

Na Região Autónoma dos Açores, o ambiente, no início de 2000/foi elevado à condição de Secretaria, expressão afinal de significado e importância que é reconhecido a esta área de intervenção ao nível político. Com efeito, o reconhecimento que hoje existe relativamente à natureza transversal do ambiente, e não vertical, como inicialmente foi abordado, implica um tratamento que, para além das dimensões técnica e científica, que naturalmente são fundamentais para o tratamento de quaisquer problemáticas introduzisse, também, esta dimensão política, fundamental para que fique assegurado o objectivo primeiro de qualquer política de desenvolvimento económico que passa hoje por assegurar um crescimento harmonioso, equilibrado, durável e sustentável.

Por outro lado, a introdução do conceito de responsabilidade partilhada, exige igualmente a elevação do ambiente a esta condição já que, só assim, poderá ficar assegurada essa partilha de responsabilidade com outros sectores e diferentes níveis de administração, com as Organizações não Governamentais e, sobretudo, com os próprios cidadãos que sendo os destinatários primeiros

de qualquer política são afinal, também, responsáveis por muitas das situações ambientais existentes.

A política ambiental do Governo Regional dos Açores tem como um dos seus pilares essenciais o princípio da protecção, pelo que é nosso objectivo garantir um nível elevado de protecção do homem e do ambiente por meios, estruturas e sistemas de gestão apropriadas. A política ambiental visa, assim, um nível de protecção elevado, procurando a precaução, a acção preventiva e a correcção, prioritariamente na origem dos ataques ao ambiente.

O outro princípio fundamental de uma qualquer política ambiental é o do poluidor-pagador através do qual a eliminação dos danos provocados pelos poluidores é um encargo que tem que ser imputado àqueles responsáveis. Este princípio pode e deve ser alargado da poluição a outras categorias de impactes no ar como nas águas interiores, nas zonas costeiras como na paisagem, na fauna como na flora.

O VII Governo Regional deu passos significativos e de fundamental importância para a resolução de problemas ambientais invertendo a tendência acessória e dispersa das competências, mas estranhamente convergente nas responsabilidades.

Iniciou-se um percurso de estruturação estratégica do sector do ambiente, transpondo-o para um nível de paridade nas decisões sobre a política de desenvolvimento regional e reforçando-o, progressivamente, em recursos técnicos e financeiros.

Compete-nos, no âmbito das competências e atribuições da Secretaria Regional do Ambiente, consolidar a sua estrutura de funcionamento, reforçando e eventualmente criando novas estruturas operativas e dotando-as dos meios capazes de uma resposta que se exige cada vez mais célere e eficaz.

Nesta Legislatura, não só assumiremos os compromissos e o acompanhamento atento dos projectos já lançados, como, na lógica do seu ritmo próprio de desenvolvimento, tencionamos avançar para novos projectos que urge lançar e que se encontram inscritos no Programa do Governo. Contudo, registre-se que privilegiaremos, sempre, a parceria com outras instituições públicas ou privadas, na lógica, aliás, de partilha de responsabilidades que consideramos uma estratégia fundamental para a boa consecução dos objectivos que pretendemos alcançar.

O Capítulo VI do Programa do Governo Regional é destinado à Melhoria do Ambiente e Qualidade de Vida. São objectivos gerais do VIII Governo Regional, como condição para a observação de um desenvolvimento económico sustentável, assegurar a gestão racional dos recursos naturais e a integração das políticas sectoriais de desenvolvimento com os interesses de preservação e valorização do património ambiental da Região. São também objectivos do VIII Governo Regional assegurar a vigilância e o controlo da qualidade do ambiente bem como o cumprimento do princípio da responsabilidade partilhada e a de transversalidade das medidas ambientais.

Ao nível do Planeamento e Ordenamento do Território, destaco como objectivo principal a adopção de instrumento de planeamento do território como elementos estruturantes e articuladores da estratégia de desenvolvimento da Região através do PROTA e de Planos Especiais de Ordenamento. São importantes objectivos também a promoção de qualificação e conservação da orla costeira, bem como de defesa e protecção da paisagem.

Relativamente à Conservação da Natureza e da Biodiversidade destaco do Programa do Governo Regional a necessidade de introduzir o elemento humano na protecção dos recursos biológicos e da sua diversidade. Assim, são objectivos estratégicos para a Conservação da-Natureza:

- Implementar uma estratégia regional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade capaz de gerar uma nova dinâmica sócio-económica compatível com os interesses de conservação.
- Desenvolver uma rede de infra-estruturas de apoio e acolhimento nas áreas protegidas que permita uma informação científica sobre o património e que se assuma como espaço de usufruto sustentado de recursos.
- Reforçar a complementaridade do património das ilhas como oferta turística da Região, através de uma rede integrada de áreas protegidas e classificadas;
- Adequar os instrumentos de ordenamento e de gestão aos interesses específicos locais e regionais, proporcionando à comunidade a possibilidade de participar no processo de preservação do património local.

Os Recursos Hídricos são também objecto de análise e definição de objectivos neste Programa e de entre eles destacam-se a necessidade de promover e valorizar a protecção dos recursos hídricos

através de um sistema de controlo e gestão, contextualizado por um planeamento integrado, bem como o de assegurar a utilização do recurso Água, dos leitos e das margens, bem como das bacias hidrográficas, visando a protecção e preservação da qualidade, quantidade e das infra-estruturas e aglomerados populacionais existentes a jusante. Destaca-se também, a necessidade de se adoptarem medidas que visem diminuir a contaminação dos recursos hídricos e o interesse na concertação de posições com outras entidades, na gestão de infra-estruturas hidráulicas e sistemas de aproveitamento da água. Finalmente, importa dotar com planos de ordenamento as bacias hidrográficas em que existam lagoas e promover a elaboração dos planos de ilha de recursos hídricos.

Os principais objectivos ao nível do controlo de qualidade do ambiente são, no âmbito de um objectivo genérico de melhoria das condições de qualidade ambiental compatíveis com a oferta de um destino de qualidade, os seguintes:

- Promover informação sobre a qualidade do ambiente;
- Prevenir e evitar a degradação da qualidade do ambiente;
- Assegurar um efectivo envolvimento dos diferentes agentes no controlo da qualidade;
- Compatibilizar a gestão de resíduos com a especificidade insular e com os níveis de atendimento necessário à garantia da salvaguarda de qualidade do ambiente e de vida das populações;
- Adequar o quadro legal existente às especificidades regionais.

Finalmente, umas últimas palavras sobre os objectivos do VIII Governo Regional no domínio da educação ambiental. O processo de formação, informação e sensibilização, talvez mais que qualquer outro domínio ambiental, deve ser partilhado, com as escolas, a administração regional, a administração local, ONG's, ONGA's, associações representativas dos vários ramos de actividade comunicação social, empresas públicas e privadas. Os principais objectivos são:

- Fomentar a implementação/expansão e aperfeiçoamento de educação ambiental adequadas aos públicos alvo;
- Conduzir à adesão voluntária à aplicação de legislação em matérias ambientais;
- Induzir ao controlo, vigilância e fiscalização generalizadas;
- Induzir à capacidade de opção consciente e responsável dos cidadãos e entidades públicas ou privadas;
- Alargar a informação de entidades e cidadãos no que respeita aos seus direitos e deveres em matéria ambiental;
- Implementar a cooperação e o intercâmbio internacional de educação ambiental;
- Viabilizar a criação e edição de materiais didácticos relativos à educação ambiental, e
- Recolher e difundir informação relativa à temática ambiental.

Meus senhores é este o Programa do Governo Regional para o Ambiente.

Ficarei, naturalmente, à disposição do Srs. Deputados para quaisquer pedidos de esclarecimentos que me queiram apresentar

Muito obrigado.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, queria saudar os nossos deputados da Ilha de São Jorge que levaram 3 ou 4 dias a chegar aqui. Sejam bem-vindos e espero que no regresso não levem tanto tempo para chegar a casa.

Posto isto, dou a palavra ao Sr. Deputado Hernâni Jorge para esclarecimentos.

Deputado Hernâni Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde há um sem número de anos que a orla costeira da Vila das Lajes do Pico vem sendo uma questão corrente no debate político.

Em tempos foi mandado executar um projecto, o qual foi submetido a ensaios, em modelos reduzidos, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, tendo-se concluído que o mesmo não garante os níveis de segurança ambicionados.

Mais recentemente esse projecto foi sujeito a uma avaliação de impacto ambiental, apontando o respectivo estudo para um grande número de impactos negativos a todos os níveis, alguns deles

caracterizados inclusivamente como permanente e irreversíveis, sugerindo mesmo esse estudo que sejam pensadas soluções alternativas.

Atendendo a que estamos perante um projecto que não garante a segurança das pessoas e dos seus bens e que poderá, de certa forma, condicionar ou até mesmo amputar o desenvolvimento de certas actividades fundamentais para a economia do Pico e da Vila Baleeira em particular;

Atendendo ainda a que os interesses dos lajenses e o mesmo é dizer que os interesses dos picarotos não se compadecem com o internizar de uma indefinição, gostaria, Sr. Secretário Regional, de ser esclarecido relativamente as seguinte:

Entende o Governo Regional que o mencionado projecto serve os interesses das Lajes e dos lajenses? Se não, estará o Governo Regional disposto a, de imediato, avançar para a concepção e execução de um projecto integrado de desenvolvimento e ordenamento de todo o litoral da Vila das Lajes, que garanta, em simultâneo, a segurança, a prosperidade e o desenvolvimento económico que os lajenses ambicionam e têm direito?

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, procurando responder à sua pergunta, começava por dizer que, naturalmente, neste momento este é um dossier, diria quente na media em que temos um estudo de impacto ambiental que está concluído, que está pronto para uma discussão, ao nível técnico, discussão essa que, aliás, está prevista, no âmbito dum encontro entre os representantes da Secretaria Regional do Ambiente e da própria Câmara Municipal e de alguns outros parceiros, para uma data algures em Janeiro.

Independentemente daquilo que é este encontro e da análise que importa fazer sobre este estudo, estão identificados alguns impactos, como referiu, impactos esses que foram tornados públicos e que são, em muitos casos, impactos negativos sobre o ambiente em particular.

Como sabe, trata-se duma estrutura que, em termos de manutenção, tem implicações com impactos negativos, uma vez que a estrutura que está prevista no estudo que existe e que, aliás, data do início dos anos 90, e que prevê a manutenção que é pesada e exige a criação dum aterro sobre o mar para se chegar à estrutura cada vez que seja necessário proceder a essas manutenções.

Para além disso é sabido que se trata duma zona protegida e, portanto, uma zona onde devemos ter cuidados especiais.

Referiu uma outra questão que eu neste momento não sei precisar, mas que tenho alguns indicadores de que esta estrutura não resolverá a situação do problema que temos nas Lajes, naquilo que são os momentos em que a preocupação existe, isto é, naquelas alturas de grande tempestade que ocorrem de 10 em 10 anos e às vezes também em anos sucessivos, mas que por força do mar, nesses momentos aquilo que se prevê é que a estrutura não será suficiente como, aliás, nenhuma estrutura deste tipo o é, em circunstâncias do género, para travar a acção do mar sobre a orla marítima e, naturalmente, também com as implicações que isto tem sobre o bem estar, o conforto e a segurança dos lajenses.

Aquilo que eu quero dizer, neste momento, nesta Assembleia é que, perante estes elementos propomo-nos fazer uma melhor apreciação desses estudos, propomo-nos ter um encontro, como disse, e discutir os estudos existentes e propomo-nos também decidir que é, afinal, aquilo que nos cabe fazer enquanto governantes e fazê-lo com alguma celeridade que é, pelos menos, possível dada a circunstância de, como todos sabemos, este ser um assunto recorrente e um assunto que considero, na qualidade de Secretário Regional do Ambiente, que foi objecto de muito estudo e muita discussão desde 85 e, diria, de muito pouca acção.

Tencionamos agir, tencionamos encontrar uma solução ao longo dos próximos anos e avançar no sentido de concretizar uma intervenção para protecção das Lajes.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O meu pedido de esclarecimento prende-se com o estado das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas que se tem vindo a degradar de dia para dia, diria mesmo a uma velocidade assustadora.

Julgo que as bacias hidrográficas das duas lagoas estão suficientemente conhecidas.

Sabe-se também o efeito negativo nas lagoas desempenhado pelo arrastamento dos adubos fosfatados e azotados.

Assim sendo, gostaria de saber se o Governo pensa proibir, limitar ou controlar de alguma forma a utilização de adubos nas zonas sensíveis das bacias hidrográficas? Para quando? E se pretende também instituir qualquer regime afectas por essa medida?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, aquilo que lhe posso dizer sobre a questão que me põe, é que esta é uma questão que tem sido objecto de discussão ao longo de mais de 10 anos.

Também nesta frente, por um lado, percebemos a delicadeza da situação que temos em mãos, também ao nível político e digo-o aqui com toda a frontalidade.

Por outro lado, entendemos também que é uma situação que, no espírito daquilo que é afinal uma política de ambiente, devemos procurar resolver.

Tencionamos fazer, no seguimento de algumas intervenções que foram iniciadas pelo VII Governo Regional dos Açores.

Penso que houve um conjunto de acções que foram fundamentais, estruturantes, diria, para a resolução do problema das lagoas, mais concretamente da Lagoa das Furnas e refiro-me particularmente às bacias de retenção que vêm travar a entrada de material sólido e que tem, de facto, um impacto que será difícil dizer que possa ser maior do que o impacto do uso e abuso de fertilizantes nas margens da lagoa, mas o que é um facto é que essa é uma frente que está em vias de resolução.

Há também outras intervenções ao nível do arejamento, etc., mas considero que a frente que referiu, e bem, é uma das frentes, também ela fundamental para a resolução do problema da eutrofização da Lagoa das Furnas como da Lagoa das Sete Cidades.

Essa é uma das frentes que nós consideramos que, para termos condições para nos confrontarmos, no bom sentido, com ela, deveremos ter um instrumento e esse instrumento é o plano de ordenamento das bacias das Furnas e das Sete Cidades, porque sem ele dificilmente poderemos iniciar aquilo que, e repito, considero fundamental para a resolução do problema das lagoas, e que passa necessariamente pela eventual reflorestação de uma área razoável, embora o razoável esteja neste momento por definir, e também por uma redução substancial naquilo que é o volume de fertilizantes que são utilizados e de nutrientes que acabam por ser arrastados para a lagoa com os efeitos que todos nós conhecemos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que eu queria pôr prende-se com o ordenamento do território.

Segundo se diz no Programa do Governo o PROTA está pronto, estando apenas sujeito a algumas adaptações à nova legislação.

Entretanto, também se sabe que pelo menos 4 PDM's estão aprovados e existe uma série de outros que estão em fase de conclusão.

O que eu gostaria de saber é se o PROTA será adaptado a esses PDM's que já estão aprovados ou se serão esses PDM's que futuramente serão adaptados às orientações do PROTA?

Gostaria ainda de saber para quando é que se prevê a aprovação final do PROTA?

Por outro lado, na orgânica que criou a sua Secretaria estão previstos serviços de ilha da Secretaria do Ambiente, gostaria de saber para quando a entrada em funcionamento desses serviços?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Procurarei esclarecer as questões que o Sr. Deputado me pôs.

Relativamente à questão do PROTA é sabido, e, aliás, foi dito pelo anterior Secretário Regional, que este plano é um plano que, por via da alteração do quadro legal em vigor, se encontra neste momento desenquadrado e necessita de ser reajustado, digamos, a este novo enquadramento jurídico.

No entanto, considero que se trata dum instrumento fundamental para a gestão da ocupação do território da Região e, portanto, considero que, apesar das imperfeições que tem, um plano como este pode levar 3 anos e às vezes mais. No caso do PROTA julgo que foram 5 ou mais, naturalmente, muitas vezes quando estão concluídos já estão um pouco desenquadrados.

A minha visão nesta matéria é a de que é melhor ter algumas referências, mesmo que não muito boas, do que não ter referências nenhuma.

É nesta base que procuraremos trabalhar o PROTA, que neste momento se encontra a ser avaliado na Comissão de Acompanhamento que posteriormente terá de ir para consulta pública e que posteriormente ainda terá que ser aprovado por esta Assembleia.

Portanto, como perceberá não estou em posição de lhe dar quaisquer prazos para a sua aprovação.

Naquilo que se refere à adaptação do PROTA aos PDM's, a lei nesta matéria é clara. Os planos, aliás, estão hierarquizados e o PROTA, como saberá, é um plano que está a um nível superior aos PDM's e por essa via necessariamente deverão ser os PDM's que terão que se ajustar, de alguma forma, ao PROTA. Digo isto, naturalmente, porque o entendimento dum plano deste tipo deve resultar dum diálogo estreito com os municípios e particularmente com aqueles que tenham planos de desenvolvimento municipal que estejam em curso, para que não se dê precisamente qualquer tipo de confronto que é sempre possível que se verifique e é possível que se verifique neste PROTA, como será também naquele que vamos rever posteriormente.

Quanto aos serviço de ilha em Santa Maria, aquilo que me cabe dizer é que estamos a trabalhar, e quando digo estamos, digo precisamente com este sentido de continuidade daquilo que foi o esforço realizado pelo VII Governo Regional e daquilo que nós pretendemos manter ao longo do VIII, estamos a trabalhar para rapidamente instalar um serviço de ilha em Santa Maria.

Mais do que isto, neste momento, não lhe posso dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num Mundo em que a consciência ambiental é crescente, os Açores enfrentam o desafio de compatibilizar o crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais.

Numa Região como a nossa, geograficamente limitada, a pressão das actividades económicas, ainda que relativa, tem que merecer a preocupação de todos os que intervêm no processo de desenvolvimento... Aquilo que em outros sítios é susceptível de se diluir no espaço, adensa-se nas ilhas.

Quatro anos depois da aprovação do Programa do VII Governo Regional, é justo afirmar que nesta Região, a partir de determinado momento, ganhámos consciência da necessidade de prevenir a adulteração do ambiente privilegiado que nos rodeia.

A envolvimento da comunidade na discussão dos problemas do Ambiente trouxe uma maior consciencialização e cresceram os níveis de exigência. As queixas e as reclamações dos cidadãos, exigindo o cumprimento da legislação ambiental e o reconhecimento desses novos direitos difusos, aumentaram substancialmente.

Estão absolutamente ultrapassados os modelos de crescimento económico potenciadores de enormes passivos ambientais. Hoje, é plenamente reconhecido que a defesa da qualidade do ambiente e dos recursos naturais é uma prioridade fundamental com vista ao desenvolvimento sustentado da humanidade.

O desafio do desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, mantêm-se como princípio norteador de toda a política de Ambiente plasmada no Programa do VIII Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da criação da Direcção de Serviços de Promoção Ambiental e de toda a actividade desenvolvida por este serviço, a educação ambiental continua a ocupar um espaço de destaque na política do Governo Regional.

Preconiza-se no Programa do Governo um processo de formação, informação e sensibilização partilhado pela generalidade dos agentes políticos, económicos e sociais, e a implementação de uma estratégia e um plano regionais para a educação ambiental.

Nesses domínios permitam-me que destaque os objectivos de conclusão da rede regional de Ecotecas e de instalação de Centros de Interpretação Ambiental, junto das áreas protegidas.

Sr, Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No domínio da conservação da natureza, o ímpeto classificador dos anos 80 não foi acompanhado das alterações orgânicas e legislativas necessárias, nem sequer dos imprescindíveis planos de ordenamento e gestão das áreas protegidas.

A criação da Direcção de Serviços da Conservação da Natureza constituiu o primeiro e decisivo passo na prossecução de uma política integrada de conservação, ao concentrar a gestão das áreas protegidas num serviço único.

A realização de estudos preparatórios no âmbito do programa LIFE lançou bases científicas sólidas para a definição duma estratégia regional para a conservação da natureza e da biodiversidade e para a elaboração de planos de ordenamento e gestão de áreas prioritárias, nomeadamente as que venham a ser abrangidas pela Rede Natura 2000.

O VIII Governo Regional propõe-se, no seu Programa, a desenvolver essa estratégia regional, designadamente com a revisão do regime jurídico das áreas protegidas, com a elaboração dos respectivos planos de ordenamento e gestão, com a requalificação de *habitats* e de património construído e com o reforço desse património único como oferta turística.

Sr, Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em matéria de ordenamento do território, cumpre registar a conclusão do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), enquanto instrumento programático essencial, o desenvolvimento dos processos conducentes à elaboração dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades, e dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras das ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge.

Contudo, subsistem por aprovar a grande maioria dos planos directores municipais (PDM's) e ainda é muito reduzido o número dos planos especiais de ordenamento em vigor.

Importará, portanto, elaborar e aprovar os Planos de Ordenamento das Orlas Costeira para todas as ilhas, e os Planos Especiais de Ordenamento das Áreas Protegidas.

Para além dos instrumentos de gestão territorial, a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola deverão constituir-se, também, como importantes instrumentos de ordenamento e preservação dos solos e do território.

Sr, Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A água doce constitui-se, à escala global e em particular nas regiões insulares, como um recurso limitado que deve ser gerido com responsabilidade.

Neste quadro, o Plano Regional da Água deverá preconizar uma gestão integrada dos recursos hídricos, com base em critérios de uso múltiplo, prevendo a existência de uma entidade gestora e definindo, claramente, as unidades e sub-unidades de gestão.

De salientar, ainda, o trabalho desenvolvido e a desenvolver com a implementação do Programa Operacional de Requalificação Ambiental das Lagoas, com as obras de correcção torrencial e com o esforço na limpeza, desobstrução e correcção de leitos das linhas de água, prevenindo e controlando a ocorrência de cheias e inundações.

Sr, Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A inspecção e o controlo da qualidade do Ambiente, desenvolvem-se nos mais diversos domínios, apelando a uma estratégia concertada.

Nos Açores as acções de controlo do Ambiente foram, ao longo dos anos, relegadas para um plano secundário o que foi sendo agravado pela ausência de planeamento e gestão integrada e que se traduziu na incapacidade da Região em acompanhar o desenvolvimento de planos e medidas de âmbito nacional e comunitário.

A elaboração do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos dos Açores (PERSU-A), a aquisição de meios para a monitorização da qualidade da água, do ar e do ruído, a realização da primeira campanha de caracterização da qualidade do ar da Região, o início da elaboração dos planos de resíduos especiais, a preparação do relatório de caracterização da qualidade da água para consumo humano, o início da preparação do relatório do estado do Ambiente na Região, a maior intervenção e exigência de estudos de incidências ambientais e de estudos de impacte ambiental, entre outras medidas, revelam uma clara inversão de prioridades.

Contudo, na Região continua a verificar-se um deficiente conhecimento dos elementos caracterizadores dos descritores de qualidade do Ambiente, apesar da convicção de que os problemas a este nível assumem reduzido significado.

Com a criação da Inspeção Regional do Ambiente poderemos, em simultâneo, obter e sistematizar a informação necessária, prevenir e evitar a degradação da qualidade do Ambiente, e aplicar as medidas tendentes à resolução dos problemas diagnosticados.

Um sem número de projectos, acções e intervenções, públicos e privados, deverão ser enquadrados, rigorosamente apreciados e criteriosamente avaliados em termos ambientais, sendo que a inspecção e controlo devem constituir-se como instrumentos reguladores do cumprimento e validação das normas de qualificação e requalificação ambientais.

Sr, Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Ambiente terá sempre que participar na configuração do nosso modelo de desenvolvimento. Numa Região como a nossa terá mesmo que ser encarado como infra-estrutura fundamental de uma estratégia de desenvolvimento.

A preservação do Ambiente assume-se não só como condição de sustentabilidade do desenvolvimento, mas também como razão de ser desse mesmo desenvolvimento.

Muito obrigado!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao intervir pela primeira vez nesta Câmara como membro eleito, quero, em primeiro lugar cumprimentar Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, bem como todas as Senhoras e Senhores Deputados, fazendo votos para que em conjunto saibamos ser sempre capazes de defender os interesses e o desenvolvimento equilibrado e harmonioso desta Região, honrando e credibilizando a nossa função ao serviço do Bem Comum.

Li com natural atenção as duas páginas que o Programa do VIII Governo Regional entendeu dedicar à Reconstrução das ilhas do Faial, Pico e S. Jorge. E se retirarmos as 12 linhas iniciais que falam das calamidades que afectaram os Açores de 1996 a 1999, resta cerca de uma página para a caracterização da situação actual da Reconstrução e apenas 11 linhas para dizer o que se vai fazer nessa área nos próximos quatro anos.

Depois das muitas críticas sobre o evoluir do processo da Reconstrução e do descontentamento generalizado que se sente junto dos sinistrados; depois, inclusivamente, do Dr. Renato Leal, que se assumiu publicamente como crítico de alguns aspectos deste processo, ser o cabeça de lista do PS pelo Faial; depois das expectativas que rodearam a reunião sobre a reconstrução havida entre o Sr. Presidente do Governo e os deputados eleitos pelo Faial; depois de tudo isso, eram legítimas as esperanças de que o Programa de Governo fosse mais desenvolvido e mais inovador do que os princípios e as generalidades que se encontravam no Programa Eleitoral do PS. Puro engano: o Programa de Governo ficou igual.

Somos daqueles que acredita que ninguém – e por maioria de razão um Governo – erra pelo gosto deliberado de errar. E acreditamos na boa fé e nas rectas intenções de quem decide, tendo por fim o Bem Comum.

Somos também daqueles que compreende que em dois anos e meio não era possível ter reconstruído tudo o que o Sismo destruiu.

Somos também daqueles que aceita e subscreve como prioritária a preocupação em reconstruir com qualidade e com segurança.

Mas isso não significa aceitar tudo o que foi feito, o modo como foi feito e a velocidade com que foi feito.

Sabemos que a questão financeira é crucial numa área destas. E até percebemos que se invoquem frequentemente as verbas já gastas. Mas isso não significa que todo esse dinheiro tenha sido bem gasto. Mais: uma Reconstrução não se mede apenas em milhões, mas sobretudo em casas construídas. E nesse domínio, a eficiência do processo nestes dois anos e meio está ainda hoje à vista.

Fundamentalmente, dos objectivos inscritos no Programa do Governo ressalta apenas uma ideia que é a da continuidade: entrar-se-á “ numa fase acelerada de execução de projectos, que dependerá, unicamente, do volume financeiro que será disponibilizado e da capacidade das empresas que acorrerão às grandes empreitadas”. Fim de citação.

Apesar de tudo o que foi dito e escrito neste dois anos e meio de reconstrução, infelizmente o Programa de Governo não foi capaz de incluir uma palavra de abertura a algumas alterações que entendemos indispensáveis, designadamente nos procedimentos e funcionamento do CPR, ou na necessidade de se definirem claramente os critérios das prioridades na Reconstrução, ou na urgência de uma maior integração de técnicos da área social no acompanhamento dos Sinistrados.

É que, mais do que com números e estatísticas, na Reconstrução lida-se, em primeiro lugar, com pessoas. E essas pessoas têm nome. E cada nome é um caso. E cada caso merece a atenção, o empenhamento e a busca da melhor solução. Tenho a certeza que muito ganharíamos em humanidade se todos os responsáveis políticos e funcionários saíssem dos seus confortáveis gabinetes e fossem ver as condições concretas em que vivem há mais de dois anos os sinistrados ou alguns dos sinistrados. Sobretudo os idosos sós, que sofrem duplamente pelo que perderam e pela falta de horizontes e de futuro. Muito ganharíamos em humanidade, em respeito, em solidariedade e em compreensão, se os conhecêssemos. E seguramente perceberíamos que a Reconstrução não é só milhões, nem teríamos a veleidade de garantir, como se garante no Programa de Governo, que “o mais difícil está feito”.

Nós aqui estaremos para dar o nosso contributo para que este processo, que é difícil, tenha sempre à frente os interesses e as necessidades das pessoas sinistradas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem todos ouvimos as palavras do Sr. Presidente do Governo sobre a Reconstrução e pessoalmente constatei com agrado a forma humana como a abordou, reconhecendo que muito ainda falta fazer no que diz respeito às condições de vida dignas para os sinistrados. O problema é que essa humanidade não sai desta Casa, e no dia a dia do funcionamento do CPR, mantêm-se os procedimentos, mantêm-se as práticas e mantêm-se a visão restritiva da Lei.

A 8 de Julho do ano passado, a Comissão Eventual desta Assembleia para o Acompanhamento do Sismo, concluiu, por unanimidade e na presença do Secretário Regional da tutela, uma série de propostas de natureza interpretativa a serem vertidas em regulamentação a produzir pelo Governo. Ainda há pouco tempo, estas propostas eram desconhecidas dos funcionários do CPR, nunca foram regulamentadas e, em casos exactamente iguais aos que lá são referidos, mantêm-se a interpretação restritiva da Lei e penalizadora para os sinistrados.

É para se ultrapassar estas e outras questões que se torna fundamental o trabalho sério e consequente de todos. Nós, pela nossa parte, estaremos atentos e disponíveis para contribuir com nosso trabalho para ajudar a resolver os problemas dos sinistrados e para defender para eles as soluções mais justas e mais favoráveis.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal para esclarecimentos.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria eu gostava de referir o seguinte, até porque devo lembrar que irei usar da palavra na tribuna.

A reconstrução é efectivamente uma matéria que nos tem trazido de candeias às avessas e é um processo que, infelizmente, penso que foi demasiado partidarizado com um natural prejuízo para os sinistrados.

Eu gostaria de referir que o facto de ter sido o cabeça de lista pela ilha do Faial veio trazer, do meu ponto de vista, uma mais valia sobre esta matéria, na medida em que, quer na qualidade de Presidente da Câmara, quer na qualidade de porta-voz da Câmara, tive sempre espaço para produzir as críticas que sobre esta matéria entendi poder fazer para que o processo fosse mais agilizado e mais humanizado.

Gosta de deixar aqui neste momento uma palavra de discordância relativamente a algumas afirmações do Sr. Deputado Costa Pereira, na medida em que desde há meses que o processo de

reconstrução vem conhecendo outra motivação e, além disso, vem conhecendo uma outra participação não só do Governo, dos autarcas, mas também dos próprios sinistrados. Neste momento, gostaria de deixar aqui a minha desaprovação pela referência que foi feita efectivamente sobre essa matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

Gostaria realmente de usar da palavra para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado que usou da palavra e gostava de lhe explicar que até agora foi dispendido muito tempo no processo da reconstrução, que o Sr. disse e disse bem, agora, o Sr. se calhar não sabe é que o Governo não esteve propriamente a dormir neste tempo que correu de permeio.

O Governo esteve nomeadamente a realizar centenas e centenas de projectos de habitações, como o Sr. deve saber. O Governo teve muitos problemas em criar condições para tornar aliciantes esses projectos aos próprios gabinetes que os elaboraram.

O Governo fez uma coisa que os Srs. não fizeram há 20 anos atrás que foi a criação e a determinação das áreas de risco para evitar erros de construção em zonas que se tipificam de risco.

Portanto, o Governo, além disso, ao exprimir legislação que permite agora adjudicações directas no valor de 750 mil contos, cria as condições para haver outra agilização, outra operacionalização e com isso dar uma celeridade muito maior no processo da reconstrução.

Gostava também de aproveitar esta oportunidade para referir aos Srs. Deputados do PSD, que insistentemente vêm para aqui referir que o Programa do Governo é isto ou um pormenor do programa do Governo, que o Programa do Governo não pode exprimir ao pormenor, aquilo que os Srs. muitas vezes apresentam, todas as minúcias que os Srs. pretendem. Nós vamos ter os planos e orçamentos, nós vamos contar com a vossa capacidade crítica para ir contribuindo...

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. acalme-se, o Sr. acalme-se!

Portanto, vamos ver se os Srs. interiorizam isso. Os Srs. têm muitos deputados que estão aqui pela primeira vez, como eu, mas pelos vistos têm ainda que adquirir certos pormenores que neste momento, com toda a franqueza, penso que vos faltam.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. já tem?! Nota-se!

O Orador: Pelos vistos já tenho. Sou muito precoce!

Continuando, quanto à reconstrução muito sinceramente gostava de referir, e para terminar, que...

Deputado João Cunha (PSD): Para os Srs. chega, mas para os sinistrados não!

O Orador: Oh Sr, Deputado, essas provocações em mim não pegam. Eu não perco a minha concentração com essas bocas, esteja descansado!

...para mim chega-me os compromissos assumidos pelo Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas e pelo Sr. Presidente do Governo aquando da sua intervenção que fez ontem e com certeza que o Sr. Secretário irá ter oportunidade de afirmar que no decorrer destes quatro anos o processo da reconstrução estará, na sua generalidade, concluído.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para participar no debate.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho muito pouco tempo, mas queria dirigir duas perguntas muito breves ao Sr. Deputado Renato Leal neste debate:

Primeiro o Sr. Deputado Renato Leal falou em partidarização do processo. Eu pergunto quem o partidarizou?

Segundo, o Sr. Deputado Renato Leal afirmou que, como porta-voz da Câmara, tomou determinadas posições. Eu queria testemunhar que o fez e fê-lo com correcção e queria também que o Sr. testemunhasse qual foi o comportamento das várias forças políticas, na Câmara, relativamente a este processo?

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo!

Presidente: Uma vez que o Sr. Deputado Joaquim Machado prescindiu da palavra, dou a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Queria só explicar ao Sr. Deputado Renato Leal que fiz uma referência expressa ao seu nome, porque quando foi apresentado como cabeça de lista do PS, pelo Faial, tinha há pouco tempo produzido críticas públicas ao processo da reconstrução e quando uma pessoa que se apresenta publicamente com este perfil e é escolhido para cabeça de lista, são naturais as expectativas que se criam nas pessoas de que para essa escolha e no exercício do cargo para que foi designado, naturalmente essas críticas vão ter acolhimento.

Como não vi no Programa do Governo nenhuma abertura especial, fiz esta referência. Não foi nada de depreciativo, mas apenas para justificar a referência expressa à ausência do seu nome.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Relativamente à questão que o Sr. Deputado Decq Mota colocou, tenho que lhe dizer que quando me refiro à partidização não me refiro ao comportamento que os representantes dos três partidos políticos que integram a Câmara Municipal da Horta fizeram deste processo, bem pelo contrário, penso que os representantes dos três partidos políticos foram capazes de procurar sempre, por vezes com alguma dificuldade e, se me é permitida a expressão, por vezes com alguma habilidade, posições que fossem o mais consensuais possíveis, por forma a que defendessem os interesses do povo da ilha do Faial que nos elegeu e que nos comprometemos a defender.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostava também de dirigir uma palavra de cordialidade e de simpatia ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional pelas superiores funções que assumiu, desejando-lhe as maiores felicidades profissionais e pessoais.

O facto de, nos Açores, ter sido descoberto um animal bovino de origem alemã, portador de Encefalopatia Espongiforme Bovina, vulgo BSE, catapultou para primeiro plano, não só o facto em si, como a decisão tomada e as consequências que daí resultaram.

Assim, e em primeiro lugar, considero ser meu dever trazer a esta Câmara toda a matéria relevante sobre este assunto, para conhecimento e esclarecimento de todos os Senhores Deputados.

No dia 22 de Novembro de 2000, a Direcção de Serviços de Veterinária recebeu do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, por fax, a informação de que a análise feita ao cérebro enviado a 27 de Outubro de 2000, relativa à BSE, se revelara positiva.

Estava eu nesta cidade da Horta e solicitei de imediato a identificação do animal em causa e do seu proprietário.

Na posse destes elementos, e já sabendo que a exploração se situava em São Miguel, solicitei a presença do proprietário, o que veio a ocorrer em Ponta Delgada, ao fim da tarde do passado dia 23 de Novembro.

Procedi às notificações regulamentares e, ao princípio da noite, o Governo Regional divulgou à agência noticiosa LUSA a ocorrência, marcando desde logo uma conferência de imprensa para o dia 24, pelas 10h e 5m, o que veio a acontecer.

O animal em causa nasceu a 23 de Setembro de 1995 e foi importado da Alemanha, tendo chegado aos Açores a 27 de Outubro de 1998.

Em vários textos da União Europeia é reconhecido que o período mínimo de incubação da doença é de 30 meses, o que anula, pelas datas atrás referidas, a hipótese de, no caso concreto, a doença ter sido contraída nos Açores.

Convém lembrar que existia um procedimento estabelecido e aleatório para o despiste da BSE, que consistia no envio para o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária de 40 amostras de cérebro por ano. Este número corresponde aos procedimentos habituais.

Recorde-se ainda que nunca tinha havido em concreto sequer a suspeita de que algum animal nos Açores fosse portador da referida doença.

Assim, os procedimentos de acondicionamento e transporte para o Laboratório Nacional - único com capacidade certificada para fazer as referidas análises - eram os correntes.

Acresce que outras amostras, para despiste de outras doenças, também são enviadas para Lisboa.

Por estas razões, o período que medeia entre o abate do animal e o envio da amostra para Lisboa corresponde ao prazo médio de envio de amostras em circunstâncias normais como as que se viviam.

Saliente-se, igualmente, que aquele animal em concreto não se destinou a consumo público em virtude de lhe terem sido detectados politraumatismos.

Face a esta nova realidade, que sabíamos ia pôr em causa a imagem de imunidade da Região à BSE, três hipóteses apenas se colocavam: ou só abatíamos as crias do referido animal - única medida obrigatória uma vez que os coabitantes a abater estavam na Alemanha, país onde a doença tinha origem - ou mandávamos abater os restantes quatro animais constantes daquela importação em concreto; ou ainda, e radicalmente, mandávamos abater todos os animais importados ainda vivos. Nesta altura, já havia falado com o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que, com a sua experiência e conhecimento, entre outras coisas me disse:

"Qualquer medida a executar deverá ser radical".

Confortado com a instrução recebida, no dia 24 de manhã, já contávamos com a presença dos três membros da Direcção da Federação Agrícola dos Açores.

Analisamos a situação e decidimos que só a medida mais radical poderia tranquilizar os consumidores, trazer segurança aos mercados e manter a imagem de marca, ou pelo menos, recuperá-la a curto prazo.

Os investimentos efectuados pelo VII Governo Regional na rede regional de matadouros e a estratégia do VIII Governo no sentido da diversificação da actividade agrícola, sobretudo para a carne, aconselhavam a que a medida a tomar não inviabilizasse a estratégia previamente delineada. Tomada a decisão, esta mereceu os aplausos unânimes dos vários intervenientes, apesar de outros - felizmente poucos - arautos da desgraça, não terem perdido a oportunidade de a colocar em dúvida. Estamos convencidos e determinados a demonstrar-lhes que não têm razão.

Aqui devo fazer um pequeno parêntesis para dizer que recebi, pelo telefone, de vários deputados da oposição a solidariedade pela medida tomada, o que registo.

Esclarecida esta pertinente questão, importa agora, em versão necessariamente reduzida, perspectivar as intenções do VIII Governo, para prosseguir na modernidade e diversificação da agricultura, e consolidar o desenvolvimento rural na Região Autónoma dos Açores.

Num quadro de globalização e política económica de liberalização crescentes, os Açores têm de adoptar e adaptar-se a princípios orientadores que permitam a defesa de um modelo de agricultura que por si concilie, tanto quanto possível, aquilo que consideramos valores fundamentais e que resultam da mercantilização, da qualidade dos produtos agrícolas, da segurança do consumidor e, naturalmente, da preservação do nosso património rural e paisagístico.

Com o início de um novo ciclo para os sectores agro-florestal e agro-industrial, impulsionado pelo VIII Governo Regional, definiram-se objectivos claros para a agricultura açoriana, objectivos esses que assentavam na modernização do sector e na sua mais valia competitiva, através do reforço das fileiras da carne e do leite, e da diversificação da base económica regional.

Importa agora determinar os objectivos da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para os próximos quatro anos.

Como Região ultraperiférica, os Açores não podem alhear-se das tendências actuais e de as enquadrar numa estratégia própria com vista à receptividade das indicações do mercado, à sua viabilidade económica, à sua sustentabilidade na gestão dos recursos naturais, à sua fiabilidade na perspectiva da segurança alimentar e à inovação na preservação do mundo rural.

Esta orientação deve, naturalmente, porfiar numa produção agrícola, pecuária e florestal, que tenha sempre presente as diferentes condições naturais, estruturais e económicas das nove ilhas, e a redução das disparidades que objectivamente resultam de entre elas.

Constituem, por isso, propósitos do VIII Governo Regional, redefinir as áreas florestais, caminhando-se no sentido de uma agricultura sustentada, isto é, definindo zonas orientadas para uma exploração intensiva, e outras para uma exploração extensiva, e compatibilizar, nas áreas de crescimento urbano, a reserva agrícola com o natural surgimento de espaços urbanos do tipo

unifamiliar, que apontem para uma economia de sustentação, através das necessárias alterações legislativas.

Pretende-se consolidar a melhoria das infra-estruturas nos perímetros de ordenamento agrário, consubstanciar a rede de caminhos rurais e investir na manutenção da rede viária rural, animar o fortalecimento da estrutura produtiva e fundiária, e incentivar os projectos de investimento que visem a modernização, a redução dos custos de produção e a generalização das boas práticas agrícolas, bem como o ordenamento agrário, através do emparcelamento, com redefinição do conceito de unidade mínima agrícola.

Mas para se conseguir o aumento do valor acrescentado na produção dos sectores em análise, impõe-se uma grande diligência de investimento por parte deste Departamento Governamental, visando, entre outras iniciativas, a edificação de um novo Laboratório Regional de Veterinária, o esteio às acções de modernização dos sistemas de recolha e classificação de leite, e o apoio, absolutamente necessário, à criação de um sistema de controlo de qualidade para a melhoria da nossa CARNE.

Na prossecução e conclusão dos investimentos iniciados, sobretudo no que se refere à Rede Regional de Abate, a certificação da carne açoriana constitui agora a mais valia indispensável para os ganhos de produtividade que a imagem de marca e qualidade nos vai trazer.

Estamos conscientes que o episódio conjuntural do animal alemão encontrado nos Açores, passará à história como caso fortuito, mesmo que, por azar, se possa vir a encontrar outro caso com proveniência estrangeira.

Pretende assim, o VIII Governo Regional, através da SRAPA, investir nos factores dinâmicos de competitividade, tendo em vista a promoção do consumo de produtos açorianos, através de Sistemas de Gestão e Garantia da Qualidade, na certificação de empresas e produtos e no apoio à reestruturação empresarial e de internacionalização.

A diversificação das culturas industriais terão também a atenção merecida por parte do Governo Regional, sobretudo a beterraba e o tabaco e motivando-se, de igual modo, a iniciativa privada para a recuperação da cultura e transformação da chicória.

Por outro lado, a divulgação, promoção e incentivo para outras culturas, quer aquelas de tradição técnica, quer a denominada agricultura biológica, constituem também finalidades a cumprir por parte da SRAPA, onde nos compete pugnar pela valorização dos recursos humanos, pela realização de acções de divulgação, pelo apoio à inovação e transferência de tecnologia, pelo incentivo ao movimento associativo e cooperativo e pelo incremento ao investimento privado, na perspectiva de mais criação de emprego nas nossas comunidades rurais de tradição.

Pretende-se também a transferência de funções no âmbito de processos contratuais, entre a administração regional e os parceiros do sector, assim como fomentar legislação que enquadre novos instrumentos de apoio à modernização empresarial e à formação de parcerias estratégicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passemos agora ao sector das Pescas, na reclamação da sua defesa intransigente e da dignificação dos pescadores.

Provavelmente mais do que qualquer outro, o sector das pescas é aquele onde se verifica uma permanente mutação. Daí a exigência de respostas rápidas, quer a nível político, quer a nível da iniciativa privada.

A escassez de recursos tem conduzido aos limites de capturas máximas permitidas que são distribuídas pelos Estados que exploram estes recursos, em função das capturas históricas.

Novos mercados vão surgindo em contrapartida, para os produtos tradicionais, que por si potenciam mais valias superiores às resultantes do aproveitamento tradicional a que esses recursos têm estado sujeitos.

Neste enquadramento externo, a linha de rumo da política de pescas passa, imperativamente, pelo reforço da competitividade e pelo fortalecimento do tecido económico e empresarial do sector.

No que respeita à reestruturação financeira do sector, o VII Governo Regional optou por uma estratégia em dois sentidos distintos: por um lado reanimou a confiança dos agentes económicos; por outro, usou desta confiança para reestruturar algumas empresas' onde se inclui, neste aspecto, a recuperação financeira da cooperativa Porto de Abrigo, da COFACO e da empresa pública LOTAÇOR.

O sector das pescas sofreu também um extraordinário incremento com a entrada em funcionamento do Simulador de Navegação e, certamente, que muitas condições serão melhoradas com a actividade, dentro em breve, do Simulador de Máquinas e de uma embarcação para formação profissional, bem como muitos outros cursos de formação que estão em perspectiva.

Na vertente de investigação, a colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores tem sido bastante profícua, quer no domínio da gestão de stocks, quer na revisão da legislação existente.

Mas constitui uma preocupação permanente a fiscalização da Zona Económica Exclusiva dos Açores, que, como se sabe, tratasse de uma área extensa e bastante vulnerável ao apetite de frotas estrangeiras, se bem que foram já reforçadas as missões aéreas de fiscalização e alargado à Região o sistema de monitorização contínua da frota (MONICAP).

Posto isto, vamos então, e para terminar, definir os objectivos e as grandes linhas de orientação estratégica para o sector das pescas no próximo quadriénio:

A procura de novos recursos ainda não explorados, como o peixe espada preto, por exemplo, a procura de parcerias com outros mercados, com o sentido de rentabilizar a nossa frota nos períodos em que aqui se possa verificar menor oferta.

Propiciar às embarcações maior permanência no mar e daí conseguir-se, por consequência, mais quantidade de pescado, encontrando-se uma embarcação de apoio que permita o transporte do local de pesca até ao porto.

Fazer valer junto da comunidade internacional, os argumentos de que a ZEE que os Açores enquadram compreende uma área a proteger, quer pelas formas ecológicas de apanha de peixe, quer porque os nossos mares podem constituir o último reduto para espécies ameaçadas, que aqui se reproduzem, e algumas delas já bastante raras no mundo.

A par da valorização do produto da pesca e da diversificação da actividade, dos produtos e do mercado' é intenção do VIII Governo Regional otimizar a exploração dos recursos, garantindo a sua sustentabilidade futura.

Para tal, são definidos os seguintes objectivos operacionais, insertos já no Programa deste Governo e do qual fazem parte a modernização da frota e a sua adaptação às necessidades de valorização do produto, (tendo presente a garantia de melhores condições de segurança e de trabalho a bordo), o reforço e aprofundamento da formação profissional, a conclusão dos processos de reparação e melhoramento dos principais portos de pesca, tendo em vista a realização de economias de concentração e a melhoria da logística na ligação aos mercados externos.

Por outro lado, constitui pretensão da SRAPA, reforçar a capacidade e a qualidade de intervenção das organizações de produtores, como parceiros privilegiados de desenvolvimento, e concluir a modernização da base industrial, adequando-a às exigências necessárias ao controlo da qualidade.

Constitui outra das nossas preocupações, a manutenção do esforço regional de investimento, sempre em estreita colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas da nossa Universidade, e com os nossos parceiros nas regiões ultraperiféricas.

Com estes objectivos a alcançar, é nosso propósito obter uma exploração sustentada dos recursos, a par de um aumento da eficiência da frota pesqueira, da valorização qualitativa e económica das capturas, da diferenciação e qualidade dos produtos resultantes da indústria transformadora, numa contribuição que se pretende para o desenvolvimento sustentável da actividade piscatória regional.

Prosseguiremos com a criação de um programa de detecção remota de cardumes, e criação de um centro regional de apoio à actividade, assegurando níveis superiores de formação profissional, e sobretudo no que se refere ao ensino prático, será adquirido um navio escola com as dimensões adequadas.

Será também concluído o programa de construção de casas de apresto e prosseguido o programa de construção de novas lotas e melhoramento das existentes, assim como a consolidação e ordenamento das estruturas de apoio à pesca.

Criaremos a Carta Regional de Portos e Estruturas de Apoio à Pesca e promoveremos a iniciativa empresarial, a par da iniciativa privada em novas áreas de actividade, nomeadamente no domínio da aquicultura.

Naturalmente que constituirá um facto a contribuição do Governo e da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, para a maior estabilidade económica e social das comunidades piscatórias,

para a melhoria das suas condições de trabalho e estabilidade remuneratória, e para elevar o grau de cooperação empresarial e o associativismo dos profissionais e agentes económicos do sector. Será também mantido o esforço de sensibilização das autoridades marítimas, para a necessidade de reforçar e adequar os meios de fiscalização de frotas externas na ZEE dos Açores, assim como mantida a participação regional nas entidades internacionais reguladoras da pesca no Atlântico Norte, reforçando a capacidade de intervenção na defesa dos interesses regionais. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como é sabido o sector das pescas passa na nossa Região Autónoma dos Açores por uma das maiores crises estruturais da sua existência, quer ao nível das capturas, quer ao nível da sua transformação e da indústria.

Quem lê o Programa do Governo, quem houve o Sr. Secretário fica, de facto, com uma ideia que, na nossa perspectiva, não corresponde minimamente à situação de crise que se vive no sector.

Gostaria, Sr. Secretário, de lhe pôr uma questão que ocorreu há poucos dias na nossa Região Autónoma e que tem a ver com a protecção, com a fiscalização das nossas águas exclusivas e com os critérios utilizados pela administração regional na concessão de licenças.

Repito, há bem pouco dias de madrugada, a cerca de 30 milhas a W das Flores, uma embarcação pertença de um empresário regional, dirigindo-se para um banco na zona encontrou uma embarcação com tripulantes estrangeiros, (espanhóis), com alguns continentais à mistura e que impediu a embarcação tripulada por pescadores da nossa Região de actuarem na zona - isto é uma questão de outra ordem que envolve alguma segurança ou não nos mares dos Açores - e para surpresa dos nossos pescadores essa embarcação foi descarregar todas as suas capturas para um porto espanhol, mais precisamente para Vigo, capturas que ultrapassavam as 11 toneladas de pescado, sendo 8 a 10 toneladas de alfonsinos e 3 de goraz.

Essa embarcação não opera nem descarrega nos portos da nossa Região e para surpresa dos pescadores açorianos envolvidos, essa embarcação tem licença do Governo Regional dos Açores e está registada, segundo creio, aqui no porto da Horta, dada pelo nome de "Ilha de Santa Maria", registada com o número 200/C.

Esta mesma embarcação já foi apreendida há uns tempos atrás na área da Capitania das Flores por estar exactamente a pescar a meia milha da costa.

É, de facto, uma história que dava um bom enredo e podia ser aproveitada para a RTP/Açores.

Agora, o que nos parece preocupante é esse tipo de licenças que permitem que uma embarcação dessas opere nos Açores.

Neste quadro, gostaríamos de saber com que proveito para a Região Autónoma dos Açores, quando são rejeitadas outras licenças? Não há aqui nenhuma condicionante?

Enquanto os empresários regionais do sector estão condicionados à descargas do pescado em portos da Região, esses cavalheiros andam aí à solta, digamos, em sintonia com a autorização que lhe foi dada pelo Governo Regional. A nossa dúvida é a seguinte: quem é que está a ganhar com isso?

Quem nos falou desta matéria garantiu-nos que havia alguém que estava a ganhar com isso.

Nós não somos técnicos do sector e fazemos um esforço, mas dá-nos a ideia de que a Região não está a ganhar, porque entre a tripulação não há ninguém que tenha relação com os Açores e o pescado vai, sobretudo, para Espanha.

Só aparece aqui à volta dos nossos portos quando o temporal a isso o obriga, que foi o que aconteceu há dois dias na Praia da Vitória. Foram inclusivamente fiscalizados pelas entidades competentes e daí sabermos que ele tinha vindo de Espanha para fazer mais capturas e regressam novamente a Espanha.

Portanto, parece-me que será um bom exemplo para o Governo Regional nos informar o que é que prevê no seu Programa relativamente a este tipo de situações? Se vai manter esse tipo de licenças e quem é que ganha com isso?

A mim preocupa-me muito saber quem é que ganha, porque o pescador insistiu muito comigo em que havia grandes interesses envolvidos num caso desta natureza.

Relativamente à agricultura, Sr. Secretário, louvo a forma voluntariosa, e não é mais do que a sua obrigação, como apresentou aqui a esta Assembleia o processo que envolveu o surgimento de um caso de BSE em S. Miguel com repercussões em toda a Região, mas gostaria de saber qual foi a entidade que tornou pública essa grandíssima notícia sobre este caso de BSE nos Açores.

Da nossa parte ficámos com a ideia de que não tinha sido V. Exa., ficamos com a ideia de que não tinha sido o Sr. Presidente do Governo. Deve ter sido um amigo do Sr. Presidente do Governo que tem a delegação do Governo Regional em S. Bento que deve ter feito esse anúncio.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Exactamente! Delegação em Lisboa!

O Orador: Portanto, gostaríamos de saber rigorosamente quem é que anunciou? Se o Sr. Secretário teve acesso à notícia pela comunicação social ou se houve alguma entidade que lhe deu conta disso?

Depois esclareceu, e não duvidamos, que esse prazo de 14 dias para que as amostras sejam enviadas para o laboratório em Lisboa era um prazo médio, um prazo razoável. V. Exa. é que o disse que 14 dias era um prazo razoável e que, felizmente, a dita vaca alemã já apresentava, a olhos vistos, uma situação que a tornou imprópria para consumo. Isso também nos tranquiliza em relação a essa dita vaca, o que quer dizer que se não apresentasse a olhos vistos essas mazelas, é obvio que tinha sido consumida para agrado geral.

Gostaria de perguntar se no passado houve, de facto, muitas vacas alemãs, holandesas ou europeias em geral que tenham sido abatidas e sobretudo se fizeram parte do lote...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se calhar...!

O Orador: ... das amostras que foram enviadas ao Laboratório Nacional.

Finalmente gostaria de saber se, - V. Exa. não o referiu e presumo que tenha sido a verdade naturalmente - foram equacionados métodos mais ou menos já utilizados noutras partes da Europa em que é feita uma análise e em poucas horas são obtidos resultados seguros, garantidos sobre o despiste dessa preocupante doença?

Compreendemos a atitude assumida pelo Governo, sobretudo na óptica que foi aqui lembrada, de que era importante sobre essa matéria, embora avançando para medidas mais radicais, perante as consequências nefastas que essa situação pode ter para o nosso principal sector produtivo, tomar uma medida que fosse convincente.

Nessa medida, o radicalismo recomendado pelo Sr. Presidente do Governo, à nossa luz, é compreensível.

Agora, infelizmente, durante vários anos, quando a Região estava imune a esta questão da BSE, este último Governo Regional do Açores, do Partido Socialista, foi, de facto, de todo incapaz de fazer com que a Região tirasse algum partido ao nível da fileira da carne pelo facto de não termos BSE. Agora que temos BSE que partido é que vamos tirar, ...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Não temos BSE!

O Orador: Temos no sentido do que foi aqui dito e que estamos todos a trabalhar.

... agora que a Região teve o problema dessa unidade com BSE, proveito da qualidade e das condições da nossa carne? Penso que para isso vai ser necessário uma alteração profunda de orientação política, porque, repito, durante estes anos podíamos ter tirado proveito, não o soubemos, agora que estamos numa situação eventualmente menos simpática, temos dúvidas se este Governo, de facto, vai dar passos seguros nesse sentido.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu gostaria de pôr a seguinte questão:

O abate das vacas importadas vai com certeza criar perturbações nas produções das explorações visadas.

No que respeita à produção de leite a medida não se enquadra nas excepções previstas no artigo 18º do Decreto-Lei 80/2000 que, como V. Exa. sabe, aplica a gestão das quotas leiteiras em Portugal.

Pensa o Governo Regional manter as quotas leiteiras na titularidade dos produtores visados?

No que respeita às vacas aleitantes o problema também se põe e gostaria de saber como se poderá evitar que os produtores atingidos percam os direitos ao prémio de que dispõem, tanto mais que a obrigatoriedade de se utilizarem vacas de raça de carne dificulta a sua substituição?

Eu peço desculpa de voltar a uma questão que foi posta aqui ontem, mas considero que não fiquei totalmente esclarecido e que se prende com os 6 milhões de contos referidos pelo Sr. Romano Prodi, para a reestruturação do sector leiteiro dos Açores e terei de perguntar se esses 6 milhões de contos são destinados efectivamente à aquisição de quotas no Continente? Em que regime de resgate, tanto mais que agora já começamos a sentir a contestação dos produtores do Continente ou se dizem efectivamente respeito a um envelope financeiro global para o POSEIMA? Se são para adquirir quotas, quais as expectativas temporais e quantitativas da aplicação desta medida?

Gostaria ainda pôr uma questão relacionada com a minha intervenção de hoje de manhã, relativa à aplicação da qualidade aos produtos alimentares e congratulo-me com a notícia de que se vai efectivamente construir um novo laboratório de veterinária. É a todos os títulos louvável e é importantíssimo, mas será que é o Laboratório Regional de Veterinária que deverá ser a estrutura de suporte da qualidade e da segurança dos consumidores. Aí, já ponho algumas dúvidas e gostava de ouvir do Sr. Secretário alguma coisa sobre esta matéria.

Finalmente uma outra medida que se prende com a intenção do Governo de criar um sistema de controlo de qualidade direccionada para a melhoria da qualidade da carne dos Açores, Denominação de Origem Controlada.

De acordo com o Regulamento 2081/92, indicações geográficas e denominações de origem não são a mesma coisa, eu pergunto: vai o Governo criar uma denominação de origem para a carne dos Açores em contrário àquilo que diz que já tem criado que é indicação geográfica/carne dos Açores. Se assim é, eu duvido da validade do processo de indicação geográfica/carne dos Açores, efectivamente, na melhoria da qualidade da nossa carne, porque se se vai criar um novo sistema de controlo da qualidade para quê o primeiro?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que ser breve, porque o tempo escasseia.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, anunciador da desgraça e dum exame caricato sobre as pescas, não deve ter lido os jornais de hoje que divulgam que no sector das pescas não existe nenhuma crise estrutural, como o Sr. revelou, de diminuição de pescado. É verdade, mas houve aumento de rendimento. É uma notícia de hoje que foi publicada e os pescadores têm mais 6% de rendimento do que em igual período do não anterior.

Portanto, o sector não está em crise. Os pescadores estão a ganhar mais dinheiro do que ganhavam no ano passado.

V. Exa. está desactualizado em relação a esta questão.

Depois referiu um exemplo dum barco estrangeiro que foi apanhado nas águas açorianas. Ele não foi apanhado, porque tinha licença para usar as águas açorianas.

Os Açores não são o oásis do mundo. Os Açores são uma região ultraperiférica que se inserem primeiro na Comunidade Europeia e depois no mundo, ou seja, querer para os Açores aquilo que não queremos para os outros é uma política difícil de enquadrar.

Nós limitamo-nos no mandato anterior. Houve uma redução de 30 para 15 licenças a embarcações não regionais, mas temos que ter a consciência que vivemos num mercado que é o Mercado Comum Europeu e dando resposta à questão do peixe ser depositado em qualquer porto de Espanha, resulta das regras do mercado comum, ou seja, da livre circulação de pessoas e bens.

Eu não posso dizer que o peixe pescado nos Açores tem que ser colocado numa lota açoriana.

Percebo as suas preocupações, mas o Sr. Deputado devia perceber, e penso que percebe, é que a regra da livre circulação de pessoas e bens no mercado europeu determinam que o Governo Regional não possa obrigar o registo de pescado nas lotas açorianas.

Passamos à magna questão de saber se foi Governo Regional ou o Governo da República o primeiro a divulgar a notícia. Eu até tenho aqui a cópia do comprovativo da hora que mandei o fax para a Lusa, porque calculava que essa fosse a magna questão que poderia ser colocada por alguns

partidos da oposição. O fax foi recebido na Lusa às 20,33 horas. O Governo da República mandou uns tempos depois de nós.

Portanto, até por aí falha a sua informação, porque, de facto, foi o Governo Regional que noticiou primeiro essa notícia através da única agência noticiosa que há nos Açores que é a Lusa e pode ficar descansado que os altos interesses dos Açores manifestados na expressão de V. Exa. de quem noticiou primeiro, também foram assegurados por essa via.

Depois também pergunta o prazo médio, que é uma questão pertinente. Eu também tive essa dúvida - e como sabe eu tomei posse a 15 de Novembro - e quis saber como é que era, depois de saber do caso, a questão dos prazos médios.

O que é facto é que a cabeça do dito animal tem que ficar em formol durante 3 semanas para fazer a tal análise da BSE, e tanto faz ficar em formal nos Açores como no Continente. Portanto, ficando em formal durante 3 semanas e tendo sido abatido no dia 2 de Outubro, juntando as 3 semanas dava 24 ou 25 de Outubro e foi enviado para Lisboa a 27, período em que já é possível fazer a análise.

Se o cérebro do animal tivesse sido enviado para Lisboa no dia 3 de Outubro, aguardaria em Lisboa as mesmas 3 semanas para que pudesse ser feita a análise. É o que diz as recomendações científicas e técnicas quanto a essa matéria. Portanto, penso que não restam dúvidas à Câmara sobre a lisura do comportamento.

Quanto aos laboratórios é intenção do Governo adquirir material, e já fez a encomenda, para o despiste dos testes rápidos que demorará entre 4 a 6 horas para serem analisados. Por instruções que sabemos, vai sair uma Directiva da Comunidade em que todos os países que produzem carne para consumo terão que fazer o despiste da BSE. Portanto, nós tendo essa informação já nos antecipámos em adquirir o equipamento necessário para montar dois laboratório, um na Ilha de S. Miguel e outro na Terceira, que são as ilhas com maior número de cabeças de gado para analisar.

Espero que os equipamentos cheguem dentro de 15 dias a 3 semanas. Alguns equipamentos têm de vir da Suíça e outros dos Estados Unidos e, portanto, aguardamos a todo o momento que esses equipamentos possam chegar aos Açores.

Portanto, nessa vontade de, por um lado servir os interesses regionais, mas por outro anunciar alguma desgraça que é de que a carne dos Açores tem BSE, numa expressão que deixa passar, mas que eu não posso deixar passar como responsável pelo sector, é que nos Açores, pelo menos, até agora não há BSE. O que aconteceu foi um animal alemão encontrado nos Açores com BSE.

Se somos nós a dar tiros nos nossos próprios pés, é evidente que é em cima de nós que vão cair as crises.

Acho que as pessoas responsáveis e com responsabilidade devem ter a linguagem própria para as situações adequadas.

Repito, não há nos Açores animais com BSE, porque os animais foram importados.

A Alemanha teve 6 casos detectados lá e nunca teve BSE, porque 5 casos foram de animais importados de Inglaterra e 1 da Suíça.

Só agora com este caso é que a Alemanha passou a ter casos como o nosso, ou seja, passou a ter casos de BSE.

Por isso mesmo é conveniente que se esclareça que não há nos Açores, até hoje, casos de BSE. Houve um exemplo casuístico dum animal alemão.

Penso que, quanto a esta matéria, também invalida muitas das suas questões sobre a qualidade da nossa carne e do mercado, o Governo continua a apostar no investimento neste sector do mercado da carne.

Relativamente ao problema que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros me coloca, eu já tinha reflectido sobre ele.

Tratando-se dum problema de abate compulsivo para vazio sanitário da doença, ou seja, anulando todas as importações, anulamos o risco, e como o Sr. sabe, não há farinha de ossos e carnes nos Açores, pelo menos, há 15 anos. A Comissão Europeia especializada diz que não há, que não tomou conhecimento delas e por isso não temos a origem da doença.

Portanto, para esse abate compulsivo para vazio sanitário, já falei com o Sr. Ministro da Agricultura e iremos fazer as alterações legislativas necessárias para que seja considerada a quota dos produtores.

Quanto aos direitos das vacas aleitantes renovam-se. Trata-se de outra negociação. Da boa colaboração existente entre o Governo Regional e o Governo da República e da deslocação que fiz

a Lisboa, tive oportunidade de encontrar um número significativo de novos direitos de vacas aleitantes a transferir para os Açores, para que se possa renovar esses direitos eleitantes das vacas que irão ser abatidas.

Quanto à questão que ontem colocou dos 6 milhões de contos para resgate e que o Sr. Presidente do Governo muito bem lhe respondeu, não se apresse, pois nós não temos a decisão definitiva sobre essa matéria. Os 6 milhões de contos podem ser ou não, pode haver outras alternativas e há expectativas nesse sentido. A resposta não pode ser dada, não porque não queiramos, mas porque não existe decisão sobre essa matéria.

Quanto à segurança, em conjugação com a qualidade, acho bem. Esta foi uma questão que o Sr. já tinha levantado na sua intervenção. É uma questão que já falei com o meu colega da economia, porque ele tem a tutela da defesa dos consumidores, e pensamos que em colaboração com Secretaria da Economia vamos atingir esse objectivo mais concreto.

É evidente que o Laboratório de Veterinária não é o meio, por si só e por excelência, para atingir esse objectivo, naturalmente que teremos que encontrar os mecanismos para dar tranquilidade aos consumidores e, portanto, numa perspectiva integrada com o Sr. Secretário Regional da Economia, vamos resolver esse problema.

A última questão sobre a certificação da carne dos Açores, não há dúvida sobre este assunto. Há aqui um ligeiro equívoco, eventualmente da nossa parte, mas o que está em causa é a certificação com a indicação geográfica da carne açoriana. Não há outra que não seja essa.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Quero apenas fazer-lhe umas perguntas muito rápidas:

Há uma directiva comunitária que põe regras próprias para abate de bovinos com mais de 30 meses e queria saber qual é a solução para as várias ilhas da Região desta situação, nomeadamente a possibilidade de desossagem desses animais?

Queria também saber, se for possível, o que é que se pensa, neste momento, do impacto nas explorações pecuárias do excesso de encabeçamento e também por causa deste nova regra do abate de novilhas de substituição em início ou prestes a iniciar a lactação?

Gostaria de saber qual o volume do consumo de carne de vaca adulta na Região?

Como vai ser combinado o abate das 2642 cabeças de gado de refugo das explorações, por razões sanitárias?

Muito obrigado.

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero congratular-me com a referência que está no Programa do Governo à construção da nova fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, onde é referido explicitamente que é um projecto prioritário e totalmente essencial.

Neste contexto eu tenho uma pergunta muito simples para lhe fazer que é a seguinte:

Em Setembro deste ano foi assinado um protocolo de cooperação entre a Cooperativa, uma entidade bancária e o Governo Regional com vista ao desbloqueamento e ao avanço deste processo de construção da nova fábrica.

Na cláusula sétima deste protocolo é dito que, e passo a citar: "Com vista a harmonizar os procedimentos que estão em vigor na generalidade da região açoriana, a classificação de leite à produção no Faial será feita pelo SERPLA, a partir de 1 de Outubro de 2000". Estamos em Dezembro e a Cooperativa continua a fazer a classificação do leite e gostava de saber quando é que esta cláusula do protocolo será implementada e porque é que ainda não foi?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por questões de tempo da bancada do Governo, eu não disponho de muito mais tempo para responder às vossas questões que são questões pertinentes.

Tenho pena, mas há ainda mais dois colegas para intervir depois de mim.

São as regras do Regimento e temos que segui-las.

Se quisessem ficar aqui toda a noite a questionar-me, da minha parte havia a maior disponibilidade, mas não posso continuar nesta senda porque os meus colegas têm também que falar.

A pergunta que o Sr. Deputado Costa Pereira me faz é uma pergunta pertinente e, naturalmente, que é uma preocupação. Eu já falei com o IAMA e as questões vão ser encaminhadas o mais breve possível, mas receio que não seja antes de Janeiro. Já dei instruções ao IAMA sobre essa matéria.

Das perguntas do Sr. Deputado José Decq Mota sobre as explorações e o impacto das medidas de retirar dos vazios sanitários, estão a ser estudadas com os Srs. lavradores. Eu tenho mantido reuniões em S. Miguel, na Terceira, hoje aqui no Faial e vou fazê-lo em todas as ilhas e disponibilizei-me a todas as Associações Agrícolas para com eles dialogarmos e tentarmos encontrar as melhores soluções para os problemas que se avizinham.

Portanto, estou nesta negociação por todas as ilhas e encontraremos, naturalmente, as soluções mais adequadas para a situação.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste primeiro momento em que subo à tribuna da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, seja-me permitido saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente como figura primeira do Sistema Autónimo e através de si homenagear todos os Grandes Autonomistas cujo talento e abnegação permitiram que hoje os Açorianos possam livremente participar na construção do seu futuro.

Em segundo lugar, saudar as Senhoras e os Senhores Deputados como representantes dos Açorianos, legitimados pelo voto nas últimas eleições.

Em terceiro lugar saudar a Senhora e os Senhores Membros do Governo, nomeados na sequência da vontade claramente expressa pelos Açorianos em atribuir ao Partido Socialista a condução das suas legítimas aspirações de progresso e desenvolvimento.

Estou certo que todos, tudo faremos para honrar com o nosso trabalho o Regime Autónimo, evidenciando as suas virtudes e mobilizando os Açorianos para uma participação que se pretende cada vez mais activa e prenunciadora do fortalecimento dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar das excepcionais condições naturais que usufruímos e do peso e importância socio-económica que a Agricultura sempre teve nos Açores, este sempre foi um sector que enfrentou dificuldades em todas as nossas ilhas, ora por uns motivos ora por outros.

Não muito longe vão os tempos onde nas zonas rurais se vivia com tremendas privações. A sobrevivência era muitas vezes arduamente conquistada dia a dia. Menos distantes no tempo, todos lembramos a situação em que muitas ilhas e milhares de famílias açorianas ficaram após a saída da Martins & Rebelo dos Açores, cujos efeitos o VII Governo, do Partido Socialista, se defrontou e que em cooperação com as organizações dos produtores souberam estabilizar e abrir novos rumos.

Estas e muitas outras dificuldades, os nossos agricultores, galhardamente enfrentaram e venceram. Fizeram evoluir o sector, num trabalho notável, dando-nos a confiança e a certeza que se esse desenvolvimento hoje existe, tal como no passado daremos respostas às contrariedades, prosseguindo para o futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Agricultura dos Açores merece, os agricultores dos Açores merecem, de todos, o empenhamento até à exaustão pela justeza das causas que hoje defendemos nos fora Comunitários e que o insensível culto das normas, fundamentadas em princípios que em nada podemos desvirtuar pela nossa dimensão, nos negam na sua devida extensão.

É nuclear para este sector que a aplicação dos Princípios da Ultraperiferia consagrados no Artigo 299º, nº2 se materializem nos Açores em consonância com os princípios da convergência defendidos no Tratado como factores de sucesso na Construção da União Europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo aponta-nos para o sector agrícola um conjunto de estratégias orientadoras e objectivos que permitem, adequadamente, responder aos desafios e às soluções necessárias para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, como questões indissociáveis.

Não podendo nesta intervenção dissecar o vasto conjunto de propostas, permitam-me que evidencie quatro princípios que me parecem particularmente importantes:

1º A redução das disparidades existentes entre os rendimentos dos agricultores açorianos e dos seus congéneres europeus num quadro de convergência simultânea das assimetrias estruturais, económicas e sociais existentes entre as diversas ilhas.

Este princípio reflecte a consciência de que não há uma agricultura nos Açores, existem nove agriculturas que necessitam de abordagens específicas para potenciar o seu e o nosso desenvolvimento. Para o Partido Socialista o Desenvolvimento dos Açores só se cumpre quando se cumprir o desenvolvimento de cada uma das suas parcelas.

2º A assunção do princípio da multifuncionalidade da agricultura, que permite alcançar um desenvolvimento sócio-económico sustentável das zonas rurais, garantindo às actividades agrícolas sustentabilidade económica, quer quando se apresentam vantagens competitivas quer quando se apresentam externalidades positivas.

3º O princípio de que, a educação, a formação profissional e a informação são condição de base para o desenvolvimento, na continuação aliás do forte incremento dado pelo VII Governo e cujos efeitos são hoje já sentidos pelas empresas. Só uma sociedade bem formada e informada tem capacidades de aprender, inovar e desenvolver competências.

4º A reiterada aposta na cooperação, já evidenciada pelo VII Governo e que sem dúvida constituiu um dos maiores factores do seu sucesso político, é fundamental na criação de sinergias, de alianças estratégicas, de participação multidisciplinar e sistémica de todos os agentes económicos, sociais e científicos, como factor determinante para a eficácia de políticas tão relevantes como a inovação e desenvolvimento, a segurança alimentar, o desenvolvimento rural, entre muitas outras.

Enquadrados por estes princípios de base gostaria ainda de referir como particularmente importantes de entre outros, quatro objectivos:

1º Continuar a reestruturação tecnológica nas fileiras Agro-Indústriais

2º Aumentar a produtividade das fileiras, destacando-se na produção, as políticas de emparcelamento e de rejuvenescimento, como determinantes. Nas Agro-Indústrias, são relevantes os aspectos relacionados com a valorização do soro e com a certificação de processos e produtos.

3º A diversificação da base económica da Agricultura, aumentando a importância das culturas agro-indústriais, da horticultura, da floricultura, da agricultura biológica e da floresta, como actividades essenciais ao Desenvolvimento Rural.

4º Acrescentar valor às fileiras. Este é um dos objectivos que no quadro actual se revelam de maior prioridade e que de algum modo exige a eficácia das políticas de modernização tecnológica, formação profissional, investigação e desenvolvimento, de certificação e fiscalização, de controlo e garantia da qualidade. Se é urgente apostar com determinação em todo o vasto conjunto de políticas enunciado, elas só terão o efeito desejado com a operacionalização nos mercados de marcas açorianas com elevado valor percebido. Temos que traduzir nos mercados, com as nossas marcas o peso que hoje detemos na produção. Este esforço fundamental para o qual poucos detêm só por si capacidade de operacionalizar, terá que realisticamente ser assumido num quadro de parcerias estratégicas e de cooperação entre o Governo e os agentes económicos.

Sem este objectivo concretizado, de pouco valerá todo o trabalho realizado a montante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os desafios colocados são enormes. No plano programático as soluções estão desenhadas.

É nossa firme convicção que a determinação do Partido Socialista e deste Governo, em cooperação com os agentes económicos do sector, os vencerão.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo até às 18 horas e pedia aos líderes parlamentares que viessem aqui junto da Mesa para acertarmos umas contas relativamente aos tempos disponíveis, porque temos ainda um apertado calendário para cumprir hoje.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 5 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa do Governo dedica o seu ponto 9 à reconstrução das ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

O texto do Programa no que refere à reconstrução é curto e sucinto, mas tem que ser considerado completado com as declarações a esse respeito feitas pelo Senhor Presidente do Governo Regional. De todos os objectivos enunciados pelo Governo merece destaque a afirmação de que se pretende que o processo de reconstrução de que se pretende que o processo de reconstrução estará “genericamente” concluído no final desta legislatura.

Esta afirmação está sustentada na predisposição de investimento a realizar o qual, de acordo com o anunciado, será nos próximos 4 anos mais de 30 milhões de contos.

É positivo que o Governo tenha este objectivo e é necessário fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que tal objectivo seja atingido.

Entretanto é absolutamente imprescindível para que este objectivo seja atingido que não existam nem acidentes de percurso nem se repitam erros anteriores.

O processo de reconstrução teve de facto erros esses ficaram patentes com a quase sistemática dessincronia entre muitos anúncios e os actos realizados.

O processo de reconstrução teve dificuldade em arrancar por não ter estrutura adequada, por não ter, durante algum tempo, diálogo com os municípios, por não considerar, de forma sistemática, os próprios sinistrados como interlocutores obrigatórios.

O processo de reconstrução nasceu mal e de modo hesitante e esse nascimento hesitante tem uma das suas comprovações no facto de em apenas 1 mês o Governo Regional ter apresentado duas propostas diferentes (e a 2ª pior do que a 1ª) de enquadramento financeiro.

Mas mais do que falar do passado ou do que enfatizar os erros, os comportamentos incorrectos, os comportamentos insuficientes ou mesmo sublinhar justas críticas, estamos mais interessados em falar do presente e em pensar no futuro imediato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Senhor Presidente do Governo regional convidou os deputados eleitos por esta ilha para uma reunião cujo tema foi a reconstrução. Nessa Reunião foi prestada uma informação detalhada sobre as intenções e programa de investimento do Governo Regional no que respeita à Reconstrução.

No que respeita aos deputados cada qual colocou as preocupações e pontos de vista que entendem.

A realização dessa reunião foi importante, mas mais importante será que se assegurem todas as condições para concretização do que foi e está planificado.

Entretanto é bom que sejam sublinhadas algumas preocupações relevantes.

Em primeiro lugar queria referir a questão das prioridades e a necessidade de se dar a maior atenção à resolução das situações de pessoas idosas; em 2º lugar queria aludir à questão de ser urgente passar em larga escala à fase de execução de empreitadas, em 3º lugar queria referir ser imprescindível reexaminar a metodologia a adoptar relativos à reconstrução ou reabilitação de muitos edifícios da cidade da Horta, em 4º lugar queria referenciar a necessidade de serem reexaminadas com urgência alguns casos que não foram bem tratados.

Quero dizer, por pura honestidade política, que tenho sérias dúvidas que a estrutura montada para a Reconstrução tenha capacidade para evitar erros que já cometeu ao longo do tempo. Entretanto sendo certo que o Governo entende que a estrutura é adequada e decidir mante-la sem alteração, é importante que se continue a observar e a analisar o funcionamento da respectiva estrutura.

Assumirei no acompanhamento deste processo a postura atenta, rigorosa, interventora e de defesa dos sinistrados que sempre procurei assumir enquanto Vereador e responsável político.

Já manifestei ao Governo Regional, ao mais alto nível, a vontade desta área política e a minha própria, em contribuir para que esta situação tenha uma evolução mais sólida, visível e eficaz.

O contributo que daremos será sustentado por opiniões sugestões e assumirá, certamente, muitas vezes a natureza de representação directa e viva de sinistrados que pedem ajuda.

Este problema, pela sua dimensão humana e orçamental, é, sem dúvida um problema regional de grande dimensão, embora centrado principalmente em duas ilhas.

Espero que os projectos anunciados tenham concretização mas espero também que haja a mabealidade suficiente para se tornar ou anular os obstáculos que podem surgir.

O importante é reconstruir bem, depressa e com justiça.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que em breves palavras cumprimente Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional, bem como todos os Deputados que aqui estão para esta empreitada de 4 anos que, há partida, está também adjudicada à maioria de um partido que tem compromissos para cumprir.

É porque o programa do VIII Governo Regional nos sectores da habitação, obras públicas e protecção civil corresponde aos compromissos eleitorais que o Partido Socialista assumiu com todos os açorianos no processo eleitoral do passado mês de Outubro e não pode nem teria que haver mais ou menos linhas nestas circunstâncias.

Nestes sectores, tutelados pela SRHE, o programa do VIII Governo aponta claramente para novas metas e reforça medidas de política, conseguidas pelo VII Governo.

Parafraseando o que ainda ontem afirmou o Sr. Presidente do Governo, o sector da habitação continuará a merecer atenção redobrada, quer por razões da fraca resistência estrutural de grande parte das habitações dos Açores, quer por razões de

uma crescente procura revelada pelos estudos prospectivos do Plano Regional de Habitação.

Neste sentido, estão definidas as principais linhas de orientação estratégica para o sector de habitação:

- Disponibilização dos terrenos necessários para responder à procura real de projectos de propriedade resolúvel, custos controlados e auto-construção, sejam eles de iniciativa pública, privada ou mista, em áreas integradas nos sistemas urbanos com boas acessibilidades e servidas de infraestruturas;

- Incentivos da reabilitação urbana que engloba não só a recuperação individualizada, privada e pública de edifícios, mas também a renovação das infraestruturas e equipamentos, ou seja, do espaço colectivo por forma a que a reabilitação constitua uma componente maior da política de habitação e não apenas uma política suplectiva de salvaguarda patrimonial;

- Garantia de programas específicos ou de emergência com dotações financeiras por objectivos para áreas-problema de carência habitacional ou de risco, sempre com metodologias de co-responsabilização entre a Região, outras entidades ou os particulares;

- Reforço do apoio às cooperativas de habitação ou outros agentes locais, na criação e manutenção do parque habitacional;

Revisão da legislação que fundamenta a atribuição de apoios à habitação, atendendo ao princípio que as políticas públicas terão que se adequar às vulnerabilidades sócio-económicas e por vezes à estrutura fundiária das nossas ilhas .

- Diversificação e flexibilização da promoção habitacional destinada a apoiar casais jovens e pessoas com deficiência, designadamente, com incentivos ao arrendamento para jovens e à majoração dos apoios para pessoas com deficiência.

- Reforço da interligação com o Instituto de Acção Social e outros parceiros, em projectos de intervenção comunitária de luta contra a pobreza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A par deste contexto de medidas estruturantes, a reconstrução das ilhas do Faial e Pico viverá um período de plena construção, findo que estará, durante o ano 2000, todo o planeamento materializado na feitura dos diferentes tipos de projectos.

Defenderemos intransigentemente os princípios que assumimos desde a primeira hora e que convém dizer que foram previamente rectificadas e aprovados maioritariamente pelo povo das ilhas do Pico e Faial e que são: qualidade arquitectónica, espaço ajustado a cada agregado familiar e renovação de um parque habitacional antigo e impreparado para resistir aos sismos, por isso, a carecer de reforçada segurança mediante planeamento adequado e projectos obrigatórios.

No próximo quadriénio, a nossa atenção centrar-se-á, portanto, na fiscalização dos processos em curso e na resolução dos 29% dos casos ainda não resolvidos.

Apoiar e fiscalizar as grandes empreitadas que estão em curso e as que serão adjudicadas até ao final deste ano, são as duas grandes tarefas que nos ocuparão para que no final a resultante factorial deste processo seja uma reconstrução planeada, segura e requalificadora em termos de ordenamento espacial e comunitário.

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados:

Em matéria de Obras Públicas o objectivo orientador consistirá em aumentar a eficácia global do sistema rodoviário regional por forma a melhorar as acessibilidades das pessoas e cargas, sem perder de vista os compromissos de ordem financeira assumidos com empreiteiros e fornecedores que o VII Governo em boa hora normalizou.

A melhoria das acessibilidades far-se-á mediante a construção de novos troços de estradas, bem como, pela conservação e reabilitação das vias existentes e construção de obras de arte em conformidade com potencial crescimento de tráfego de cada ilha. Estes objectivos integram-se também numa política de redução da sinistralidade a par da dinamização da Prevenção Rodoviária Açoriana.

Mas, o sucesso das inovações neste sector estará também ligado à melhoria da qualificação de recursos humanos, o que se pretende em articulação com as Câmaras de Comércio, Escolas Profissionais e de Ensino Técnico-Profissional, bem como com outras entidades representadas no Conselho Regional de Obras Públicas.

Outrossim, o nosso LREC contribuirá, decisivamente, para o desenvolvimento técnico-científico no domínio da construção civil, homologando materiais de construção civil e garantindo novos patamares de qualidade e certificação por etapas às empresas do sector da construção civil.

Deste modo, potenciaremos os fundos disponíveis no III QCA, assegurando um equilíbrio sustentado no 2º sector de actividade económica dos Açores que emprega hoje mais de 13.000 pessoas.

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados:

O SRPCBA prosseguirá a sua modernização e consolidação com base nos conceitos de prevenção, auto-prevenção e socorro a pessoas e bens em perigo.

Esta nova fase do SRPCBA ficará marcada pela aposta na melhoria da qualificação dos recursos humanos dos corpos de Bombeiros da Região através da Formação técnico-profissional. Este princípio mobilizador é fundamental na construção de um modelo de segurança cuja linha avançada são os nossos Bombeiros.

Na verdade, para operar a nova rede de telecomunicações foi necessária esta formação, mas ela é também imprescindível noutros agentes e beneficiários da protecção civil. Por isso, alargaremos a formação e sensibilização dos jovens até outros estratos populacionais mais idosos e outras entidades que constituem o edificio principal em matéria de protecção civil, designadamente estruturas de saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social, estabelecimentos que recebem público e Órgãos de Comunicação Social.

Criaremos uma linha telefónica gratuita (SOS - prevenção) destinada a fomentar o recenseamento de situações susceptíveis de potenciar a desprotecção ou insegurança de pessoas e bens.

Por outro lado, reforçaremos a colaboração com a U.A. no plano científico e a cooperação com entidades e organizações de protecção civil de modo a melhorar os níveis de análise de risco e consequente actuação deste serviço.

Como já dissemos, os corpos de Bombeiros continuarão a ser a primeira linha deste edificio de segurança, pelo que a criação do Estatuto Social do Bombeiro dos Açores constituirá um processo-chave que dignificará e garantirá a continuidade da existência de pessoal voluntário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As medidas sectoriais que acabámos de apresentar para as áreas da habitação, obras públicas e protecção civil, visam contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos Açores, mediante a construção das diferenças ajustadas às necessidades de cada ilha e à equidade na repartição dos investimentos nas áreas referidas.

Como sempre, avançaremos com redobrada força e determinação para ganhar estes novos desafios. Muito obrigado!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostava de colocar duas questões ao Sr. Secretário Regional:

Uma diz respeito à habitação e tem a ver com a circunstância de que no âmbito de colaboração com outras entidades, designadamente com as autarquias locais, o Programa do Governo apenas prevê duas situações: uma relativa ao realojamento e outra que passo a citar: "Promoção duma gestão integrada e sustentada de parque público de arrendamento".

Ora, como nada se prevê relativamente à habitação degradada, pequenas reparações em colaboração com as autarquias locais, pretendia saber se, de facto, é para acabar com este tipo de medidas e porque é que não está no Programa do Governo?

Outra situação tem a ver com as obras públicas e como bem disse o Sr. Secretário que, pelos vistos tem sido assumido, quer pelo grupo parlamentar, quer pelo próprio Governo, o Programa do Governo, no fundo corresponde aos compromissos eleitorais e tem a ver com o próprio programa eleitoral e no manifesto eleitoral para a ilha Terceira, no âmbito das obras públicas estava lá só duas medidas e por isso vou referir-me a uma delas: fala-se na reabilitação da via rápida e diz o seguinte: "compatibilizando a circulação de gado com veículos automóveis".

Eu como não vejo isso no Programa do Governo, fico sem saber se já não é para fazer a reabilitação da via rápida, compatibilizando a circulação de gado com os veículos automóveis ou se, de facto, estamos aqui mais uma vez perante uma tentativa de conciliar o inconciliável e este Governo durante este debate já manifestou por três circunstâncias que essa tendência de satisfazer e reagir perante pressões, faz com que se confundam as coisas e que se contradigam e passo a citar o que já foi aqui dito: "utopia realizável", já se falou em "instabilidade e crescimento" e já se falou em "rezoavelmente ideal".

Portanto, quanto esta questão de resolver o problema da via rápida, compatibilizando a circulação de carros com a circulação de gado, gostava de saber se é para fazer ou se se chegou à conclusão de que era uma utopia irrealizável?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou referir-me só à primeira questão, uma vez que a segunda é uma situação particular que estará ou não inscrita do próximo Plano e porque ela foi tão especificada não deveria estar no Programa do Governo. De qualquer modo em considero que as suas observações acerca dessa questão são filosóficas e não têm nada a ver com a argumentação e o conteúdo do Programa do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não, limitei-me a citar aquilo que escreveu!

O Orador: Em relação à primeira questão, essa sim, parece-me ser mais substantiva e o que está definido em matéria de cooperação com as autarquias são duas coisas muito claras: em primeiro lugar a continuação da assunção dos nossos compromissos com o programa de realojamento entre as autarquias, o INH e o Governo Regional. Como sabe corresponde a um esforço do Governo Regional de mais de 50%, num investimento indirecto da ordem dos 11 milhões de contos, que vão ser executados ao longo dos vários anos em que as autarquias conseguirem, efectivamente, executar esses programas.

Por outro lado, nós entendemos que a colaboração com as autarquias deve voltar a ter um modelo que teve no passado, ou seja, nós, a avaliar pela experiência de um Decreto Legislativo Regional, aprovado nesta Casa e que os autarcas não estão de acordo com ele, devemos voltar à experiência antiga que foi a experiência com as Juntas de Freguesia. É isso que, efectivamente, nós vamos fazer e vamos decidir exactamente por esse tipo de colaboração.

Portanto, em matéria de operações com as autarquias, vamos continuar a ter um reforço do investimento nas autarquias através dos contratos com o INH e que são muito vantajosos para as autarquias e, como o Sr. Deputado sabe, no caso do círculo eleitoral da Terceira vamos ainda durante este ano estabelecer um protocolo de 173 mil contos para a construção de 50 fogos que espero que resolvam problemas como os da Serra de Santa Rita e outros problemas de realojamento. Estes contratos também são vantajosos porque cabe ao Governo Regional a execução

dos projectos, a comparticipação, muitas vezes, na aquisição dos terrenos e depois ainda a comparticipação em 50% na execução das casas e às Câmaras Municipais cabe, única e exclusivamente, pôr as casas a concurso, fiscalizá-las e entregá-las nos dias das inaugurações. Portanto, esta é uma vertente de realojamento que vamos continuar.

Em relação à habitação degradada, nós temos a intenção de voltar ao esquema de apoiar mais as Juntas de Freguesia do que as Câmaras Municipais, até porque este sistema que foi estatuído por um Decreto Legislativo Regional sobre a habitação degradada, quanto a nós não é correcto e está a funcionar mal de acordo com muitas Câmaras, independentemente da cor político-partidária delas. É por isso que nós vamos voltar ao esquema, que já estava montado, de apoio directo às Juntas de Freguesia.

Muito obrigado, Sr. Presidente:

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Entende o Sr. discorrer sobre a coincidência que deve existir ou não entre o Programa Eleitoral do PS e o Programa do Governo e se bem entendi o Sr. concluiu que não devia ter nem mais uma linha. De facto, tem muitas mais linhas e tanto assim é que só na parte respeitante às medidas a executar no desporto foram pensados 21 períodos. Realmente faltou alguma coisa ao Programa Eleitoral do PS ou há sobras neste Programa do Governo e, de facto, é verdade porque nesses acrescentos pouco de substantivo foi trazido por esses mesmos acrescentos, que em nada valorizam algumas das políticas propostas.

Mas, o objectivo desta minha intervenção prende-se com o seguinte:

Diz o Programa do Governo, a propósito da reposição das infraestruturas que foram danificadas pelas calamidades, que tudo está solucionado ou em fase de conclusão pelo VII Governo. (pág. 162)

O que eu queria saber do Sr. Secretário é em que ponto está o projecto de construção da estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente, se está solucionado ou em fase de conclusão, que o Sr. prometeu em 1997?

Ainda relacionado com aquela freguesia gostava de saber em que ponto se encontra a sua carta de risco?

Diz também pouco mais adiante no Programa do Governo que uma das medidas será a de utilizar maior rigor na observância dos vínculos dos trabalhadores da construção civil. Pergunto o que está a ser feito para evitar aquelas situações que foram há pouco denunciadas pela comunicação social, relativamente a trabalhadores estrangeiros a trabalhar na construção civil, mais concretamente aqui no Faial?

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou referir-me novamente só à última questão, porque considero que a primeira é novamente uma questão de plano que estará inscrita ou não e não tinha que ficar no Programa do Governo se vai haver ou não estrada alternativa à Ribeira Quente. Se os estudos que foram anunciados se estão ou não feitos, não me parece que isso seja matéria do Programa do Governo. É por isso que não está aí inscrito.

Em relação à segunda questão, esse é um problema que a Secretaria da Habitação tem que se preocupar, sob o ponto de vista da entidade que também tutela a questão das obras, mas como devem saber os 100 brasileiros que se encontram na ilha do Faial são, obviamente, uma situação que nos preocupa sob o ponto de vista global, independentemente da caber à entidade que fiscaliza essa situação que, como sabe, é a Delegação de Trabalho e que terá que avaliar efectivamente se há ou não legalidade e em que condições é que essa situações se podem dar.

De qualquer modo, há uma cláusula nos nossos cadernos de encargos da reconstrução de só permitir as sub-empregadas onde normalmente se entegram esse tipo de trabalhadores, mediante autorização prévia. Mas esse é, efectivamente, sob o ponto de vista das competências da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos em matéria de obras, a única disposição que nós temos e

que achámos, para poder de algum modo influenciar e regular, dentro das nossas possibilidades, esse assunto.

A outra parte de fiscalização, compete à Delegação de Trabalho e essa fiscalização está sendo feita, pelas informações que eu disponho.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Habitação:

Entendeu responder numa forma diferente da interpretação já hoje aqui produzida pelo Sr. Secretário da Educação que acordou quanto ao facto do Programa do Governo poder muito bem conter tudo aquilo que será materializado depois em plano, até porque, em nosso entender, o plano deve-se submeter aos princípios gerais definidos no Programa e não ao contrário, ao menos que os Srs. depois venham apresentar um PMP e o Plano Anual desconforme das políticas e das intenções previstas no Programa do Governo.

De qualquer modo, independentemente de dever ou não estar escrito no Programa do Governo se se constrói ou não a estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente e uma vez que - e suponho que não deu entrada na Mesa qualquer errata ao Programa do Governo - diz que está em fase de conclusão ou solucionado, pergunto em que ponto está - e já nem sequer estou a remeter-me se o Sr. vai ou não vai fazer - este projecto da construção desta estrada alternativa bem como à elaboração da carta de risco da Ribeira Quente, porque nós já hoje aqui tivemos oportunidade de ouvir que no Faial, contrariamente a um outro projecto de reconstrução numa calamidade, infelizmente com consequências bem maiores, tanto no plano material como no plano humano, não se tinha feito ali, na Terceira, o devido estudo.

Pergunto se na Ribeira Quente os trabalhos que já foram feitos e bem, e nesse aspecto dou-lhe os parabéns, porque eu estou aqui para reconhecer aquilo que é feito e sobretudo o que for bem feito, mas também para lhe apontar aquilo que for mal feito ou não se fizer, se obedeceram, de facto, a algo determinado ou concluído numa carta de risco?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para dizer que esta formulação é um pouco diferente, porque fala em princípios, mas quero lhe dizer que no Programa do Governo se fala numa coisa óbvia onde se enquadra isso, que é a construção de novos troços de estrada e reabilitação. Obviamente que não se fala em exemplos desses novos troços e de reabilitação de novos troços, porque isso há-de ser matéria do Plano. Portanto, em relação a este assunto em considero que esta parte conceptual é assim que deve ser entendida.

Em relação à Ribeira Quente que é um problema que tem a ver com a filosofia que nós introduzimos para as calamidades, que é um princípio básico e que mais uma vez devo manifestar à Câmara:

Todas as intervenções do Governo Regional, em matéria de calamidades, tiveram a presidir como critério de decisão uma coisa muito simples: é preciso fazer reforçando estruturalmente acima do que existia quando houve essas calamidades. Esse princípio foi sempre seguido e é por isso que tomámos todas as decisões de projectos de reforço estrutural, quer de infraestruturas, quer das casas também e, portanto, nunca hesámos um milímetro nem vamos hesitar. Esta é a nossa filosofia de base.

Ainda em relação à Ribeira Quente, o Governo Regional já investiu mais de 5 milhões de contos em todas as estruturas e infraestruturas que ali estão e, obviamente, que tivemos preocupações em considerar os estudos que encomendámos à Universidade dos Açores das cartas de risco.

Já lá vai o tempo em que os critérios de decisão era de encomendar estudos e pô-los na gaveta e depois decidir consoante se havia eleições ao domingo e a máquinas que se retiravam à segunda-feira.

Obviamente que nossa intenção é de respeitar os estudos, dentro daquilo que nós dizemos que é pragmatismo racional. Nós pegamos nos estudos, vemos quais são as realidades das comunidades e tentamos arranjar a melhor decisão para que ela tenha método. É essa a nossa filosofia de actuação. Portanto, em relação à Ribeira Quente isso também foi assim, fez-se a análise de riscos, impedindo-se a construção de novas habitações nas zonas que foram prejudicadas com a derrocada

e reforçou-se estruturalmente todo o sistema de drenagem das estradas que, para além de se ter feito um levantamento aerofotogramétrico para essa estrada alternativa, independentemente de nós considerarmos que também é alternativo em matéria de segurança o porto e o heliporto que nós vamos lá construir.

Portanto, em matéria de alternativas nós lançámos mais do que aquilo que tinha sido inicialmente anunciado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Posto de lado os aspectos conceptuais, porque os meus dificilmente irão convergir com os seus, vamos então de forma muito telegráfica ao seguinte:

Vai o Governo construir a estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente, sim ou não?

Quando à carta de riscos,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Estamos a discutir o Programa do Governo. Ainda não percebeu isso!?

O Orador: ...o Sr. diz que foram feitos os estudos e a análise da carta de riscos da Ribeira Quente. Ainda bem que os fez. Essa era, aliás, a sua obrigação e em tempo oportuno hei-se apresentar um requerimento à Mesa para que esses resultados sejam fornecidos para nossa informação.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não há requerimentos orais. Dirija-o à Mesa!

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas uma pergunta:

Sei que foi já iniciado o processo de rever a macro-orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, tendo, inclusivamente sido pedidos pareceres à Federação de Bombeiros dos Açores.

Não vendo aqui integrados no Programa do Governo medidas de política, no âmbito da Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, perguntava ao Sr. Secretário Regional se essa estruturação orgânica é para avançar ou não neste mandato?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo rapidamente ao Sr. Deputado, digo-lhe que esse assunto já está avançando. Já há uma comissão criada entre as Federações e técnicos do Serviço e da Secretaria para que toda a regulamentação se faça no mais breve espaço de tempo.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Renato Leal para uma intervenção.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao usar da palavra, pela primeira vez nesta tribuna, saúdo naturalmente Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem como todos os Senhores Deputados.

Saúdo também o Senhor Presidente do Governo e todos os membros do seu Executivo, a quem manifesto a minha disponibilidade para cooperar em tudo quanto possa contribuir para o desenvolvimento dos Açores e para o aumento do bem estar das suas populações.

Permitam-me também que vos manifeste a minha satisfação por voltar a fazer parte desta Assembleia, de onde, por vontade própria, saí há cerca de 11 anos para servir a tempo inteiro uma outra causa igualmente nobre: o Poder Local Democrático.

O VII Governo Regional dos Açores elegeu - e muito bem - a área da Habitação como um sector fundamental e prioritário, porque achou que essa opção era determinante para o desenvolvimento sócio-económico e estrutural da população açoriana.

Os dados estatísticos disponíveis sobre esta matéria são muito claros. Em 1997 apenas 40% do parque habitacional era posterior a 1960 e cerca de 3/4 dos edificios não possuíam betão armado.

Significa isto que uma percentagem muito considerável deste parque habitacional se caracteriza por ser antigo, desajustado, desconfortável, inseguro e, por vezes, mesmo insalubre.

Sendo a nossa Região caracterizada pela sua origem vulcânica e pela ocorrência, mais ou menos regular, de eventos sísmicos, forçoso se torna que se tomem medidas políticas que permitam

enfrentar as próximas crises, que naturalmente nos baterão à porta, com respeito, mas com cada vez mais serenidade e, por consequência, com menos medo.

Por isso, fiquei naturalmente muito satisfeito ao verificar que o VII Governo Regional conferiu à Habitação uma atenção muito especial, tendo conseguido, ao nível da cedência de lotes por ano, passar de 150 para 250, o que se traduziu num aumento de 66%, o que é muito expressivo.

Igualmente merecedores de menção são os montantes dispendidos nesta área e que, durante os últimos quatro anos, se traduziram em valores superiores a 22,5 milhões de contos, sendo 11 milhões de contos em investimento directo e 11,7 milhões de contos em acordos de colaboração com o INH e com as autarquias locais na construção de 1.100 fogos destinados à erradicação de barracas e casas abarracadas.

Apesar desta importante e expressiva melhoria da situação, muito ainda há a fazer nesta área.

É que, nas múltiplas reuniões em que, ao longo de quase 11 anos, participei como Presidente da Câmara Municipal da Horta ou como membro da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, rara era aquela em que não se fizesse referência à Habitação, fosse por estar degradada, fosse por haver carência dela para cidadãos de mais baixos recursos, para casais jovens, para famílias desestruturadas ou monoparentais, etc.

Por isso, entendendo que esta área deve continuar a merecer uma atenção, não direi redobrada, porque tal não se me afigura como possível, mas uma atenção ainda mais cuidada, porquanto - insisto - muito há ainda a fazer.

Importa, por isso, realçar a vontade deste VIII Governo Regional de aumentar e reabilitar o parque habitacional, através da cooperação com os beneficiários, as autarquias locais, as cooperativas e outros agentes locais com vista à obtenção de um parque habitacional qualificado, devidamente equipado e integrado no ordenamento urbano.

A disponibilização de terrenos infraestruturados e por infraestruturar a beneficiários, cooperativas e empresas, bem como a construção de habitação no regime de custos controlados e propriedade resolúvel são medidas que não posso deixar de enaltecer e aplaudir, porquanto estou certo que, com elas, se atingirá um patamar certamente mais elevado de segurança e bem estar.

A celebração de acordos de cooperação com as autarquias locais é outra medida que não posso deixar de registar e de aplaudir, pois considero que ninguém é melhor conhecedor das situações de carência ou de má habitação do que os membros das Autarquias Locais que, indiscutivelmente, muito têm feito por esses Açores fora, às vezes pisando o risco, para minorar o desconforto, a insegurança e a insalubridade de muitas habitações.

Outra medida que o VIII Governo se propõe levar a cabo, e que se me afigura digna de destaque, tem a ver com a requalificação dos centros urbanos históricos e com as zonas de protecção aos imóveis qualificados, onde se pretende intensificar a função habitacional.

Esta é uma medida, sem dúvida alguma, importante ao nível dos princípios, mas que carece de ser acompanhada daquilo a que eu chamo “a mochila das patacas”, sob pena de se estar a fazer aos cidadãos uma exigência que, na esmagadora maioria dos casos, não têm possibilidades financeiras para suportar.

E este Governo, à semelhança do que o anterior teve a coragem de fazer noutras áreas, fixando critérios objectivos e transparentes, há-de ser capaz de dar mais esse passo em frente.

Quero, por fim, realçar a intenção que o Governo expressa no tocante ao mercado de arrendamento, onde, efectivamente, muito há a fazer, porquanto, sobre esta matéria, se verifica ainda nalgumas ilhas uma filosofia completamente ultrapassada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Obras Públicas são um sector importante na nossa Região, com um peso apreciável na nossa economia, não só pela quantidade de postos de trabalho que conseguem gerar como também pela contribuição que emprestam ao VAB (Valor Acrescentado Bruto).

Também nesta área quero destacar a obra feita pelo último Governo Regional, ao nível das infraestruturas criadas, beneficiadas ou reabilitadas e também ao nível do reestabelecimento da confiança, sobretudo no que se refere aos pagamentos atempados a empreiteiros e fornecedores, área em que os últimos governos da responsabilidade do PSD não foram capazes de honrar todos os compromissos assumidos.

Manifestando a minha concordância com as medidas elencadas no Programa do Governo, quero, contudo, destacar as que se referem à qualificação dos recursos humanos, à adaptação de legislação

sobre o regime jurídico de obras públicas e empreitadas e ao licenciamento de alvarás e certificados.

A reduzida dimensão geográfica de algumas das nossas ilhas, bem como a preocupante inexistência de empresas locais (entenda-se dessas ilhas) que possam dar resposta aos projectos do Governo Regional ou das Autarquias Locais são justificação legítima para o assumir dessas medidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reconstrução das ilhas do Faial, do Pico e de São Jorge foi, entre outras, mais uma tarefa inesperada que o VII Governo Regional teve que atacar com coragem e determinação.

No âmbito das funções que desempenhei até há poucas semanas tive oportunidade de manifestar a minha discordância, ou a do órgão colegial a que presidi, sobre algumas das medidas adoptadas.

Foi, por isso, com natural satisfação que vi serem aceites pelo anterior executivo, bem como já por este, algumas dessas críticas que - repito - ou eram da minha autoria ou dos vários Partidos que integram a Câmara Municipal da Horta.

E, sobre o que ainda falta fazer, penso que, conjugando o que vem consagrado no Programa do Governo, com a reunião que o Senhor Presidente do Governo promoveu recentemente com os Deputados eleitos por esta ilha e com a sua intervenção de ontem, há efectivamente condições para que esta ingente tarefa possa vir a ser genericamente resolvida nesta legislatura.

Para tal, torna-se necessário, para além das medidas referenciadas, uma melhor informação junto dos sinistrados e uma ainda maior aproximação das Autarquias Locais e dos técnicos do Instituto de Acção Social.

Este processo, porque lida com pessoas que, ou já eram desfavorecidas, ou estão em situação provisoriamente desfavorecida, deve merecer uma atenção ainda mais cuidada.

Se o VII Governo foi capaz de, inesperadamente, o enfrentar, espera-se que o VIII Governo o resolva e, se possível, em definitivo.

De acordo com números oportunamente disponibilizados, dos 3.179 casos de famílias sinistradas, 1.449 estão “resolvidos”, ou seja, cerca de 46%.

Dos restantes 1.730 casos, cerca de 800 estão em curso, o que corresponde a 25,6%, e os restantes 921 encontram-se ainda por resolver.

Contudo, destes, 600 serão incluídos em empreitadas a lançar a concurso muito proximamente.

Porque considero que este é um processo em permanente devir, e com a legitimidade que me advém das sugestões e críticas que ouvi na recente campanha porta-a-porta, quero aqui reafirmar a minha disponibilidade para continuar a colaborar neste processo, na convicção de que estarei a defender os legítimos interesses dos sinistrados, que, muito naturalmente, anseiam por uma rápida resolução dos seus casos.

Estou, por isso, convicto de que com o empenhamento de todos vamos ser capazes de ganhar mais esta batalha!

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, permita-me em primeira lugar que reitere os votos de felicidades pessoais e profissionais no desempenho do alto cargo para que foi recentemente eleito, aliás, na sequência da oportunidade que já tive de o fazer aquando da apresentação pessoal do Programa do VIII Governo Regional.

O VIII Governo Regional dos Açores entende que uma Administração Pública moderna, próxima do cidadão e dotada de recursos humanos suficientes, é condição essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade e garantia de bem-estar aos seus cidadãos, asserção que é reforçada numa região pobre ou e arquipelágica

Os Açores estão dotados de uma Administração Pública Regional relativamente jovem (70% dos seus funcionários têm entre 30 e 49 anos), o que permitirá prosseguir o esforço de estabilização do crescimento do número de funcionários públicos regionais, bem como o de aumentar as suas

qualificações e competências, mormente na área das novas tecnologias, através da prossecução dos adequados programas de formação.

Promover uma efectiva aproximação da Administração ao cidadão; melhorar a qualidade do serviço prestado; incentivar as iniciativas de participação e audição dos cidadãos, estimulando a utilização das tecnologias de informação, como forma de tornar mais céleres os procedimentos e as decisões, bem como de garantir o acesso à informação administrativa; actualizar os métodos de gestão dos recursos humanos, através do aumento das competências dos seus gestores - serão alguns dos objectivos a prosseguir pelo VIII Governo Regional.

Para tanto, estender-se-á à Região, com as adaptações que a nossa realidade impõe, os projectos Loja do Cidadão e Postos de Atendimento ao Cidadão, prosseguir-se-á na extensão do projecto INFOCID, alargando a respectiva cobertura de terminais a todos os concelhos dos Açores, aumentando-se a quantidade de informação relevante respeitante à Região e desenvolver-se-á a adopção de programas de qualidade que conduzam à certificação dos serviços.

Apostar-se-á também na implementação de um serviço *help* dirigido ao cidadão, com acesso via Internet e telefónico.

Prosseguir-se-á na actualização do Ficheiro Central de Pessoal, enquanto instrumento de fundamentação de medidas de política de pessoal e de emprego público.

Serão ainda estabelecidos contratos-programa, com instituições universitárias e protocolos com outros departamentos do Governo visando a reciclagem de quadros da Administração Pública, sobretudo nas áreas em que a avaliação dos conhecimentos e o recurso a tecnologias de ponta levar a uma mais rápida "desvalorização" dos respectivas habilitações e competências de base.

Ao nível do relacionamento e cooperação com as Autarquias Locais, o VIII Governo Regional norteará a sua acção no sentido do reforço da dignificação do Poder Local Democrático, privilegiando um contacto directo que vise a busca de soluções comuns, no respeito recíproco que deve existir entre pessoas com atribuições e competências próprias e legitimidade democráticas.

Tal foi, aliás, a actuação do VII Governo Regional, nomeadamente ao nível do reforço dos meios financeiros postos à disposição das Autarquias Locais, quer através das transferências do Orçamento de Estado e, por outro lado, do incremento da cooperação financeira entre o Poder Regional e o Poder Local, imperativo que mereceu uma profunda atenção e do qual resultou aumentos sem precedentes.

Assim, o empenhamento do VII Governo Regional, junto do Governo da República e dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República permitiu e levou à consagração duma discriminação positiva dos municípios das Regiões Autónomas no que concerne às transferências do Orçamento Geral do Estado, constante da Lei de Finanças Locais, que conduziu já a aumentos percentuais dessas transferências de 10,9% e 12,1% em 1999 e 2000, respectivamente.

Também em concertação com o Governo da República, o Orçamento de Estado para 2001 prevê transferências financeiras para os municípios dos Açores, no decorrer do próximo ano, no montante de 1 4.365.202 contos, o que significa um acréscimo global percentual relativamente ao ano anterior de 17,83% - sendo assim a Região Autónoma dos Açores aquela que, comparativamente a outras parcelas do território nacional, incluindo a Madeira, obtém maior aumento, numa tendência que se vem registando de há dois anos a esta parte. Diga-se que, em termos relativos, a participação dos Açores nas verbas globais das transferências do Orçamento de Estado para o País nunca foi tão alta, atingindo agora os 3,89%.

Por outro lado, e estando neste momento pendentes na Assembleia da República duas propostas de alteração à Lei das Finanças Locais, o Governo Regional já fez garantir, através de proposta do Governo da República, que, a discriminação positiva para as Regiões Autónomas vai continuar, bem como, e através da criação de um novo fundo, se consiga valores mínimos de aumentos, em benefício sobretudo dos municípios mais pequenos, como é o caso dos Açores.

Ao nível do PEDRAA II foram aprovados 249 projectos municipais, num valor total de investimento de 38 milhões de contos.

Até esta data, as Câmaras Municipais concluíram 162 projectos e encontram-se em execução mais 87 projectos, que terão de estar concluídos até 30 de Junho de 2001.

Neste momento dos 38 milhões de contos aprovados, estão executados 36 milhões, o que significa uma taxa de execução financeira global de 95%.

Na prática, já foram transferidos para as Câmaras Municipais mais de 29 milhões de contos.

Entretanto, e porque nos encontramos numa fase de transição entre dois programas comunitários, foi consagrado no PRODESA um subprograma específico para investimento municipal, que prevê afectar mais de 43 milhões de contos aos municípios dos Açores, o que corresponde a cerca de 20% da verba total do mesmo. Relativamente à gestão desse subprograma, e pela primeira vez, os municípios têm uma representação maioritária.

Foram já aprovados as primeiras candidaturas de investimento municipal no âmbito do PRODESA, mais concretamente 29 projectos, respeitantes a 6 Câmaras Municipais, cujas intenções de investimento atingem o total de 1.842.526 contos.

Tudo isto, após ter sido devidamente acordados entre o Governo Regional e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores os critérios e os montantes concretos de repartição da dotação FEDER prevista no PRODESA no seu eixo prioritário 4 (Investimento Municipal), pelas diversas Câmaras Municipais.

O VII Governo Regional assinou, ainda, com os respectivos municípios, relativamente aos projectos de tratamento e destino final dos resíduos sólidos nas Ilhas de S. Miguel, Pico e Terceira, e até à aprovação do respectivo projecto no Fundo de Coesão, protocolos de apoio complementar excepcional, que se consubstanciam no pagamento integral de encargos financeiros intercalares até ao limite do investimento comparticipável pelos fundos comunitários.

O Governo Regional assinará proximamente um proposta de protocolo, que visa compensar os municípios, através do pagamento de um juro à taxa Lisbor a 6 meses, de eventuais atrasos, independentemente da sua origem e responsabilidade, das transferências de fundos devidas aos municípios e a dever no âmbito do PRODESA.

Para além disso, na vigência do VII Governo Regional, e ao nível da cooperação financeira entre a Administração Regional e Local, foram assinados mais de uma centena de contratos ARAAL, o que corresponde a um investimento total superior a 5.750.000 contos, sendo a comparticipação do Governo Regional de 74% o que significa um montante superior a 4.290.000 contos.

Relativamente a bonificação de juros de empréstimos bancários efectuados pelos municípios com vista a investimentos co-financiados pelo PEDRAA, o VII Governo Regional dos Açores dispendeu cerca de meio milhão de contos.

Em igual período, e relativamente à Cooperação Directa com as Freguesias, o Governo Regional concedeu um total de 300.000 contos, o que equivale a um aumento de 54% relativamente ao período de 93/96, possibilitando assim que vinte e quatro Juntas viram as suas sedes totalmente substituídas ou remodeladas.

Para além disso, gostaria de realçar a cooperação técnica, aos mais diversos níveis e áreas existente entre o Governo Regional e as Autarquias, desde o investimento municipal co-financiado por programas comunitários, ao apoio técnico-jurídico e até às questões do pessoal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O VIII Governo Regional prosseguirá pois a cooperação financeira com as Autarquias Locais, o apoio técnico relativamente a todas as fases de acompanhamento de candidaturas aos fundos comunitários e de projectos realizados em cooperação com o Governo Regional, bem como na coordenação e centralização da informação respeitante ao investimento municipal co-financiado.

Serão ainda estabelecidos protocolos com os municípios visando a sua participação no processo de emissão de passaportes, melhorando e facilitando os mecanismos de obtenção destes por parte dos interessados.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas uma pergunta ao Sr. Secretário Regional.

Referiu aí na sua intervenção a mais diversa colaboração com as autarquias.

Todos nós sabemos que brevemente todos os serviços públicos do Estado, da Região e do Municípios, vão ter que se integrar no novo Plano Oficial de Contabilidade Pública. Estou convencido que esta matéria, essencialmente em relação às pequenas autarquias, será de alguma dificuldade técnica e a minha pergunta concreta é se a Secretaria Regional, efectivamente, está em

condições de colaborar com os municípios no sentido de contribuir para que eles possam vir a integrar-se e a cumprir legislação nacional, no que diz respeito ao cumprimento dessa legislação relativa à nova Contabilidade Pública?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão.

Respondendo muito rapidamente à sua pergunta, o Governo Regional tem efectivamente acompanhado e vai haver, quer ao nível da Administração Estatal e Regional, através do chamado POCP, quer ao nível da Administração Local, através do chamado POCAL, alterações de monta nas contabilidades públicas em geral, digamos assim.

Na parte respeitante ao POCAL, o Governo Regional tem, desde sempre, acompanhado esta questão. Técnicos da DROAP participam nas duas comissões existentes ao nível da Secretaria de Estado da Administração Local, quer da formação, quer do próprio apoio técnico.

Um dos seminários organizado com os eleitos locais, concretamente aquele que ocorreu o ano passado na ilha Terceira, teve como um dos temas esta questão, em que inclusive teve presente o Sr. Secretário de Estado da Administração Local.

Para além disso há protocolos ao nível da formação que levaram já, para além dos municípios, para todas as freguesias para que haja um conjunto de módulos de formação que tem vindo a decorrer em S. Miguel, Terceira e Faial.

Sr. Deputado, posso-lhe garantir que, apesar de saber que existe nomeadamente junto dos eleitos locais das freguesias alguma angústia relativamente a esta alteração de alguma mudança em termos de formação, a Região Autónoma dos Açores, em colaboração com a Secretaria de Estado da Administração Local e com o próprio Centro de Formação Autárquica, é a Região do país que já implementou, ao nível das freguesias, um programa mais completo de formação.

Pensamos que também aqui a evolução das próprias entidades privadas, nomeadamente ao nível da feitura de programas de "software" irá na prática facilitar a tarefa de todos a começar pela tarefa dos eleitos locais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado Paulo Valadão já fez a pergunta em relação ao POCAL e o Sr. Secretário Regional já esclareceu e fiquei também esclarecido em relação a esse assunto.

Verifico aqui no Programa do Governo: "Elaboração e distribuição de um modelo próprio na Região do livro de reclamações".

Efectivamente foi feito, mas pedia ao Sr. Secretário Regional que mandasse averiguar qual a razão do livro de reclamações do Centro de Saúde da Praia da Vitória ter folhas rasgadas. Tanto quanto eu sei cada página desse livro é constituído por 4 partes, uma para a área da tutela, outra para o queixoso, outra para a DROAP e a outra fica no próprio livro. Desapareceram algumas folhas e seria, do ponto de vista da transparência, importante mandar analisar.

Verifico também aqui, no âmbito da evolução e situação actual, um aspecto que me parece francamente positivo que é no âmbito da ADSE a preocupação com os aposentados e ser centralizado nos Açores, em Angra, Horta e Ponta Delgada, esse atendimento de todo o processo burocrático da entrega de documentos e de reembolso.

Éfectivamente é uma preocupação importante que eu trazia aqui, porque foram vários os aposentados que me têm levantado esta questão de inclusivamente documentos que desaparecem e que depois eles já não têm possibilidades de encontrar novamente esses documentos ou têm eventualmente que pagar consultas ou de alguma forma a dificuldade que o aposentado tem em tratar desses assuntos.

Mas, verifico depois que, no âmbito das medidas a executar dizendo que os objectivos atrás apontados se traduzem nas seguintes medidas, já não vejo esse ponto e vejo apenas a preocupação com o garantir o pagamento atempado aos beneficiários. Pergunto se foi um mero lapso, se deixou de ser este um objectivo concreto ou no caso de, digamos, ser um objectivo concreto podemos contar com ele, na medida em que é, efectivamente, indispensável?

Tem-me chegado informações nesse sentido e era uma medida importante se pudesse ser desenvolvida.

Presidente: Sr. Secretário Regional, vou-lhe dar a palavra, mas lembro-lhe de que tem apenas um minuto. Portanto, terá de fazer um grande esforço.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Relativamente à primeira questão, tenho a certeza que, quer a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, quer eu próprio, havemos de ver o que se passa, se é que se passa alguma coisa com o livro de reclamações no Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Relativamente à questão dos aposentados da ADSE, em termos muito simples, a questão dos reembolsos para os activos é feita pela própria Região, a questão dos aposentados é feita por Lisboa, sendo os aposentados a enviar os documentos de reembolso para a Sede Central da ADSE. Isto só por si significa, por diversas razões, um atraso bastante maior do que acontece com os pagamentos da nossa administração regional.

Estamos numa fase muito adiantada onde falta apenas acertar alguns pormenores técnicos para também o Sector da ADSE Regional pagar a esses aposentados, não só aos da Administração Regional, mas também aos da Administração Local e a todos os aposentados que se encontram a residir na Região, tendo como grande vantagem a redução do tempo de reembolso.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais pedidos de esclarecimento nem mais inscrições na Mesa e, portanto, vamos encerrar esta parte do debate do Programa do Governo.

Vamos fazer um pequeno intervalo de 10 minutos a um quarto de hora, para passarmos depois às intervenções finais.

Muito obrigado.

(Eram 19 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para passarmos à fase final dos nossos trabalhos com as declarações finais.

(Eram 19 horas e 25 minutos)

Para iniciar este período, dou a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão do Programa do Governo, que agora chega ao fim, teve dois momentos bem distintos: Um primeiro, que consistiu na apresentação de tal Programa pelo Sr. Presidente do Governo, e que, na nossa opinião, nada trouxe de novo. Desde logo porque não passou do decalque puro e simples das intenções e promessas eleitorais do PS; depois, porque incidiu sobre linhas gerais e princípios de actuação genérico-abstractos, os quais, à partida, oferecem a possibilidade de consenso, nem que seja pelo benefício da dúvida que sempre se deve dar às boas intenções.

Num segundo momento, no entanto, o Sr. Presidente do Governo teve de responder às perguntas da oposição, primeiramente às nossas, depois às dos restantes partidos. De tais respostas nasceu um novo facto político, já que se passou do plano da **possibilidade de actuação** para o plano da **probabilidade ou até certeza de decisão**.

Este segundo momento, em que as palavras dão lugar aos prováveis actos, não pode deixar de preocupar o PCP, na medida em que é possível antever tempos difíceis para esta Região e para o seu Povo.

Na realidade, das respostas do Senhor Presidente e demais membros do Governo, resulta claro:

Que medidas aprovadas anteriormente por esta Câmara e que se revelaram positivas, como as relativas à remuneração complementar e do aumento das pensões, não irão ter actualizações próximas;

Que são bem prováveis novos aumentos de combustíveis e, conseqüentemente, novos agravamentos nos preços dos transportes;

No que respeita às quotas leiteiras, acabámos de saber, embora não oficialmente, que a Comissão Europeia aceitará a exclusão de quota de quantidade de leite referente ao consumo interno (cerca de 72 milhões de litros). Esta decisão, a confirmar-se, corresponde àquilo que o Governo, por anúncio feito ontem, pretendia no essencial obter.

É, entretanto, bom sublinhar que esta quantidade de leite excluída da quota, não corresponde à totalidade da capacidade produtiva que foi instalada por via de melhoria da produtividade da manada.

Mas transforma a campanha 99/2000 em ano de referência, podendo, no entanto, não incluir qualquer mudança de posição da União Europeia em relação à questão das multas referentes a essa campanha. É bom lembrar, entretanto que este problema das multas tem que ser considerado, do ponto de vista da lavoura, resolvido, pelas insistentes declarações do Senhor Presidente do Governo Regional e do Senhor Ministro da Agricultura.

Ideal não é também o cenário no que respeita ao mercado da carne. O Governo não tem solução estudada para problemas gravíssimos como sejam o abate de bovinos com mais de trinta meses, a possibilidade de desossagem desses animais nas diversas ilhas, o excesso de encabeçamento, o abate de novilhas de substituição em início ou prestes a iniciar a lactação, em vez de vacas mais idosas e, finalmente, como irá ser combinado o abate das vacas de refugio com o abate das 2642 vacas importadas, para prevenção da BSE.

Os nossos matadouros não têm capacidade para dar resposta às necessidades. Igualmente, não temos uma rede de frio que acondicione as carcaças até se ter como certo não estarem infectadas pelo vírus. Mesmo depois de haver certezas de não infecção de mais reses, todos sabemos que as tendências do mercado vão no sentido da retração do consumo. Em relação às reses saudáveis, os matadouros já começaram a devolver as vacas mais velhas, por impossibilidade de abate, com posterior e obrigatória desossagem para entrega nos talhos. Resta a solução de abater as novilhas, cuja carne é mais cara, sendo que as explorações continuam a ser mantidas com as vacas adultas, logo com mais problemas (mamites, etc.).

Todas estas questões não seriam tão graves, se não respeitassem a um sector que equivale, lacticínios mais carne, a 32% do total da produção industrial da Região.

É preocupante imaginar o que vai acontecer às explorações de menor dimensão e às explorações que mais investiram e se modernizaram. Os atrasos no seu desenvolvimento, muito dificilmente serão recuperáveis e anularão os efeitos de convergência que outros sectores da economia regional poderiam produzir.

Não podemos perder mais oportunidades para reforçar a capacidade produtiva do sector agrícola na Região. Não me estou a referir ao chamado envelope dos seis milhões, que não se sabe exactamente o que será. Serão para reconverter aquilo em que já se tinha investido, há bem pouco tempo, outros milhões, também comunitários, e que serviram para modernizar e reforçar a agro-pecuária? Será caso para dizer que iremos de investimento produtivo em investimento produtivo, até ao prejuízo final?

Temos o PRODESA até 2006. Mas Leste. O eventual PRODESA, pós 2006, será então bem diferente.

Sem uma acção política imediata, mas com os olhos no futuro, poderemos, em 2007, estar nesta Assembleia confrontados com uma agro-pecuária regional de menor vigor e mais debilitada, talvez mesmo uns Açores mais longe da convergência real.

Do nosso ponto de vista, há que ter um compromisso muito forte com a lavoura, no sentido de lhe dar força e coesão no desenvolvimento das suas capacidades produtivas, considerando o reforço da produção como o pilar do desenvolvimento sustentado a Região e um factor determinante para a convergência real.

Muitas outras questões preocupam, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PCP., e por tal foram alvo de perguntas feitas ao Governo, ao longo do debate.

É o caso da não extensão do cabo de fibra óptica ao Grupo Ocidental, potencializando uma região a duas velocidades no domínio das comunicações. É o caso da plena operacionalidade dos portos da Região, nomeadamente da Praia da Vitória e da Graciosa, impedindo o pleno desenvolvimento daquelas ilhas e dos Açores. São os casos do parque de combustíveis da Terceira, da construção de infraestruturas ligadas ao Turismo, da fábrica de lacticínios do Faial, das listas de espera na Saúde, da reconstrução das ilhas do Faial e do Pico e de todas as outras questões que procurámos trazer, na medida do tempo que dispúnhamos, a este debate.

A posição que o Grupo Parlamentar do PCP terá em relação a este Governo, depende da actuação futura do mesmo. O seu programa, tal como está enunciado no papel, poderia até merecer a nossa concordância. Só que as respostas dadas a certas questões concretas, que traduzem uma

probabilidade de actuação, não convenceram plenamente o nosso Grupo Parlamentar. Resta então saber como irá o Governo reagir, perante as dificuldades que se avizinham. Se o Governo quiser, mas não puder, contará com a nossa solidariedade. Se o Governo puder, mas não quiser, contará com a nossa firme oposição.

Muito concretamente: no que respeita aos sistemas fundamentais - saúde, educação, segurança social, habitação social e combate à pobreza - para além do plano das intenções, há que aguardar pelas medidas concretas que o Governo irá adoptar: opções orçamentais, enquadramentos legislativos, programas e respectiva filosofia. São áreas que devem merecer absoluta prioridade e, por conseguinte, um maior investimento no sentido de combater eficazmente as desigualdades sociais.

Tudo se resume, enfim, a cada uma das partes envolvidas saber o que fazer com a maioria absoluta. No caso do Governo, aguardamos para ver: irá usar a maioria parlamentar de que dispõe para fazer o que quiser, como quiser, quando quiser, ou, pelo contrário, contará com as propostas da oposição, ponderá-las-á e, eventualmente, executá-las-á, se as achar válidas e importantes para o desenvolvimento da nossa terra?

No que respeita à oposição, cada um dos partidos se posicionará como melhor entender para bem cumprir o que esperam os cidadãos que neles votaram. Por nós, estamos à vontade nessa matéria. Cientes da nossa dimensão, logo na campanha eleitoral, mesmo na antevisão da maioria absoluta que se viria a registar, deixámos um solene compromisso, que agora cumprimos: nunca seremos força de bloqueio ou de chantagem política, mas de diálogo e equilíbrio. Respeitaremos quem tem a maioria dos votos, exigindo respeito pela vontade dos cidadãos que, embora em minoria, em nós votaram e confiam. Acreditamos que será entendimento da actual maioria que o exercício da democracia passa, cada vez mais, pelo respeito que merecem as minorias.

Respondemos, assim, ao repto lançado no início deste debate pelo Sr. Presidente do Governo: votaremos de acordo com a vontade dos eleitores açorianos. Porque essa vontade não é apenas igual à expressão da maioria que sustenta o actual Governo. É também igual a todos aqueles cidadãos que esperam de nós uma oposição firme e colaborante, contributiva e fiscalizadora, política, mas tendo sempre como primado a defesa dos interesses dos Açores.

As intenções deste Governo são, em termos programáticos, em geral, boas. Por tal não devem merecer a nossa reprovação. A capacidade deste Governo para transformar as suas boas intenções em boas políticas concretas só a ele caberá, suportado por uma maioria tão expressiva.

Por nós, só esperamos que a prática corresponda inteiramente às intenções. Porque dessa consonância depende o futuro da nossa Terra e do seu Povo. Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PCP irá abster-se na votação do Programa do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Popular.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O VIII Governo Regional, apresentou um Programa que fica muito aquém das expectativas criadas junto da opinião pública e perante o conjunto dos parceiros sociais.

Trata-se de um documento excessivamente genérico que não ousa avançar minimamente para uma perspectiva de reforma em relação aos sectores e áreas mais problemáticas da nossa economia e da sociedade açoriana.

Grande parte do documento fica-se por uma intenção de diagnóstico, de cada sector ou subsector, e por uma análise comparativa, em matéria de investimentos, entre o último Governo Regional e os anteriores.

Apesar deste VIII Governo Regional se apresentar com uma folgada maioria absoluta, no quadro parlamentar, face à falta de propostas realistas e eficientes, que correspondam aos anseios dos açorianos, não perde o mau hábito de persistir permanentemente numa eleitoral comparação entre o que investiu e o que investiram os que o antecederam.

Na opinião do CDS/PP esta questão já deveria estar ultrapassada, mais do que não fosse pelo resultado das eleições de Outubro passado.

Utilizar 1/4 do Programa do Governo para esse tipo de análise é, seguramente, a par de uma inutilidade formal e temporal, um desequilíbrio substancial.

Por outro lado, os diagnósticos que ocupam quase um terço do documento intitulado Programa do Governo, não primam nem pelo rigor, nem pela isenção.

Esta fuga à realidade caracteriza, de resto, a maior parte das propostas deste documento do Governo do Partido Socialista.

Para quem tiver alguma dúvida sobre a inadequação do Programa Governamental à realidade económica regional, o CDS/PP recomenda, por exemplo, a leitura das Propostas Socialistas para os sectores económicos, nomeadamente as Pescas e a Agricultura.

Na apresentação do Programa o Presidente do Governo Regional fez um pedido á oposição: que julgasse este Programa de acordo com a vontade popular.

É exactamente isso que o Partido Popular irá fazer.

Ao representar nesta Assembleia cerca de 10% dos votantes açorianos, o maior número de sempre, o CDS/PP não pode concordar com um Programa de Governo que contraria, frontalmente, políticas e medidas com as quais o Partido e o seu eleitorado se identificam.

- Nós queremos continuar a Baixar os Impostos, na Região, nomeadamente o IRS, até ao limite dos 30%.

Os Socialistas e o seu Programa, agora, depois das eleições, com a maioria absoluta, já não o querem.

- Nós queremos continuar a aumentar o Complemento de Pensão e de Reforma nos Açores.

Como tínhamos advertido, os Socialistas e o seu Programa, agora, depois das eleições, com a maioria absoluta, já não o querem.

- Nós queremos a privatização das Empresas Públicas.

Os Socialistas e o seu Programa agora querem transferir mais impostos dos açorianos para aumentar o capital social das Empresas Públicas.

- Nós queremos mais oportunidades e mais investimento para o sector privado.

Os Socialistas e o seu Programa, agora ainda querem mais Estado na Economia, com o continuo crescimento do Sector Público na Região.

- Nós queremos mais apoio e mais protecção para quem trabalha e para quem realmente precisa.

Os Socialistas e o seu Programa agora premeiam ainda mais os que não querem trabalhar.

- Nós queremos uma reforma da administração que, nomeadamente, permitisse uma aposentação voluntária aos que o desejassem e fossem considerados disponíveis.

Infelizmente os Socialistas e o seu Programa continuam a contrariar esse desejo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em 1992, por altura da última maioria absoluta, quando interveio no encerramento da discussão do Programa do V Governo Regional, disse então o Deputado socialista Carlos César e cito:

“A aprovação eminente do Programa do Governo apresentado por V. Ex.^{as} corresponderá à vossa investidura pelo Parlamento em funções cuja legitimidade ganharam indirectamente nas eleições regionais do passado dia 11 de Outubro. Ganhou o PS e outros partidos a responsabilidade de partilhar do poder legislativo e de vos fiscalizar. Quer agora o PSD fazer da sua vitória eleitoral um mandato totalizante do poder político, prometendo arrasar direitos da oposição, confiscar poderes e espalhar inibições, que, no essencial, agenciam uma importante alteração na **‘qualidade’** da nossa democracia para pior”.

Tinha o Deputado Carlos César, em representação do PS, em 1992, legitimidade para enumerar preocupações e realçar receios, porventura justificáveis.

Em 2000 e em nome do CDS/PP, temos a mesma legitimidade e muitos fundamentos para ter preocupações quanto ao futuro; ou pelo menos dúvidas, que importa desde já deixar neste Parlamento, que o debate não esclareceu e só o futuro da prática governativa se encarregará de comprovar.

Considerava então e bem, Carlos César, que a legitimidade do Governo era ganha **indirectamente** nas eleições; procurou Carlos César, na última campanha eleitoral, convencer a população de que o que estava em eleição era o governo e assim fê-lo mal, porque em absoluta contradição com a lei.

Reclamava então o PS para a oposição a partilha do poder legislativo e os poderes de fiscalização, tal como hoje a reclama o CDS/PP.

Receava o PS em 1992 a alteração para pior da qualidade da nossa democracia.

O CDS/Partido Popular, ao recordar fenómenos dos últimos anos da última legislatura, também tem hoje motivos para recear.

Se sem maioria o governo e o partido socialista sentiram tentações totalizantes de poder político, se sempre se importunaram com as leis legitimamente votadas pela maioria não socialista, se procuraram criar inibições, responsabilizando, sem razão, as oposições, por aquilo que os socialistas não eram capazes de fazer, o que se pode esperar de melhor no futuro de uma confortável maioria absoluta socialista?

O CDS/PP sempre defendeu o parlamentarismo que outrora defendia o Deputado Carlos César; mas opôs-se e opor-se-á à governamentalização que o Presidente Carlos César defendeu e protagonizou no último mandato e rejeita o presidencialismo que ele exageradamente cultivava.

Olhando para este Governo, que cresce muito mais do que aquilo que muda, bem poderíamos agora tirar as conclusões de César em 1992 e cito:

“Tudo indica, já que os intérpretes não mudaram, que a prática política também não vai mudar. Governarão, sempre mudando de direcção, satisfeitos apenas com a sua auto-conservação, mesmo tendo a certeza que caminham para lado nenhum. Opor-se-ão à oposição só porque são Governo”.

A discussão deste Programa de Governo deixou-nos com um sentimento semelhante ao de César em 1992 e cito: “é outro governo igual para governar da mesma maneira”.

Por isso, os Deputados do CDS/PP, que à prática deste governo nos opusemos, legitimados agora por maior percentagem eleitoral e maior número de votos do que no passado, – coisa de que outros não se podem orgulhar, nem tão pouco os socialistas – votaremos contra este Programa e assumiremos o nosso estatuto de oposição atenta e frontal em obediência aos princípios que nos norteiam.

Contrariamente à recomendação que o Deputado Carlos César fez ao Governo em 1992, em que lhes disse e cito: “Ide em paz e que o Parlamento vos acompanhe”, nós dizemos agora:

“Que Deus vos ilumine e que 49% dos Açorianos não se arrependam da Maioria Absoluta”.

Muito obrigado.

Presidente: Para intervir em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, dou a palavra à Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Senhor Presidente, desejo renovar formalmente as minhas saudações a V. Excelência e manifestar-lhe total disponibilidade, pessoal e do Grupo Parlamentar do PSD, para consigo colaborar no sentido de assegurar o bom funcionamento e a dignificação desta Assembleia Legislativa Regional.

Aos restantes Membros da Mesa e a todos os Senhores Deputados, endereço também os nossos cumprimentos e votos de um profícuo trabalho.

Ao Governo Regional, que em breve receberá a investidura parlamentar, quero igualmente desejar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, um bom trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos a terminar, nesta Assembleia, o debate sobre o Programa do VIII Governo Regional.

Um documento, que decorre do programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista, força política que mereceu a confiança da maioria dos açorianos no passado dia 15 de Outubro.

Este facto não nos inibe porém, de expressar, como fizemos ao longo do debate, a nossa visão crítica sobre o mesmo, nem nos obriga a dar-lhe o nosso aval.

Mais importante do que os conceitos abstractos e as orientações genéricas, são os protagonistas e a forma de agir que ditam a eficácia das medidas propostas.

O Programa em debate enferma, desde logo, de um vício de forma.

Estamos perante um documento que se pode classificar de “dois em um”.

Um relatório de actividades, minucioso, burocrático, onde predomina o auto-elogio e ao qual se associa, em jeito de apêndice, umas medidas para o futuro, muitas das quais já vêm do passado.

Mais do que um programa para um Governo de futuro, é, de facto, um relatório para um futuro Governo.

Evidencia, com excesso de pormenor e alguma demagogia o que foi feito, desculpa o que não foi e revela, ainda, falta de ideias novas.

Como já vem sendo hábito, o que se fez de bom deve-se ao Governo.

O que não correu bem, é sempre culpa de terceiros.

A demagogia é de tal ordem que nas análises comparativas, ora utiliza preços de 1999, ora refere preços de 1996, conforme as conveniências...

O pormenor e a vontade de evidenciar a obra feita são de tal forma excessivos que, à falta de melhores exemplos, aponta a venda de uma pequeníssima participação (menos de 1%) no capital social de uma empresa, como sendo uma operação relevante na estratégia do sector público empresarial da Região...

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Se este documento resultou da Convenção para uma Nova Autonomia, então, não restam dúvidas de que os participantes dessa Convenção foram, quase exclusivamente, membros do governo e zelosos dirigentes da administração regional.

Não creio que a chamada “sociedade civil” estivesse tão preocupada com o passado, quando se nos depara um futuro tão incerto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: É unanimemente reconhecido que,

A conjuntura económica internacional não é favorável.

A economia do nosso País não está bem, conforme atestam recentes relatórios de credenciados Organismos Internacionais.

Os Açores, infelizmente, não se podem subtrair às influências externas.

Os aumentos das taxas de juro têm, necessariamente, repercussões na Região.

Os preços dos combustíveis continuam a aumentar.

As famílias estão sobreendividadas.

O comércio internacional regional apresenta o maior défice dos últimos dez anos.

A agricultura açoriana vive momentos de grande angústia e de incerteza e de falta de perspectivas.

O turismo é altamente sensível às perspectivas de evolução da económica nacional e internacional, não sendo, por isso, de esperar crescimentos que compensem a retracção de outros sectores.

O sector administrativo engorda todos os dias, deixando cada vez menos espaço à iniciativa privada.

O rendimento mínimo, aplicado sem controlo, retira do mercado de trabalho centenas de adultos em idade activa, com reflexos negativos ao nível do crescimento económico.

Alimenta-se uma gigantesca máquina administrativa paralela, pouco produtiva, e grande consumidora de dinheiros públicos.

Por tudo isto, temos que dizer: preocupa-nos muito o futuro.

É necessário encará-lo com realismo e determinação, corrigir trajectórias, inverter tendências, e criar condições para melhorar a competitividade da nossa economia e promover o seu crescimento acelerado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O grande desafio que se coloca à sociedade açoriana é o do desenvolvimento sustentado da economia, aferido pelo ritmo de aproximação do PIB per capita da Região aos níveis médios comunitários.

Não nos basta experimentar crescimentos reais do produto regional. É necessário que esses crescimentos sejam bastante superiores aos verificados no resto da União Europeia para que se atinja, dentro de um prazo considerado razoável, o objectivo da convergência real.

Importa seguir exemplos de sucesso, como o caso da Irlanda, país da U.E. com maior crescimento económico, e deixar de ter como referência as políticas seguidas pelo nosso país e que o têm colocado na cauda da Europa.

O funcionamento da economia e o seu maior ou menor ritmo de crescimento são, em grande parte, reflexo das políticas financeiras, fiscais e orçamentais adoptadas pelos poderes públicos.

É necessário definir, desde já, uma estratégia clara de desenvolvimento que se traduza em elevadas taxas de crescimento económico.

Estratégia não significa um conjunto de boas e vagas intenções.

Passa por definir objectivos, fixar metas e identificar os instrumentos para as atingir.

Tendo como pano de fundo o grande objectivo do crescimento convergente da economia e considerando que o mesmo deve ser atingido num quadro de equilíbrio das finanças públicas, a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, constitui uma das principais preocupações a ter em conta, nos próximos anos, pelos poderes políticos regionais, em matéria económica.

Nesse sentido, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas deve assegurar um regime de transferências do Estado estável, permanente, independente da vontade política dos Governos, que assegure em simultâneo o equilíbrio das contas públicas e a mencionada aproximação à média comunitária.

O processo de revisão da Lei, a desencadear, no próximo ano, tem de ter em conta os objectivos atrás enunciados, por forma a traduzir o interesse regional e responder aos desafios do futuro.

Os Investimentos do Estado na Região, através dos seus serviços periféricos, não devem penalizar a receita regional.

Não o dizemos agora. Sempre o dissemos!

Impõe-se, por isso, proceder à revisão da fórmula de transferências, procurando substituir a capitação do PIDDAC pela capitação da receita fiscal nacional ou, em última instância, anular a influência dos projectos a realizar nos Açores pela Administração Central.

Por outro lado, os valores anuais do Fundo de Coesão devem, em nossa opinião, ser determinados em função de um plano de investimentos, previamente definido, que propicie a desejada aproximação aos níveis médios europeus.

Para além destas questões, a própria lei deve prever que os investimentos em áreas críticas para o desenvolvimento, como a educação, a saúde, as acessibilidades, os transportes e as comunicações, sejam considerados “projectos de interesse comum” e que as competências do “Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras” sejam privilegiadamente orientadas para a monitorização dos indicadores de convergência.

Em matéria fiscal, importa flexibilizar as condições de adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais, manter os limites fixados para a redução das taxas nacionais dos impostos sobre o consumo e o rendimento e assegurar que os impostos específicos mantenham um diferencial negativo.

Só assim, se poderá implementar, de forma criativa, uma verdadeira política de incentivos fiscais, direccionada para as famílias e para as actividades consideradas estratégicas, com vista a cativar para os Açores novas iniciativas produtivas, fixar população, e garantir ainda maior competitividade para os nossos produtos e para as nossas empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD tem um papel decisivo em todo este processo, quer pela sua expressão na sociedade açoriana, quer pela necessidade de constituir uma maioria qualificada que permita a aprovação da lei na Assembleia da República.

Atitudes de auto suficiência e de arrogância não abonam a favor das boas soluções.

O PSD não faz oposição por oposição.

É alternativa de poder e tem posições claras e construtivas sobre todas as matérias de interesse regional.

Apresentámo-nos ao eleitorado com ideias inovadoras, fixando objectivos e propondo medidas que nos parecem as mais adequadas à concretização de uma política de desenvolvimento económico e social sustentado.

Nessa medida, não nos identificamos, nem podemos, em consciência, subscrever o programa agora em debate.

Devemos “julgá-lo de acordo com a vontade popular” e essa vontade vai no sentido de cada partido respeitar o compromisso que assumiu com os seus eleitores.

O nosso compromisso não passa por este programa.

O PSD representa nesta Assembleia os 32.295 açorianos que votaram em nós e os muitos que, não tendo votado, se identificam com o nosso projecto.

O PS representa os 48.931 que nele votaram e certamente, também, outros que tendo-se absterido estão com o seu projecto.

O Governo deve servir todos.

É ao governo que cabe aproximar-se e conciliar as posições dos diversos partidos e não o contrário.

A maioria absoluta de Deputados não lhe confere o direito a uma postura de partido único.

Há vinte e seis anos que vivemos em liberdade e assim queremos continuar.

Estaremos especialmente atentos a todos os sinais de intolerância ou desrespeito pelas instituições democráticas assim como ao não cumprimento dos compromissos assumidos com os eleitores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que em primeiro lugar saúde Vossa Excelência, Senhor Presidente da Mesa, desejando-lhe o maior êxito no desempenho das suas funções.

Em meu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, preste-lhe neste momento a garantia, se garantias fossem necessárias, da colaboração, do empenho e do desejo de contribuirmos para que esta Assembleia desempenhe cabal e dignamente as suas funções.

Saudando Vossa Excelência, saúdo, também, os restantes deputados desta Casa, fazendo votos para que saibamos ser merecedores da confiança que em nós depositaram os açorianos, e capazes de cumprir com os deveres que sobre nós impendem.

Uma saudação também para o VIII Governo Regional.

Acompanhamos todos, em especial, certamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com natural expectativa e orgulho a continuação de um trabalho verdadeiramente notável, essencial, nobre, difícil, mas gratificante, nas tarefas de dar resposta aos anseios que a população destas nove ilhas sente.

No Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o VIII Governo Regional pode ter a certeza de encontrar o apoio, o incentivo a fazer mais e melhor, sempre dentro do espírito solidário, franco e estimulante que ambos partilham, e que é o espírito da Nova Autonomia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao findar a discussão do Programa do VIII Governo Regional, parece-me sobremaneira importante salientar alguns aspectos que, tácita ou expressamente, estiveram presentes nesta discussão e que é necessário ter na sua devida conta.

O Programa de Governo que foi aqui apresentado, e que dentro em breve será votado, não é, quer na sua génese, e cremos que não será na sua execução, um Programa que possamos afirmar como sendo um documento propriedade apenas de um partido.

O amplo movimento de ideias que subjaz a este documento, e que foi corporizado pela Convenção da Nova Autonomia, a experiência governativa adquirida no decurso da anterior legislatura, e, ainda, as perspectivas próprias do Partido Socialista respeitantes, desde logo a uma intensa política de acção social, permitem-nos afirmar que, pese embora o papel liderante e decisivo do PS, o documento que discutimos vai além, muito mais além, das meras fronteiras partidárias.

O Programa que o VIII Governo submete à apreciação desta Câmara é, de facto, um documento construído por açorianos para servir os Açores.

Secretário Regional da Finanças (Roberto Amaral): *Muito bem!*

O Orador: E se assim é quanto à sua génese, à sua concepção, a votação maioritária que também estas ideias obtiveram da parte do eleitorado no passado dia 15 de Outubro reforçam, comprovando-a na prática, a abrangência que o PS pretendeu imprimir-lhe e que, como se provou, conseguiu alcançar.

Com a afirmação de que as políticas que aqui são propostas conseguiram a aceitação maioritária nas eleições do passado Outubro, e que, por isso, o Governo ao apresentá-las a esta Câmara tem já a certeza de que este é o caminho que os açorianos querem que seja seguido, não se pretende menorizar o carácter decisivo da votação que nos preparamos para realizar, nem sequer beliscar a democracia representativa em que vivemos, substituindo-a por um qualquer arejo de democracia directa.

Este comportamento do VIII Governo Regional traduz coerência, serenidade e um elevado respeito pela vontade dos açorianos, dado que as ideias de campanha, e que os eleitores açorianos apreciaram e sufragaram, são as mesmas que o Governo se compromete agora a executar.

Não houve, assim, nem agora há, da parte do Partido Socialista e do Governo por ele inspirado, comportamentos dúplices ou desleais para com os açorianos.

A transparência, o respeito e o grau de compromisso que tal comportamento denota da parte do PS, para uns poderá parecer menor, mas para nós é o ressaltar de mais um mérito do projecto da Nova Autonomia.

Perde por essa via sentido a afirmação ou, em alguns casos a insidiosa insinuação, de que este seria o programa que o PS, fruto da maioria parlamentar de apoio que dispõe, imporá a esta Assembleia. Importa esclarecer duma vez por todas esta questão: Este Programa de Governo não é fruto da maioria!

É sim a maioria que é fruto do mérito das ideias, das medidas e das políticas que, resultando nela, recolheram a confiança maioritária dos açorianos.

Daqui decorre que o que é legítimo esperar dos deputados, ou pelo menos dos deputados do PS, é que, como representantes do povo, reafirmem aqui e solenemente a vontade dessa maioria.

É, assim, com o respeito pela vontade da maioria dos açorianos que se expressaram pelo voto, e que é garantido pelo PS, que se exerce a Democracia e dignifica a Autonomia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espíritos há que, por mais afoitos ou inquietos, se têm manifestado contra a forma como, no documento ora referido, são salientados aspectos referentes à VI Legislatura e às retumbantes vitórias que o VII Governo Regional então alcançou.

Acometidos por irreprimíveis frémios futuristas, muitos parecem querer fazer passar a ideia de que, ao relembrar o caminho já feito, o VIII Governo Regional atentaria contra a nobreza do documento, introduzindo aquilo que consideram ser um discurso eleitoralista.

Curiosamente, aqueles que assim pensam são os mesmos que reclamam a memória de escaramuças vencidas perante a realidade de guerras agora ganhas.

A curta, mas fértil, história da Nova Autonomia não pode, não deve, e pela parte do Grupo Parlamentar do PS, não será esquecida.

Em primeiro lugar, porque este é um processo contínuo e dinâmico. Um processo em que as omissões de ontem são as acções com redobrado vigor de hoje, e em que a constatação das falhas de hoje, é a garantia dos êxitos de amanhã.

O PS, o Grupo Parlamentar da Nova Autonomia, assumem corajosamente o seu curto, mas rico passado, considerando-o, não como um troféu para manter guardado, mas como um manancial de experiência indicador do que deve ser mantido, do que deve ser alterado, do que pode ser melhorado.

Para nós, não basta ter vencido batalhas no passado.

Interessa-nos, daí o recordarmos, que a satisfação pelas vitórias alcançadas se transforme em redobrado vigor para vencermos as batalhas do futuro.

É, assim, na humildade de reconhecermos que a Nova Autonomia é também um processo de contínua aprendizagem, que encontra razão de ser a incompreendida menção dos feitos e da obra do VII Governo Regional.

Com esta humildade de reconhecer que erramos e que, com os nossos erros, aprendemos, quantos 20 anos em 4 não se terão poupado?!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podemos deixar de encarar com alguma surpresa as dúvidas que ainda pairam sobre a prática de diálogo e a busca de consensos por parte da Maioria.

Desta circunstância muito já se disse e especulou, a começar pelo injustificado agitar de fantasmas como a arrogância, a prepotência e o autismo face aos ineludíveis problemas que irão surgir durante os próximos 4 anos e às eventuais propostas da Oposição.

O PS, na sua prática parlamentar e governativa dos últimos 4 anos, demonstrou à sociedade que palavras como diálogo, busca de consenso, humildade e disponibilidade para ouvir constituem práticas correntes que reduzem à condição de simplistas argumentos demagógicos os fantasmas que atrás falamos.

No entanto, para alguns dos partidos que não mereceram a confiança dos açorianos para governar, o nosso diálogo incomoda, os nossos esforços de consensualização não agradam, a nossa humildade perturba.

Esta falta de serenidade e de interiorizar a vontade dos açorianos, levam, em alguns casos a que quase sejamos vistos por alguns desses partidos como usurpadores daquilo que alguns

consideravam, e, em alguns casos, ainda consideram, ter-lhes sido entregue para a eternidade por quase divino mandato.

Daí à constante maledicência e criticismo fácil e destrutivo vai um passo que não se coíbem de dar com mal disfarçada satisfação.

Outros, porém, criticam o governo de não decidir, de falar demais, de provocar o desmoronamento da nossa autonomia e dos alegados bons e tradicionais valores da nossa sociedade, por não se arrogar num facho que irradie autoritariamente ordem e disciplina.

O PS e o VIII Governo são aqueles, que em todo este redemoinho de avanços e recuos, de puxa para cá e puxa para lá, estão com a serenidade e a profunda consciência da importância da sua missão, o que os leva a delinear lúcida e eficazmente, o caminho que os açorianos desde há muito reclamavam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por último, o derradeiro argumento de que o VIII Governo Regional e o Grupo Parlamentar do PS, este apesar de maioritário, deverão respeitar os eleitores que terão votado noutros partidos.

Nesta questão do respeito pela vontade popular parece-nos, sinceramente, que se alguém tem alguma evolução a realizar no seu entendimento não será, seguramente, o PS.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O PS e o Grupo Parlamentar afirmam-se, hoje, como se afirmaram antes das eleições:

Alicerçados num maioritário voto popular, líderes na construção da Nova Autonomia. Líderes, repito, não os únicos construtores.

Note-se, porém, a curiosa forma escolhida por alguns dos partidos da oposição para acalmarem os seus injustificados receios.

Ninguém afirmou que se deveria respeitar também o valor dos votos da maioria. Apenas reclamam, num curioso, mas sedutor, entendimento e expressão de democracia, o respeito pelos seus votos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista encontra-se esclarecido e pronto a votar o Programa do VIII Governo Regional.

Disse!

Secretário Regional da Finanças (Roberto Amaral): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

A aprovação do Programa do Governo corresponde à sua investidura com plenos poderes na sequência da sua tomada de posse e em consequência da vontade inequivocamente expressa pelos Açorianos nas últimas eleições.

Ficará, agora, o Governo, dotado, também, de uma orientação formal e enquadradora das grandes opções do seu mandato, cuja execução espera poder desenvolver através da aprovação dos planos e orçamentos - os primeiros dos quais a apresentar, para apreciação parlamentar, no próximo mês de Fevereiro.

Na VI como na VII Legislatura, o Governo assume as suas responsabilidades da mesma forma, ou seja, com satisfação, quando do seu exercício resultam benefícios e se observam virtualidades, e atento e disponível, quando do mesmo sobrelevam erros ou omissões que temos o dever de corrigir. Foi assim que nos apresentámos aos Açorianos nas eleições de Outubro, assumindo, no bom ou no mau, tudo quanto fizemos ou deixamos de fazer, sem nos desculparmos com a situação parlamentar de apoio precário que então dispúnhamos. Os Açorianos, porque avaliaram positivamente a nossa acção nos últimos quatro anos, renovaram a sua confiança em nós.

Porque continuam acreditar no mérito da nossa acção futura, ampliaram essa confiança. E, fizeram-no, de tal forma que asseguraram a estabilidade governativa para os próximos quatro anos. E, precisamente esta última, a diferença fundamental entre as situações parlamentares de então e de agora.

Porém, as responsabilidades do Governo, como as da oposição, em democracia, são e serão sempre as mesmas. Ou seja, depois destas eleições, nem o Governo deixou de ter desculpas, nem a

oposição passou a tê-las. No Governo, como na oposição, quem se desresponsabiliza não cumpre e quem não cumpre tem culpa.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: O debate parlamentar que estamos a encerrar, revelou que o Governo sabe o que quer, e que aponta, inclusivé um caminho novo para os problemas que não foram resolvidos. Alguns partidos de oposição, pelo contrário, mais, repetindo que tudo está mal, mas nunca explicando como se faz melhor e diferente. Discorreram ociosamente, entre habilidades literárias e jogos políticos, sobre o modelo de desenvolvimento do Governo, mas continuam incapazes de explicitar uma outra via, face aos impulsos reformadores do P.S. e do Governo.

A oposição que se revelou neste primeiro debate parlamentar desta nova legislatura, nos casos dos partidos da direita, foi, infelizmente, reincidente na maledicência e improdutiva na alternativa.

Esse, porém, é um problema da oposição, não é um problema do Governo. Enquanto o governo quer aprender todos os dias, essa oposição recusa-se a aprender com o próprio resultado das eleições.

A nossa preocupação é a de proporcionar um ambiente democrático, que não se esgote na livre expressão parlamentar. O nosso desejo é o de, sem coarctar o direito à diferença e à divergência, garantir, aos cidadãos, mas, de forma particular, aos partidos, na sua acção parlamentar, uma participação activa e influente. Queremos, sinceramente, que as vossas propostas mereçam sempre uma reflexão adequada, e que, em função disso, possam incorporar, por mérito e no interesse regional, as melhores soluções para a acção governativa. Mas, para isso, precisamos de uma oposição que

apresente propostas e não de uma oposição que se limite a votar contra.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O VIII Governo é, na sua composição, um governo jovem. Todavia, não começa de novo, mas recomeça com redobrada energia. Prosseguir e concluir as reformas empreendidas nos últimos quatro anos e iniciar outras, foi o compromisso que, sector a sector, anunciámos nestes dois dias de trabalho no parlamento.

Estando, assim, empenhados em prosseguir:

- a reforma do financiamento da Autonomia, se pudermos assegurar que ela se fará num sentido favorável à Região e do das autarquias locais, procurando a sua discriminação positiva;
- a reforma das acessibilidades, minorando ou eliminando as desvantagens comparativas, por via das políticas de transportes, do comércio e das comunicações, favorecendo assim factores de convergência;
- a reforma da fiscalidade, no sentido da despenalização progressiva dos cidadãos e das empresas, em compatibilização com a reforma fiscal nacional;
- a reforma de integração dos cidadãos e das empresas na sociedade da informação e do conhecimento;
- a reforma do sistema de protecção social, centrando os seus principais objectivos na contratualidade para a inserção sócio-profissional, no apoio à economia solidária e no aumento progressivo dos rendimentos dos pensionistas e reformados;
- a reforma do modelo sustentado de desenvolvimento económico, mediante o incentivo à nova vocação da Região, como prestadora de serviços e destino turístico;
- a reforma da administração ambiental, visando a melhor protecção do património natural, e, em especial, no que se refere às políticas para os recursos hídricos;
- a reforma consubstanciada no Plano Regional de Emprego;
- a reforma da qualidade e do acesso aos cuidados de Saúde e da gestão financeira do Serviço Regional de Saúde.

Competirá, por exemplo, ao VIII Governo, concluir:

- a reforma das metodologias e dos instrumentos de subsidiação governamental, pondo termo às últimas áreas em que esse poder é ainda exercido de forma desregulamentada;
- a reforma do sistema de formação profissional e do ensino profissional em alternância;
- a reforma dos sistemas de incentivos à economia;
- as reformas de modernização das indústrias e do comércio tradicional;

- a reforma do sistema de protecção civil;
- a reforma da gestão e organização do sistema educativo.

Sabemos que será necessário iniciar e concluir outras reformas, entre as quais refiro a do sistema de incentivos aos órgãos de comunicação social, a da extensão das formas de emprego protegido e a dos "curricula" no ensino preparatório e secundário ministrado na Região.

Sabemos que muito do que será o nosso futuro depende de decisões tomadas fora da região e de prestações de solidariedade externas. Também, nesse âmbito, queremos contar com o apoio dos partidos da oposição, porque uma coisa deve ser o confronto pluripartidário e outra coisa é a defesa dos interesses dos Açores junto do País e da União Europeia. E aí, partidos como os da direita parlamentar, não devem continuar a confundir os seus próprios interesses, transitórios e às vezes espúrios, face ao imperativo de cerrar fileiras para proteger os Açorianos e prestigiar os Açores.

Mesmos assim, enfrentaremos todas as batalhas a favor dos Açores, mesmo que os partidos da oposição não queiram contribuir para isso.

Tivemos hoje já uma grande vitória numa das mais complexas e difíceis batalhas que travamos na União Europeia. A Comissão Europeia acabe de propôr ao Conselho Europeu de Nice o aumento da quota de produção de leite dos Açores em 68 mil toneladas com efeitos até à campanha de 2002/2003...

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: ...deliberando proceder em 2002 a uma reflexão sobre o regulamento de quotas para todos os países da União Europeia, sendo certo que esta proposta já representa uma garantia de uma grande conquista para o Governo e para os agricultores açorianos, ela poderá e deverá ser ainda melhorada no Conselho Europeu nos próximos dois dias.

Conseguimos assim, quando tanta gente nos desacreditava, infelizmente, na nossa Região, com muita perseverança e com muito trabalho o que mais queríamos: defender a nossa agricultura, proteger e honrar o trabalho dos nossos agricultores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo e o P.S., embora dispondo de uma ampla maioria parlamentar de apoio, não pouparam indicações, ao contrário do que sempre aconteceu com as maiorias do passado, dirigidas aos diferentes partidos, que asseguram a nossa disponibilidade para o diálogo e para a concertação. O voto contra no Programa do Governo, num contexto em que esse voto corresponde à investidura parlamentar na sequência das eleições e, sobretudo, tendo como novidade aquela oferta de diálogo, não é necessário para evidenciar diferenças que são óbvias, mas será suficiente para perceber que há partidos que, mesmo eleitoralmente humilhados, não se tornaram humildes, nem melhoraram a sua utilidade e contribuição para a sociedade açoriana.

Mesmo assim, não desistiremos de os chamar à razão.

No âmbito dos trabalhos preparatórios, que já estão a decorrer, para a elaboração dos próximos Plano a Médio Prazo e Plano Orçamento para 2001, iremos convidar no mês de Janeiro os líderes dos partidos políticos para reuniões exploratórias, procurando, mais uma vez, acolher as suas sugestões nos documentos a apresentar pelo governo e fazê-los participar no que a todos diz respeito.

O VIII Governo, apesar de consciente das dificuldades e das insuficiências com que se depara a nossa Região, está confiante no resultado do seu trabalho. Queremos, em 2004, sentir ainda maior orgulho do que sentimos no termo do nosso último mandato, pelas transformações e pelos progressos que havemos de alcançar para os Açores e para os Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Encerrado assim o debate, vamos então submeter à votação de todos os Srs. Deputados o Programa do VIII Governo Regional dos Açores.

Os Srs. Deputados que votam a favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa do VIII Governo Regional foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, o VIII Governo Regional encontra-se assim investido perante este Parlamento.

Os nossos trabalhos estão encerrados por hoje.

Boa noite e até amanhã às 10 horas.

(Eram 20 horas e 30 minutos)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

José Joaquim Ferreira Machado

Mark Silveira Marques

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

O Redactor, José Rodrigues da Costa.